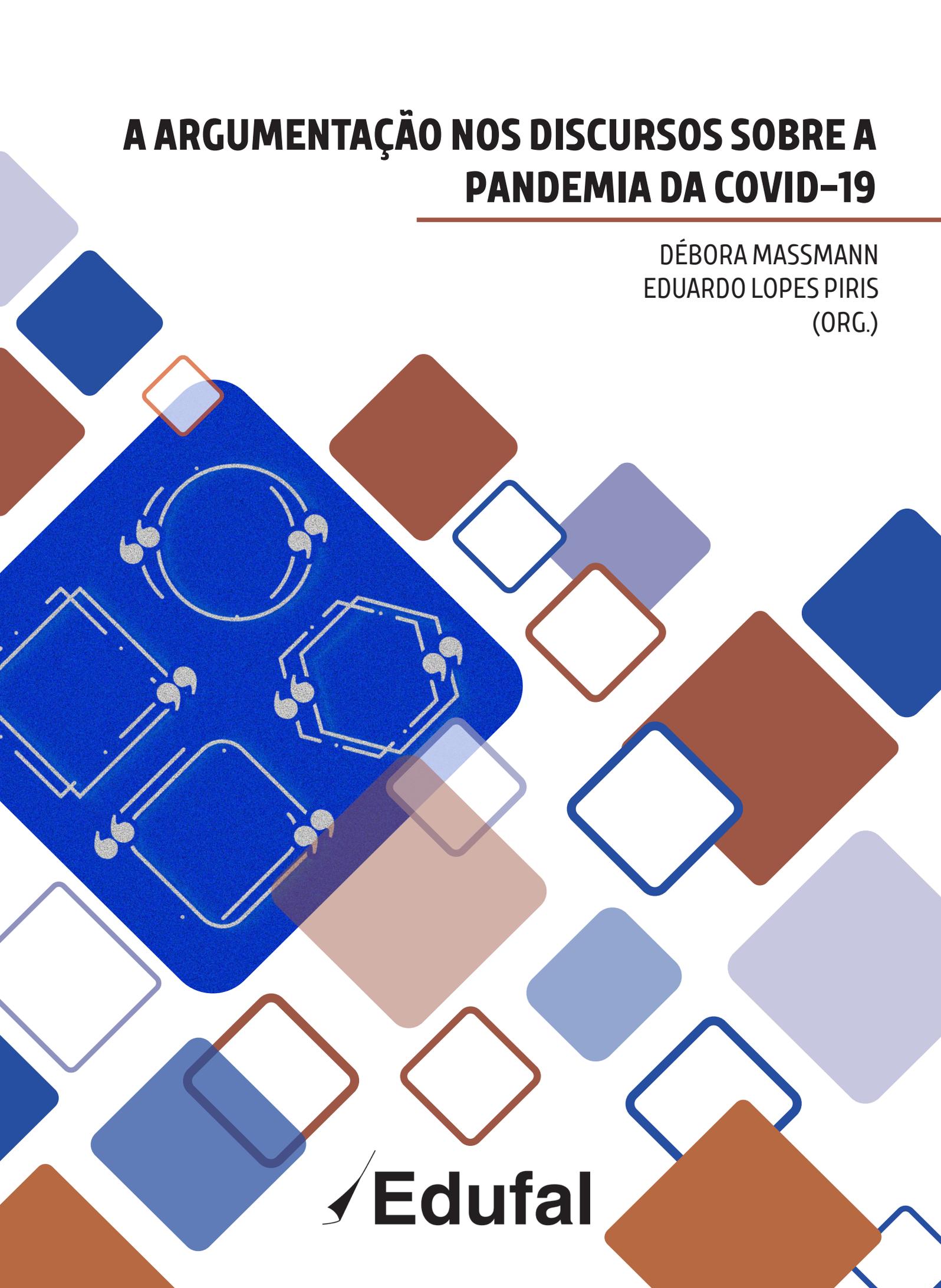


# A ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19

---

DÉBORA MASSMANN  
EDUARDO LOPES PIRIS  
(ORG.)



 **Edufal**

DÉBORA MASSMANN  
EDUARDO LOPES PIRIS  
(ORG.)

# A ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19

As pesquisas apresentadas nesta obra foram entregues e submetidas, no ano de 2020, ao Edital N° 01/2020 da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) como partes do Programa de Publicação de Conteúdos Digitais — Seleção de Propostas para Publicação de E-books relacionados à pandemia da Covid-19.

 **Edufal**  
Editora da Universidade Federal de Alagoas

Maceió, 2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**Reitor**

Josealdo Tonholo

**Vice-reitora**

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

**Diretor da Edufal**

José Ivamilson Silva Barbalho

**Coordenação editorial**

Fernanda Lins

**Conselho Editorial Edufal**

José Ivamilson Silva Barbalho (Presidente)

Fernanda Lins de Lima (Secretária)

Adriana Nunes de Souza

Bruno Cesar Cavalcanti

Cicero Pérciles de Oliveira Carvalho

Elaine Cristina Pimentel Costa

Gauss Silvestre Andrade Lima

Maria Helena Mendes Lessa

João Xavier de Araújo Junior

Jorge Eduardo de Oliveira

Maria Alice Araújo Oliveira

Maria Amélia Jundurian Corá

Michelle Reis de Macedo

Rachel Rocha de Almeida Barros

Thiago Trindade Matias

Walter Matias Lima

**Projeto gráfico** Mariana Lessa

**Diagramação:** Mariana Lessa

**Imagem da Capa:** Freepik

**Revisão ortográfica e Normalização (ABNT):** Maicon Cerqueira Santos

**Catálogo na fonte**

**Universidade Federal de Alagoas**

**Biblioteca Central**

**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Lívia Silva dos Santos – CRB-4 - 1670

A694 A argumentação nos discursos sobre a pandemia da covid-19  
[recurso eletrônico] / organizadores Débora Massmann, Eduardo  
Lopes Piris. - Maceió, AL: EDUFAL, 2021.  
106 p. : il.

*E-book.*

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5624-041-1

1. Análise do discurso - Pandemia covid-19 - Brasil. 2. Negacionismo -  
Jair Bolsonaro. 3. Pronunciamento presidencial - Pandemia covid-19.  
4. Antipolítica. I. Massmann, Débora II. Piris, Eduardo Lopes.

CDU: 81'322.5:578.834(81)

Editora afiliada



# SUMÁRIO

**Apresentação** ..... 5

**1 “Apenas um resfriadinho”: a trajetória das paixões no pronunciamento presidencial sobre a covid-19** ..... 8

*Maria Flávia Figueiredo*

*Valmir Ferreira dos Santos Junior*

**2 Negacionismo, antipolítica e coronavírus no Brasil**..... 20

*Argus Romero Abreu de Moraes*

**3 “Fique em casa” versus “O Brasil não pode parar”: interações argumentativas na pandemia de covid-19** ..... 32

*Eduardo Lopes Piris*

*Isabel Cristina Michelin de Azevedo*

**4 Vogue em discurso na pandemia: o dito e o silêncio nas estratégias argumentativas** ..... 46

*Soraya Maria Romano Pacífico*

*Thaís Silva Marinheiro de Paula*

**5 Castigo ou oportunidade? Paixões e imagens divinas durante a pandemia** ..... 59

*Marcia Regina Curado Pereira Mariano*

**6 O funcionamento dos lugares da quantidade em discursos sobre a covid-19** ..... 70

*Ana Cristina Carmelino*

*Luiz Antonio Ferreira*

**7 A pandemia no discurso da ecologia midiática conservadora brasileira: uma análise argumentativa**..... 82

*Lucas Pereira da Silva*

*Gabriel Isola-Lanzoni*

*Paulo Roberto Gonçalves-Segundo*

**8 Duelo de titãs: a argumentação em torno da hidroxiclороquina** ..... 95

*Débora Massmann*



## APRESENTAÇÃO

A proposta desta obra é dar a conhecer um panorama descritivo e crítico dos discursos argumentativos que circulam na sociedade brasileira a partir do advento da pandemia de covid-19. A obra coletiva que ora se apresenta oferece ao público em geral uma chave de leitura para a compreensão do funcionamento da argumentação em distintos e contraditórios pontos de vista, sobre a pandemia de covid-19, que são produzidos e postos a circular, por meio de discursos políticos, institucionais e midiáticos, entre outros. Em comum, além da temática e do objeto de estudo, os textos aqui reunidos compartilham do mesmo suporte de circulação da linguagem, a saber, a rede mundial de computadores, ferramenta que, aliada a outras tecnologias digitais de comunicação e informação, nas condições de produção da pandemia, tem se mostrado absolutamente necessária para nossa sociedade no que se refere, especialmente, à circulação de conhecimento sobre prevenção, medicamentos, ações e orientações das autoridades competentes.

Desse modo, mostrando o funcionamento da linguagem na sociedade a partir dimensão comunicacional e compreendendo como a argumentação se estabelece em diferentes discursos que circulam por meio das tecnologias digitais de comunicação e informação, os oito capítulos aqui apresentados constituem uma amostra dos estudos que vêm sendo realizados pelas pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Trabalho (GT) de Argumentação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPOLL). Os estudos mobilizam distintas bases teóricas para interpretar de maneira crítica o acontecimento em torno da pandemia de covid-19 e mostram a diversidade e a atualidade das pesquisas em argumentação. Em seu percurso de leitura, o leitor é convidado a (re)conhecer a cartografia dos principais discursos e da argumentação que foi sendo produzida, no Brasil, em torno da pandemia.

Assim, no capítulo intitulado, “Apenas um *resfriadinho*”: a trajetória das paixões no pronunciamento presidencial sobre a covid-19”, Maria Flávia Figueiredo e Valmir Ferreira dos Santos Junior analisam o discurso do pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, realizado em 24 de março de 2020, sobre a covid-19 no Brasil. Inscrevendo-se no domínio da retórica aristotélica (Aristóteles, 2000; 2005), os autores buscam descrever a trajetória das paixões observando quais são os auditórios possíveis que podem se filiar a este discurso e de que forma um discurso dessa proporção pode impactar a sociedade.

No capítulo “Negacionismo, antipolítica e coronavírus no Brasil”, Argus Romero Abreu de Moraes desenvolve uma reflexão em torno da organização argumentativa da retórica política do presidente Jair Bolsonaro em relação à pandemia de covid-19. Sustentado em Plantin (2008) e Fiorin (2017), o autor analisa cinco pronunciamentos do presidente brasileiro, produzidos no período de março a julho de 2020, observando as estratégias argumentativas em relação ao negacionismo sanitário e científico e à postura política do chefe do Executivo nacional frente à crise sanitária que vivemos.

Eduardo Lopes Piris e Isabel Cristina Michelan de Azevedo, no capítulo ““Fique em casa” versus “O Brasil não pode parar”: interações argumentativas na pandemia de covid-19”, dedicam-se a estudar a interação argumentativa produzida, em um debate da rede CCN Brasil, em 25 de março de 2020, entre a deputada governista Carla Zambelli (PSL/SP) e o senador opositor, Randolfe Rodrigues (Rede/AP). Fundamentados, especialmente, nos estudos de Plantin (2008) e Grácio (2011), os autores apresentam uma reflexão sobre a politização da crise sanitária, bem como um modelo de análise das interações argumentativas, focalizando as oposições entre discurso e contradiscurso, as estratégias de construção de argumentos e contra-argumentos e o processo de retomada do discurso do outro.

No texto “Vogue em discurso na pandemia: o dito e o silêncio nas estratégias argumentativas”, inscritas na perspectiva da análise de discurso (Pêcheux, 1969), as autoras Soraya Maria Romano Pacífico e Thaís Silva Marinheiro de Paula analisam o modo como as formações imaginárias produzem efeitos de sentido e contribuem na formulação de estratégias argumentativas em diferentes edições da revista Vogue, publicadas nos meses de abril e maio de 2020 no Brasil, Espanha, Itália e Portugal. Em suas análises, as autoras mostram que as condições de produção observadas em cada país afetaram a construção e a circulação dos discursos revista Vogue.

Fundamentada nos estudos retóricos e neo-retóricos, sobretudo nas noções de *ethos* e paixões (Aristóteles, 2011), o capítulo intitulado “Castigo ou oportunidade? Paixões e imagens divinas durante a pandemia”, de Marcia Regina Curado Pereira Mariano, apresenta o estudo de um conjunto de fragmentos argumentativos que circularam em matérias jornalísticas, entre os meses de março a junho de 2020. Em suas análises, a autora busca mostrar, de acordo com os discursos de líderes de algumas religiões e crenças, que paixões motivam as ações ‘divinas’ em situações de catástrofes e tragédias e que *ethe* de Deus emergem dessas paixões e ações.

Já Ana Cristina Carmelino e Luiz Antonio Ferreira, no capítulo “O funcionamento dos lugares da quantidade em discursos sobre a covid-19”, sustentados nos estudos da nova retórica (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996), apresentam um estudo sobre o funcionamento dos lugares da quantidade na argumentação. A partir da análise da capa do jornal O Estado de S. Paulo, de 21 de junho de 2020, data em que se contabilizou um total de 50 mil mortes pela Covid-19, os pesquisadores nos levam a compreender que os números podem se apresentar como argumentos valiosos para persuadir auditórios muito distintos.

“A pandemia no discurso da ecologia midiática conservadora brasileira: uma análise argumentativa”, publicado por Lucas Pereira da Silva, Gabriel Isola-Lanzoni e Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, tem por objetivo analisar o artigo de opinião “A letargia moral e mental do cidadão comum”, publicado, em 30 de junho de 2020, no Jornal da Cidade Online. Fundamentado teoricamente nos trabalhos desenvolvidos por Toulmin (2006 [1958]), os autores mobilizam as noções de problema epistêmico e de ecologia midiática buscando compreender, no material analisado, como o discurso da pandemia de covid-19 foi sendo transformado de um problema de saúde pública, a um instrumento de escalada autoritária.

Em “Duelo de titãs: a argumentação em torno da hidroxicloroquina”, fundamentada no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso (Pêcheux, 1969; Orlandi, 2002), Débora Massmann se propõe a compreender o funcionamento da argumentação em discursos sobre a hidroxicloroquina produzidos, em julho de 2020, por duas associações da área das ciências da saúde, a saber, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e a Associação Médica do Brasil (AMB). A partir das noções de condição de produção, formação discursiva e político na linguagem, a autora trabalha a argumentação como prática política de produção de sentidos, inscrita na história e sustentada na ideologia.

Desejamos a todas e todos boa leitura!

Maceió, junho de 2021.

***Débora Massmann & Eduardo Lopes Piris***

# **“APENAS UM RESFRIADINHO”: A TRAJETÓRIA DAS PAIXÕES NO PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL SOBRE A COVID-19**

*Maria Flávia Figueiredo*

*Valmir Ferreira dos Santos Junior*

A maneira como um mesmo discurso pode suscitar ações distintas em um auditório denota uma característica peculiar nas interações humanas: a subjetividade. Tal peculiaridade implica, pois, a compreensão particular daquele que interpreta um determinado discurso.

A Retórica se estabelece como disciplina que visa perscrutar os diversos caminhos argumentativos que um discurso pode percorrer na alma humana e, em decorrência disso, funciona como uma lupa pela qual se pode observar o fenômeno da subjetividade no campo argumentativo.

Em especial, a proposta teórica apresentada por Figueiredo (2018), a trajetória das paixões, aprofunda essa visão teórica da subjetividade da instância do auditório ao dar enfoque ao processo cognitivo-físico que uma emoção percorre na alma e no corpo do homem até sua atuação no mundo. A trajetória das paixões explica, por intermédio de 5 estágios distintos (disponibilidade; identificação; despertar da paixão; mudança de julgamento; e ação), as etapas pelas quais uma emoção passa para ser evocada na alma e no corpo.

Este capítulo lançará mão de tal proposição teórica para refletir acerca de um discurso contemporâneo que angariou imensa comoção mundial: o pronunciamento de 24 de março de 2020 do presidente da República Jair Bolsonaro a respeito da Covid-19 e sua chegada ao Brasil.

Por meio da descrição da trajetória das paixões e da análise de diversos fragmentos do discurso em questão, serão observados alguns dos possíveis auditórios que o discurso atingiu e as variações, em sentido passional, desses auditórios, para compreender a forma com que um discurso de tal magnitude pode impactar a sociedade.

Vejam, então, de que maneira as etapas da trajetória das paixões nos proporciona um percurso teórico-metodológico capaz de nos auxiliar na análise do discurso em pauta.

## Disponibilidade

Para que um discurso logre alcançar o intuito retórico estabelecido pelo orador, com sua tese, é necessário que seja persuasivo. Para isso, é imprescindível que tal discurso evoque emoções no auditório. Não obstante, o orador só poderá despertar emoções em seu auditório quando elas já se encontrarem disponíveis para a sua exploração. Dessa maneira, o orador só conseguirá despertar dada paixão se o auditório possuir uma predisposição cognitiva para senti-la.

Como se pode observar, o estágio da disponibilidade se refere a uma predisposição cognitiva do auditório, anterior ao discurso. Tal espaço cognitivo é constituído pelas experiências e preferências pessoais de cada sujeito, em outras palavras, sua constituição é subjetiva e individual. Portanto, sujeitos propensos, por inúmeros fatores que constituem sua mente, a emoções que permeiam o campo da dor e da raiva possuirão maiores chances de sentir cólera se comparados a sujeitos que estão habituados a vivenciar situações adversas com objetividade e pacificidade, por exemplo.

O estágio da disponibilidade, portanto, é que evidenciará as possíveis paixões a serem despertadas por um discurso. Ademais, é o estágio em que se podem discriminar os diversos auditórios de um mesmo discurso, justamente por desvelar a subjetividade e propensão dos sujeitos componentes de um auditório a uma dada paixão em detrimento de outra.

À vista disso, nesta seção serão apontadas as diversas paixões que o discurso em questão pode despertar, para que o desenvolvimento da análise via trajetória das paixões seja possível.

A primeira paixão escolhida para ser discutida via trajetória das paixões, que pode ser observada como possível paixão despertada no auditório do discurso presidencial de março de 2020, é a confiança.

Aristóteles (Τέχνη ρητορική II, 5, 1383a) define a confiança (também segurança ou esperança) da seguinte maneira: “[...] a confiança é o contrário do [temor; [...] a esperança [ou confiança] é acompanhada da suposição de que os meios de salvação estão próximos, enquanto os temíveis ou não existem, ou estão distantes”. Desse modo, Aristóteles descreve tal paixão de forma opositiva ao medo. O estagirita define o medo como um desgosto que se sente em relação a um acontecimento futuro, quando tal acontecimento é danoso e tem grandes chances de nos afligir, ou afligir aqueles que nos são caros. A confiança também é a suposição de que algum evento futuro ocorrerá no curso da vida daquele que a sente, ou na vida daqueles que lhe são caros, mas, ao contrário, não traz consigo o sentimento de dor e sim de prazer, pois apresenta a ideia de que os meios de superação a uma adversidade estão ao alcance.

Figueiredo (2018, p. 146) define a confiança como “[...] o oposto do medo. É acompanhada da esperança (antecipação) das coisas que levam à segurança como algo próximo, enquanto as causas do medo parecem inexistentes ou distantes”.

Por intermédio dessas duas definições, podemos observar que aquele que sente confiança está em uma disposição de expectativa de superação de uma adversidade. Além disso, é possível compreender que aquele que sente tal paixão, a sente em relação a algo ou alguém que possa lhe apresentar meios de salvação e, por fim, sente confiança aquele que acredita estar distante do temível e próximo daquilo (daquele) que pode lhe apresentar esperança.

Essa síntese da paixão da confiança nos permite compreender o possível auditório que a sentiria em relação ao discurso de Bolsonaro. Tal auditório é composto de indivíduos que acreditam que o discurso em questão apresente uma saída para uma adversidade que está sendo enfrentada no presente, portanto, tal auditório é constituído por pessoas que acreditam que a tese apresentada pelo orador detém os meios de salvação para a atual crise/pandemia brasileira.

A segunda paixão possivelmente despertada pelo discurso, em um auditório completamente diferente do anterior, seria a cólera. A disponibilidade à cólera pontua outro grupo de pessoas que o discurso em questão pode ter atingido.

O estágio da disponibilidade destaca a significância da subjetividade para a sua construção na psique humana. Por meio da análise deste estágio, fica claro que a construção particular de um sujeito a respeito de sua interpretação de mundo terá papel fundamental na forma com que ele adere, ou não, a um discurso.

No caso do discurso analisado, o estágio da disponibilidade torna patente a forma como um mesmo discurso pode despertar emoções marcadamente distintas.

Aristóteles (Τέχνη ρητορική II, 2, 1378b) define a cólera como “[...] desejo acompanhado de tristeza, de vingar-se ostensivamente de um manifesto desprezo por algo que diz respeito a determinada pessoa ou a algum dos seus, quando esse desprezo não é merecido”. Além disso, o estagirita ainda menciona que “o colérico se irrita sempre contra o homem em particular [...], mas não contra o homem em geral, e isso porque ele fez ou ia fazer algo contra si ou contra um dos seus” (Τέχνη ρητορική II, 2, 1378b).

Figueiredo (2018, p. 145) define a paixão da cólera como:

[...] impulso de vingança, causado por injustificada negligência em relação ao outro ou aos que são seus queridos. Essa paixão reequilibra a diferença causada pela insolência, pelo despeito e pelo desprezo. Consiste na tentação de causar desgosto ao outro. Tange, portanto, ao pessoal, a questões particulares entre sujeitos.

Por meio da interpretação das duas definições, é possível descrever o auditório possivelmente colérico em relação ao discurso analisado como composto de sujeitos que se sentem pessoalmente ultrajados, menosprezados e desrespeitados pelas afirmações de

Bolsonaro. Tais sujeitos provavelmente possuem o desejo de fazer com que orador sofra em seu lugar. À vista disso, tal paixão é sentida não pela possível classe a que o orador pertença (a de ‘políticos corruptos’, segundo os coléricos), mas sim por sua figura em específico ser interpretada, por aqueles que poderão se sentir encolerizados pelo discurso, como suja, indigna do cargo que ocupa, deplorável e infame.

Como evidenciado pela descrição anterior, no estágio da disponibilidade, diferentes paixões podem ser debatidas. Porém, apenas a confiança e a cólera serão discutidas analiticamente sob a ótica da trajetória das paixões, haja vista que o intuito do desenvolvimento deste capítulo não é esgotar as possibilidades analíticas, mas sim apresentar uma nova perspectiva teórica no campo da Retórica. Dito isso, o próximo estágio da trajetória das paixões será apresentado e discutido a seguir: a identificação.

## **Identificação**

De acordo com Figueiredo (2020), o estágio da identificação lida com a forma com que um sujeito se identifica com aquilo que o remete a ele, que fala da sua história, que dialoga com as suas lembranças, que respeita sua escala de valores, que trata de temas que lhe são caros, que lhe faz lembrar pessoas amadas, que lhe transporta para situações marcantes (quer se trate de momentos felizes, quer se refira a ocasiões traumáticas). Dessa maneira, a identificação ocorre quando revela ao sujeito quem ele é, mesmo que ele não tenha plena consciência disso.

Em consonância com a definição anterior, encontra-se a seguinte reflexão de Michel Meyer (2000, p. XLII): “[as paixões] informam-me sobre mim e sobre o outro tal como ele age em mim”.

Neste estágio, portanto, os sentidos mobilizados pelo discurso de Bolsonaro ganharão compreensões subjetivas, particulares, que guiarão o despertar de uma paixão em detrimento de diversas outras.

Para o auditório confiante, a identificação pode permear as ideias presentes no discurso do orador que remetam às noções de que a crise será superada e de que o governo é capaz de lidar com o problema que se apresenta à nação. Em contrapartida, o auditório colérico pode identificar os temas de negligência e descaso no discurso em questão e identificar-se na posição de cidadãos injustiçados por aqueles que detêm um poder que supostamente é concedido para lhes garantir a justiça. Dessa maneira, a identificação está nas noções de fantasia e memória suscitadas pela interpretação do discurso de Bolsonaro por parte do auditório colérico.

Os dois estágios descritos e discutidos até aqui (disponibilidade e identificação) garantem o desencadear do processo do despertar das paixões na alma humana. Tal processo, no estágio subsequente, deixará de ser apenas cognitivo, psicológico e passará a ser físico e permear também o corpo daquele que sente dada paixão.

## Despertar da paixão

Neste estágio, como pontua Figueiredo (2020), o auditório, após vivenciar os processos identitários (provenientes do discurso do orador), passa a experienciar as alterações e os processos fisiológicos que lhe ocasionarão as sensações de prazer e/ou dor, descritas por Aristóteles em sua Retórica. Assim, é possível compreender de que forma as paixões afetam não somente a alma, mas também, e, sobretudo, o corpo de quem as sentem.

O despertar da paixão, à vista disso, funciona como uma ponte entre a mente e o corpo. A paixão despertada deixa de existir apenas na alma e passa a afetar a instância física do homem.

Vejam os que se passa especificamente com o auditório confiante. Os seguintes excertos do discurso serão apresentados por possivelmente despertarem, nesse auditório, a paixão da confiança:

[1] Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. [2] Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. [3] Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas.

O excerto citado pode despertar a confiança, naqueles que acreditam que o discurso em questão apresenta meios de salvação em relação aos males trazidos pela Covid-19, quando apresenta em: (1) os possíveis feitos do presidente da República e seu governo para salvar cidadãos brasileiros, além da organização para o enfrentamento de uma crise; (2) a preocupação do presidente com os efeitos da doença caso chegasse ao Brasil; e (3) a organização do ministro da saúde, também médico e, portanto, referência na área da saúde, como peça central na organização do governo contra a doença.

A função desses três argumentos, para o auditório disponível à paixão da confiança, é apresentar o orador e seus aliados como competentes no combate à crise e à pandemia, como evidenciado anteriormente.

Nos excertos a seguir, a paixão da confiança também pode encontrar ressonância para atuar na alma humana, ao menos naquele auditório descrito anteriormente como pessoas que acreditam que o discurso do orador apresenta meios de salvação.

[4] Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um

cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país. [5] Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós. [6] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos.

Em [4], o orador apresenta as adversidades e a falta de apoio que sofreu em relação à imprensa brasileira, ao afirmar que a mídia mentiu e teve a intenção de criar o pânico na população. O excerto [5] complementa a ideia do trecho anterior e tem a função de creditar veracidade ao que o orador afirma, quando menciona que os pronunciamentos midiáticos agora refletem a verdade. Em [6], o orador afirma que o vírus entrou em território brasileiro e diminui seu risco, ao afirmar que ‘brevemente passará’, além de complementar o comentário com ‘nossa vida tem que continuar’ e ‘os empregos devem ser mantidos’.

Para o auditório disponível à confiança, os trechos acima podem passar a ideia de que o presidente, mesmo contra a mídia, sempre apresentou explicações corretas a respeito da covid-19, o que fica patente na mencionada ‘retificação’ das informações dos meios de comunicação. Ademais, ao afirmar que o vírus ‘brevemente passará’ e declarar que os empregos e vida devem permanecer sem mudanças, o orador pode cultivar a paixão da confiança no auditório disponível a ela por demonstrar que detém controle da situação.

Os últimos trechos que podem auxiliar no processo do despertar da confiança no auditório a ela disponível são os seguintes:

[10] Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença. [11] Aproveito para render as minhas homenagens a todos os profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores, que na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam. [12] Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa Pátria querida.

Em [10], o orador pode almejar criar a proximidade com o auditório que compartilha de valores religiosos e que tem fé de que a justiça divina proverá os meios para a superação da adversidade criada pela Covid-19. O trecho [11] traz um breve cumprimento do orador aos sujeitos envolvidos diretamente no combate à pandemia. Já o [12] arremata o discurso analisado ao rerepresentar um ponto principal da tese defendida pelo orador: o combate à crise sem ‘histeria’ ou ‘pânico’. Ademais, por meio da frase ‘Estamos juntos, cada vez mais unidos’, o orador apresenta um argumento de comunhão que evidencia sua tentativa de aproximação do auditório.

Para o auditório colérico, Bolsonaro, com seu discurso, reforça as concepções e imagens negativas que detém para a parcela da população que não credita confiança em seus atos e pronunciamentos.

Com intuito econômico de redação, os trechos citados anteriormente serão apenas referenciados pela numeração que organiza o discurso em fragmentos (o texto pode ser conferido integralmente no final deste capítulo).

Os trechos [1], [2] e [3] podem despertar a cólera no auditório que não confia no orador por compreender as afirmações de Bolsonaro como mentirosas. Para o auditório disponível à cólera, afirmar que o governo de Bolsonaro ‘resgatou’ cidadãos, ‘se organizou’ contra os perigos trazidos pelo vírus e ‘mobilizou’ governantes junto ao ministro da saúde para traçar um plano de contenção da Covid-19 pode ser interpretado como mentira e, por consequência, como menosprezo, desdém, por parte do presidente em relação a sua pátria e aos cidadãos que a compõem.

Justamente por propiciar a leitura do discurso como carregada de desdém é que os trechos referenciados podem despertar, no auditório, a paixão da cólera.

Os trechos [4] e [5] também podem apresentar um gatilho à cólera àqueles disponíveis a tal paixão, uma vez que, para esse auditório, o orador manipula uma narrativa em seu favor: sua incessante briga com a mídia em qualquer matéria que cobre algum de seus atos. Ao tentar enfatizar que sua exposição dos fatos é verdadeira, em detrimento da exposição apresentada pelos meios de comunicação, o orador pode novamente fazer com que o auditório se sinta menosprezado, o que o levaria a experimentar a cólera.

No fragmento [6], o orador confirma que o vírus alcançou o território brasileiro, mas tenta diminuir o possível medo que tal afirmação pode causar por meio da declaração: ‘brevemente passará’. A escolha argumentativa do orador, em particular nesse fragmento, pode funcionar a seu desfavor e, por consequência, despertar a paixão da cólera. Ao invés de diminuir a preocupação trazida pela chegada do vírus, o uso de ‘brevemente’ pode ser considerado como um ato de imprudência e até mesmo de desdém por aqueles que não concordam com o posicionamento do orador. Haja vista, a escolha de tal estratégia argumentativa pode ser compreendida como um desacato às necessidades e preocupações dos brasileiros e pode, então, levar certa parcela do auditório a experimentar a cólera, como mencionado.

Os trechos a seguir também podem evocar a cólera nesse auditório:

[7] O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso

se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

[8] No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

O orador, em [7], afirma que os cidadãos devem retomar suas atividades profissionais para que os meios financeiros que garantem suas sobrevivências sejam mantidos e, assim, o sistema monetário siga seu curso normal.

Para o auditório que não confia nas intenções de Bolsonaro e não aceita a tese por ele proposta em seu discurso, o trecho [7] pode desvelar a verdadeira intenção do orador: fazer com que os cidadãos mantenham o neocapitalismo brasileiro em funcionamento, mesmo que eles coloquem suas próprias vidas em risco, para que uma crise financeira não traga críticas ao setor econômico do governo Bolsonaro.

Em junção com a estratégia malsucedida do uso de ‘brevemente passará’ (que, para esse auditório, minimiza, de maneira inconsequente, os efeitos da Covid-19), o argumento apresentado em [7] pode ativar contundentemente a paixão da cólera por ser compreendido como um ato de extremo desdém do presidente, que supostamente teria função de zelar pelos cidadãos de sua pátria e não pela imagem de seu governo.

Em conclusão à análise do trecho [7], é possível discutir acerca da compreensão da palavra ‘normalidade’ para o orador. A escolha desse termo pode apresentar, para o auditório possivelmente colérico, uma profunda contradição. Tal auditório pode se indagar a respeito da real existência de uma ‘normalidade’ em meio à pandemia causada pelo vírus, que o orador confirma ter alcançado o solo brasileiro. Mais uma vez, a estratégia argumentativa do orador pode auxiliar na depreciação de sua tese, bem como a provável negação dela.

Outra estratégia argumentativa adotada pelo orador, que pode igualmente atuar em seu descrédito para o auditório disponível à cólera, é o uso do termo ‘poucas’ ao fazer referência às autoridades que se opõem à sua opinião. Tal como o uso de ‘brevemente’ e ‘normalidade’, o emprego de ‘poucas’ pode ser interpretado como uma tentativa de manipulação da narrativa tecida pelo orador a respeito da Covid-19 no Brasil e, conseqüentemente, potencializar o despertar da cólera.

Para a continuação do desenvolvimento analítico do trecho [7], é válido mencionar a existência de uma contradição, ao menos, para o auditório colérico. Quando o orador menciona que o país deve voltar ‘à normalidade’, mas preservar os idosos, uma incoerência pode ser identificada por aqueles que atribuem descrédito ao discurso de Bolsonaro. Portanto, questionamentos desta natureza podem ser suscitados: ‘como podemos retornar a uma suposta normalidade e isolar os idosos ao mesmo tempo?’. Em decorrência disso, o processo de invalidação da tese apresentada pelo orador pode ser desencadeado e, por sua vez, isso

pode auxiliar no despertar da cólera. Sendo assim, tal argumento pode se apresentar como uma solução demasiadamente generalizadora para um problema complexo, que demandaria mais cautela em sua consideração, e isso pode corroborar o insucesso do discurso para essa parcela do auditório.

No fim do trecho [7], outro argumento pode suscitar a cólera no auditório que não compartilha da visão apresentada pelo orador a respeito das variáveis implicadas pela Covid-19 na sociedade. O orador, na conclusão do trecho referenciado, busca tranquilizar a população que teme os efeitos do novo vírus que está atacando o mundo inteiro, porém, para o auditório colérico, quando menciona que a população em risco são aqueles com mais de 60 anos, o orador menospreza e exclui parte dos brasileiros. Tal menosprezo é uma das características do despertar da cólera e pode justificar a existência de tal paixão no auditório em questão.

Grande parte do trecho [8] também demonstra uma tentativa do orador de minimizar os riscos da Covid-19 para fazer com que o auditório adira à sua tese. No entanto, tal fragmento discursivo pode incitar a cólera por apresentar uma suposta mentira aos olhos do auditório que não confia em Bolsonaro, e, em função disso, ser compreendido como desdém do presidente em relação aos brasileiros.

O fragmento [9] possivelmente também apresenta subsídios para o despertar da cólera no auditório mencionado.

[9] Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite.

Para reforçar sua tese e angariar a adesão de seu auditório, o orador lança mão do argumento de autoridade ao mencionar instituições de renomado crédito perante a sociedade. Tal estratégia pode obter sucesso junto ao auditório disponível à confiança. Em contraposição, para o auditório suscetível à cólera, o fragmento em questão pode ser interpretado como oportunista e mentiroso, além de apresentar afirmações generalizadoras como ‘nosso governo tem recebido notícias positivas’. Para este auditório, a simples menção de suposta comprovação dos efeitos positivos do medicamento, sem menção de fontes confiáveis que possam fundamentar tal afirmação, é suscetível de suspeita e, logo, de descrédito. Esse descrédito pode ser compreendido, pelos coléricos, como mentira e, por consequência, como falta de zelo do presidente para com os cidadãos. O que demonstra que ele mais vê os brasileiros como combustível do veículo financeiro do país do que como vidas que precisam ser preservadas. Para o auditório colérico, portanto, os valores do presidente são: o dinheiro, o afastamento da crise e a retomada das atividades financeiras, mesmo que custe a vida dos que estão sob a égide de seu governo.

Se formos considerar os dois auditórios analisados no que tange a passagem da mente para o corpo no processo do despertar das paixões, observamos que, para aqueles que sentem a confiança, as sensações de alívio e conforto podem ser experienciadas, já, para os coléricos, a angústia, a ira e todos os seus efeitos afins podem se manifestar fisicamente.

O estágio do despertar da paixão, portanto, descreve o combustível físico que será responsável pelo alcance dos dois últimos estágios posteriores: a mudança de julgamento e a ação.

### **Mudança de julgamento**

O quarto estágio, mudança de julgamento, relaciona-se com a ideia de transformação de um ponto de vista. Nessa etapa, a pessoa acometida por uma paixão em ambas as instâncias, psíquica e física, constrói uma nova visão a respeito daquilo que está em pauta.

No caso do auditório confiante, a transformação pode ocorrer em função da concepção de que o discurso do orador apresenta uma saída para a situação crítica vivenciada. Na contramão, o auditório colérico passa da possível rejeição à tese para a vontade de fazer com que o suscitador de sua ira sinta o mal que instigou. No segundo caso, a mudança de julgamento é o que reforça, de uma vez por todas, a negação da tese proposta pelo orador.

### **Ação**

Por fim, encontra-se o quinto e último estágio da trajetória das paixões: a ação. Nele, a paixão que foi semeada cognitivamente na disponibilidade do auditório, e foi transportada da cognição para o corpo, extrapola para o mundo em forma de uma reação, uma resposta em consequência a todos os estímulos provenientes de um dado discurso.

Em sentido retórico, essa ação se manifesta por meio de duas alternativas: a aceitação ou a negação da tese apresentada. Claramente, àqueles confiantes, a aceitação da tese de Bolsonaro parece razoável e, até mesmo, apresenta-se como o único meio de superação da situação adversa em que o auditório se encontra. Em oposição, os coléricos rejeitarão a tese apresentada pelo orador por parecer ultrajante aos seus valores e à sua subjetividade.

### **Discussão**

Por meio do desenvolvimento da análise via trajetória das paixões, os seguintes pontos podem ser observados: (1) um discurso paradoxal, como o selecionado para análise, muito provavelmente dividirá aqueles que o testemunham em diversos auditórios, de acordo com as paixões por eles vivenciadas; (2) a concepção cognitiva e física que constitui o todo humano é uma máquina imprevisível para o analista do discurso, isso fica patente no fato de um mesmo discurso inegavelmente despertar paixões e encaminhar a ações diversas; e (3) um discurso da magnitude do selecionado para análise deve ser considerado, ponderado e analisado, uma vez que tais processos auxiliam na conscientização e evidenciação dos intuitos comunicativos do orador para com seu auditório.

Em adição aos pontos anteriores, é profícuo destacar a forma com que o discurso em questão deve ser discutido por aqueles que detêm as ferramentas de análise adequadas. Além disso, tal discussão é produtiva se considerarmos que a apresentação de tal discurso à sociedade em geral auxilia na construção de uma análise crítica a respeito das falas e pronunciamentos que permeiam a esfera social.

Por fim, é necessário destacar a importância da trajetória das paixões para o desenvolvimento deste texto, uma vez que foi por intermédio desse recurso teórico-metodológico que a interpretação de como uma paixão é despertada na alma humana se fez possível. Por sua vez, esse caminho analítico pode ser visto como uma sugestão para a análise das emoções humanas em sentido retórico.

## Referências

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Prefácio de Michel Meyer. Introdução, notas e tradução do grego de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Clássicos).

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa nacional-casa da moeda, 2005.

FIGUEIREDO, Maria Flávia. A retórica das paixões revisitada. *In*: LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo; MANFRIM, Aline Maria Pacífico; FIGUEIREDO, Maria Flávia (org.). **O texto: corpo, voz e linguagem**. Franca: Universidade de Franca, 2018. (Coleção Mestrado em Linguística). p. 141-158.A

FIGUEIREDO, Maria Flávia. Ampliação e aplicabilidade analítica da “trajetória das paixões”. *In*: FIGUEIREDO, Maria Flávia; GOMES, Acir de Matos; FERRAZ, Luana (org.). **Trajетória das paixões: uma retórica da alma**. Franca: Universidade de Franca, 2020. p. 29-55.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. (Prefácio). *In*: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-LI.

MEYER, Michel. **A retórica**. Revisão técnica de Lineide Salvador Mosca. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007. (Série essencial).

PLANALTO. Pronunciamento **do presidente da República, Jair Bolsonaro (24/03/2020)**. 2020. (4m58s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Vl\\_DYb-XaAE](https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE). Acesso em: 17 jun. 2020.

## **Anexo: Transcrição do discurso de Bolsonaro em 3 de março de 2020.**

[1] Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo.

[2] Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil.

[3] Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos.

[4] Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país.

[5] Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial: pede calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós.

[6] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos.

[7] O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transporte, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

[8] No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou *resfriadinho*, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

[9] Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite.

[10] Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

[11] Aproveito para render as minhas homenagens a todos os profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores, que na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam.

[12] Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa Pátria querida.

# NEGACIONISMO, ANTIPOLÍTICA E CORONAVÍRUS NO BRASIL

*Argus Romero Abreu de Moraes<sup>1</sup>*

## **Considerações Iniciais**

No presente texto, avaliaremos a organização argumentativa da retórica política do presidente Jair Bolsonaro em relação à pandemia do novo coronavírus. Para tanto, na primeira seção, faremos um breve histórico das epidemias no país; na segunda, relacionaremos negacionismo sanitário e científico à postura antipolítica do chefe do Executivo nacional; por fim, na terceira, analisaremos cinco de seus pronunciamentos a respeito da crise sanitária atual.

## **Epidemias no Brasil: breve histórico**

A conquista das Américas, incluindo, evidentemente, a do território brasileiro, decorreu também do uso de armas epidemiológicas, com efeitos significativos no que Todorov (1982) considera o maior genocídio já realizado na história humana. Ainda no presente, subsistem acusações a esse respeito. Segundo Angatu (2020, s/p): “As contaminações, propositais ou não, serviram e servem para espoliar terras indígenas e para o contínuo genocídio dos povos originários”.

A despeito disso, apenas em meados do século XIX, o Brasil enfrentaria sua primeira grande epidemia urbana: a de febre amarela. Transmitida pelo até então desconhecido *Aedes Aegypti*, o surto causou aproximadamente 4 mil mortes oficiais no Rio de Janeiro, em uma população ao redor de 200 mil habitantes. Proporcionalmente, hoje, isso equivaleria a cerca de 130 mil óbitos de cariocas (WESTIN, 2020).

Em 1850, os pronunciamentos de alguns senadores a respeito dessa epidemia revelam léxicos e argumentos semelhantes aos proferidos na atualidade. Bernardo Vasconcellos (MG) fala em “terror demasiado”. Para Limpo de Abreu (MG), “a moléstia não é tão grave”

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei. Bolsista PNPd/CAPES.

e “[n]ão se justificam o terror e o pânico da população”. Visconde de Olinda (PE) acusa seu colega Costa Ferreira (MA) de “socialismo” por defender gastos públicos com “os pobres”. Holanda Cavalcanti (PE) define as despesas com a criação da Higiene Pública, os lazaretos e o instituto vacínico como “desperdício de dinheiro público”, e acusa os médicos de se aproveitarem financeiramente das moléstias. Dantas Barros de Leite (AL) chama as quarentenas de “vexatórias e absurdas” (WESTIN, 2020).

No sentido inverso, Dom Pedro II visitou instalações hospitalares, criou “socorros públicos” – com hospitais de isolamento, enfermarias, médicos, remédios e alimentos – e destinou recursos extras às Santas Casas, as quais funcionavam como locais de atendimento aos desvalidos. Em abril de 1850, aprovou, por exemplo, a soma de 100 contos de réis para esse fim (WESTIN, 2020).

De acordo com Chalhoub (2020), em 1855, haveria ainda uma violenta manifestação de casos de cólera. “Quando as autoridades percebiam que havia uma epidemia de cólera ou de febre amarela, elas primeiro tentavam negar ao máximo, porque isso prejudicava a economia”, assevera Chalhoub (2020, s/p), de modo que “sempre havia a preocupação de equilibrar o combate à doença com os prejuízos econômicos que ela causava”. Em 1904, a soma entre a Revolta da Vacina e a posição antivacínica de setores da elite, da imprensa e dos políticos, em meio a um surto de varíola, contribuiu para 3.500 mortes oficiais na então capital brasileira (CHALHOUB, 2020), além de ter favorecido para que, poucos anos depois, em 1908, a mesma doença fosse responsável por 6.500 óbitos registrados (BVOC, 2020).

Uma década após, em 1918, a gripe espanhola ocasionou aproximadamente 35 mil vítimas fatais no Brasil. Para Tomé (2020), o negacionismo do presidente Venceslau Brás fora decisivo para minar o combate à doença. Assim como na atualidade, a “descrença inicial”, a “desinformação popular”, o “sistema de saúde” precário, as “condições sociais insalubres” e a “circulação de boatos de curas milagrosas” agravaram as consequências da gripe, principalmente para os mais pobres (TOMÉ, 2020). Entretanto, em contraste com a situação vivenciada hoje, o Presidente e os dirigentes da Saúde não sugeriram medicamentos salvadores, como, por exemplo, o “sal de quinino”, preservando a autoridade dos saberes científico e médico-sanitarista (SCHWARCZ, 2020).

Mais recentemente, de 1971 a 1975, o Brasil passaria pelo maior surto de meningite da sua história, com cerca de 67 mil casos e um número impreciso de mortos. Em meio ao “Milagre Econômico”, o governo militar escondeu a doença, impediu os médicos de darem entrevistas e se utilizou da Doutrina de Segurança Nacional para censurar reportagens na imprensa. A ausência das atuais redes sociais digitais facilitava o ocultamento da crise sanitária. Contudo, no presente, essas mesmas redes potencializam a difusão de boatos, mentiras e notícias falsas (LEMOS, 2020).

Não obstante, o negacionismo não estava acompanhado do incentivo das autoridades à população a se expor à doença, tampouco do estímulo à invasão de civis para filmar as enfermarias dos hospitais. Os governantes do período também não entrevistaram

nos protocolos clínicos sugerindo remédios contra a doença e pressionando para que profissionais de saúde receitassem medicamentos sem comprovação científica de eficácia no tratamento (LEMOS, 2020).

O negacionismo sanitário caracteriza-se pela ocultação, por parte de representantes de Estado, de crises de saúde pública com fins de manutenção de projetos políticos e de preservação da economia. Embora neguem a epidemia, não necessariamente deslegitimam a ciência para realizar o cálculo burocrático entre “salvar a economia” e “salvar vidas”. Tal negacionismo boicota a criação, gestão e execução de políticas de saúde coletiva. Torna-se, então, uma interface entre política e ciência. O negacionismo científico, por sua vez, é a negação da validade da ciência na explicação da realidade.

O Brasil atual projeta um ineditismo, o do encontro dos negacionismos sanitário e científico com a antipolítica, a qual substitui a racionalidade institucional de concertação dos conflitos e pacificação da esfera pública pelo incentivo à violência. Pela primeira vez, representantes públicos brasileiros sugerem à sociedade civil o sacrifício como forma de enfrentar uma epidemia, visto que sem proteção sanitária. Tal argumento almejaria “comprovar a veracidade de uma tese pelo sacrifício de alguém que tem seja uma convicção absoluta nela ou uma grande pureza de propósito. O sacrifício serve para provar as qualidades morais de uma pessoa ou ato” (FIORIN, 2017, p. 164). Passemos, então, à relação entre negacionismo e antipolítica.

### **Negacionismo e antipolítica**

Durante sua carreira política, Jair Bolsonaro se notabilizou por construir argumentos negacionistas, embora, essencialmente, ancorados na recusa à interpretação historiográfica da Ditadura Militar brasileira. Tornou-se Presidente com a tentativa sistemática ou de silenciamento desse passado ou de exaltação pública dos seus crimes sem constrangimento. Nega, assim, valores científicos e morais consolidados.

O negacionismo científico seria a corrente extremista marginal de opinião pautada na adulteração de fatos, processos históricos e naturais para disseminar informações fraudulentas com fins de adequação da realidade a interesses, exclusivamente, ideológicos. Para tanto, a) distorce teses científicas; b) apela ao sensacionalismo; c) descontextualiza fontes/documentos/relatos; d) simplifica raciocínios pela causalidade linear dos fenômenos; e) defende perspectivas ideológicas e morais para ajustar o mundo aos desejos pessoais/grupais, e não o inverso (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2019).

Jair Bolsonaro adapta tais pressupostos à arena deliberativa pública ao opor-se à racionalidade institucional do Estado Democrático de Direito, ao combater os saberes sanitários e científicos contemporâneos, ao suprimir a ética na fala política e ao tentar destruir a pluralidade de opiniões sociais. Além disso, ao ancorar seus argumentos em

notícias fraudulentas, contribui para a destruição da dinâmica da opinião pública, uma vez que a validade das decisões democráticas pressupõe a verdade factual (BUCCI, 2019).

“Como todo político autoritário, Bolsonaro se apresenta como não político”, afirma Nobre (2020, p. 1). Segundo o autor, o presidente brasileiro utiliza a máquina do governo para fomentar a desordem institucional e social. Desse modo, sua visão de Estado estaria vinculada à lógica da guerra, alçando a ideia de inimigo, interno e externo, a ser combatido à centralidade da *polis*. Consequentemente, a cultura e a política da morte passam a afrontar diuturnamente suas contrapartes democráticas, focadas na convivência e no bem estar comum. Em uma expressão, o *modus operandi* da sua racionalidade política é o caos como método (NOBRE, 2020).

Avritzer (2020) converge com essa perspectiva ao focar no conceito de antipolítica como negação de qualquer acordo, negociação e consenso na estratégia de poder. Para o pesquisador, além da lealdade a um projeto autoritário, Jair Bolsonaro realmente acreditaria que o Exército, principal grupo de apoio ao seu governo, e a cloroquina, medicamento que considera a “cura milagrosa” para o vírus a despeito das evidências científicas contrárias, solucionariam a crise sanitária brasileira.

“O presidente do Brasil opera sob o signo de Thanatos, o deus da morte”, assevera Avritzer (2020, p. 18). Isso explicaria, a seu ver, a demissão dos ministros da saúde Henrique Mandetta e Nelson Teich e o desmonte de políticas de saúde em meio à pandemia. Em nossos termos, além de ocultar ou atenuar uma crise de saúde pública, utiliza-se do argumento do sacrifício e nega a ciência. Em paralelo, elabora um dilema entre saúde e economia, projetando “1) uma disjunção entre duas teses; 2) um desdobramento que remete a cada uma delas; 3) [uma] idêntica conclusão seja qual for a alternativa escolhida” (FIORIN, 2017, p. 146).

Para Tiburi (2017; 2018), os populistas atuais frequentemente reduzem a política à esfera publicitária, transformando suas imagens institucionais e sua fala pública em espetáculos e mercadorias. Trata-se de uma estética do absurdo, normalizando o paradoxo e tornando “bacana” o que antes causaria vergonha para suscitar a adesão da sociedade civil. Ancoram-se, então, no cinismo, como destruição radical da empatia e dos valores civilizatórios, inviabilizando relações intersubjetivas, menosprezando sentimentos e convenções sociais e impedindo construções coletivas do comum. Ademais, acrescentamos, utilizam-se recorrentemente da ironia para “[...] desestabilizar o adversário, provocando o riso do auditório a favor do orador” (FIORIN, 2017, p. 221). Dito isso, analisemos suas declarações.

## Jair Bolsonaro e a pandemia

Na concepção retórica da argumentação, política é o processo deliberativo da *polis*, o qual opõe um Proponente, um Oponente e um Terceiro (Auditório) (PLANTIN, 2008). Nesse viés, para sustentar seu ponto de vista, o presidente Jair Bolsonaro contrapõe continuamente um Nós, como soma do Eu presidencial, do governo, dos aliados políticos e institucionais e de apoiadores na coletividade, a um Eles, síntese dos seus adversários, tais como políticos, instituições de Estado, jornalistas, empresas de comunicação, associações médicas e científicas, movimentos sociais, organizações internacionais e até mesmo países.

O líder antagoniza também a economia nacional, vinculada à empregabilidade e à produção de capitais, com a saúde pública, vinculada aos protocolos de segurança sanitária e à ajuda financeira aos grupos afetados e entes federativos. Implícita e/ou explicitamente, projeta tais caminhos como excludentes entre si.

Expõe, assim, ao público a responsabilidade do chefe de Estado em ter que escolher aquela alternativa que julga menos danosa à sociedade, bem como as supostas tentativas de boicote aos seus planos institucionais. Para o Presidente, o impacto, direto ou indireto, da pandemia seria ainda maior em caso de prevalência da saúde pública, uma vez que a falência das empresas e a diminuição do fluxo de negócios acarretaria mortes e desespero, além da crise econômica aguda. Dentre suas estratégias argumentativas, está a de atenuar a gravidade da epidemia, como podemos ver abaixo:

Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão [BBC, 2020. 24 de março de 2020. 10 vítimas fatais].

Nesse excerto, Jair Bolsonaro abrandava os riscos de morte pela analogia com doenças respiratórias comuns não mortais e pela elaboração de um grupo de risco (um Eles modalizado), excluindo a si e a seu grupo – atletas/pessoas saudáveis – dessa condição. Cria, por conseguinte, uma fratura interna ao povo pela exclusão de uma camada específica da sociedade, os doentes/sedentários. Seja pelo destino natural da vida, seja pela responsabilidade do indivíduo em relação à própria saúde, seria algo da ordem do privado, supõe o Presidente, e não da gestão pública, a qual deve priorizar a maioria da população e os interesses gerais da nação. Pela ideia de uma minoria afetada, potencializa sua tese de que a gripe é branda. Qualitativamente, o hospedeiro é que seria frágil. Quantitativamente, o número de vítimas fatais seria insignificante frente ao todo. Logo, a maior parte da população não precisaria se preocupar.

A mídia aparece pela remissão subentendida à Rede Globo de Televisão e ao médico Dráuzio Varella. Apesar de aparecer o saber médico como suposto sustentáculo científico do argumento do Presidente, trata-se de uma ironia, a qual, de um lado, descontextualiza

a recomendação técnica do adversário anterior à crise sanitária para dar credibilidade à sua fala, e, de outro, desqualifica-os pelas expressões “conhecido médico” e “conhecida televisão”. Ao não nomeá-los, nega-lhes o pleno direito à voz e marca-os como Oponentes. Poucos dias depois, Jair Bolsonaro declara:

Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Tomos nós iremos morrer um dia [BBC, 2020. 29 de março de 2020. 136 vítimas fatais].

Aqui, o político atenua o perigo do vírus pela capacidade de enfrentá-lo e pela naturalização explícita da morte, ausente no exemplo anterior. Para confrontar a doença, propõe a coragem, típica da virilidade masculina adulta. Ao se utilizar de uma palavra de baixo calão, demonstra a indignação de um homem público com personalidade, temperamento e preocupações típicos do cidadão comum, performando a hombridade desejada para aqueles que devem/irão se sacrificar.

Nesse excerto, afirma estar arriscando não apenas a vida da população, mas também a própria. Parece, então, cumprir com as expectativas associadas a um guia político e a um comandante. A masculinidade – simbolizada pela força, honra e coragem – encena uma batalha, conforme a lógica da guerra. Almejando estimular seu auditório pelo espelhamento com o chefe da nação, sugere que, em situações de crise, o povo é composto não apenas de meros cidadãos, mas de guerreiros.

Ciente da religiosidade brasileira, especialmente a do seu eleitorado, a fatalidade parece expressar-se não apenas por uma visão profana do mundo, dada as limitações biológicas do corpo humano, mas pela perspectiva sacra de um juízo final, o qual todos deverão enfrentar, segundo a crença cristã. Assim, além de sujeitos políticos e combatentes engajados na manutenção da ordem cívica e no enfrentamento do inimigo, político ou natural, conclama à guerra defensores da família, fiéis aos propósitos e desígnios divinos, os quais, se questionados ou contrariados, representariam uma infração superior à lei humana, ameaçando a própria salvação espiritual. As hierarquias sociais e cosmológicas demandariam, acima de tudo, humildade, obediência e destemor. Tais aspectos reaparecem no pronunciamento abaixo:

E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre. [...] Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas. Mas é a vida. Amanhã vou eu [BBC, 2020. 28 de abril de 2020. 5.017 vítimas fatais].

De forma mais agressiva, o político alude cinicamente à impotência humana, voltando a associar a taxa de mortalidade do vírus a um grupo de risco e a naturalizar a morte. O fatalismo

assume, desta vez, o lugar da política, *locus* esperado da ação, da gestão e da deliberação coletivas. Não havendo escolha possível e eficaz, exime-se de responsabilidades social e jurídica. A nosso ver, a naturalização profana e sagrada das consequências da enfermidade significaria a morte da política, reduzindo-a a lógicas externas que impossibilitariam decidir sobre o melhor caminho. A incapacidade humana em adaptar o mundo aos seus desejos implicaria, portanto, um retorno ao estado de natureza, ao império do necessário em detrimento da contingência. Ao superar os anseios humanos, o destino parece estar selado pelas leis divinas e do universo nessa afirmação, não restando nada a fazer ao líder político.

Não obstante, essa atitude antipolítica é, essencialmente, política, almejando, por meios indiretos inviabilizar as alternativas propostas por adversários/inimigos. A estratégia argumentativa escolhida naturaliza a política para passar-se por não ideológica. Qualquer tentativa em contrário, seria, esta sim, da ordem do ideológico, e não da racionalidade pública. Com isso, a passividade figura como ação/escolha política. Ao aceitar a morte, inclusive a sua, chegar-se-ia ao ápice do sacrifício em prol do objetivo maior.

Se o esquecimento funciona como uma das estratégias do negacionismo histórico, a passividade – simulada como impotência – configura-se como tentativa de instauração de um projeto de poder. Almeja-se deixar que “forças objetivas”, significadas como neutras e inescapáveis, possam assumir a responsabilidade de algo que demandaria articulação institucional e legitimidade legal. Busca, portanto, eximir-se de acusações de ineficiência dos atos de gestão pública e de eventuais punições normativas. A esse respeito, Ventura (2020) discute juridicamente a possibilidade de o governo brasileiro estar se utilizando da epidemia para afetar indígenas e outros grupos subalternos.

A aproximação e o distanciamento do discurso religioso ao colocar-se como Messias para depois negá-lo, tem a função de demonstrar seus limites frente ao trágico da natureza e dos desígnios divinos, oscilando entre o cinismo e a ironia. A solidariedade e a compaixão, típicas do discurso religioso, tornam-se *pro forma*, se não uma ridicularização da morte dos cidadãos, rompendo o pacto político que projeta metonimicamente o líder da nação como a expressão simbólica da sua totalidade. Quase um mês após, o Presidente declara:

Sabemos que devemos nos preocupar com o vírus, em especial os mais idosos, quem tem doenças, quem é fraco, mas (sem) essa de fechar a economia. 70 dias a economia fechada. Até quando isso vai durar? [...] Nós vamos enfrentar isso daí, eu lamento. Eu estou com 65 anos de idade, eu estou no grupo de risco. [...] Eu tenho obrigação como chefe de Estado de tomar decisões. Estou de mãos amarradas por decisão do Supremo Tribunal Federal que delegou a Estados e municípios essas medidas. Continuam chegando vídeos pra mim de pessoas sendo algemadas por estarem na rua. Isso não pode continuar assim. Como disse lá para o ministro, reservadamente, que eu não queria que tornasse público é fácil colocar uma ditadura no Brasil. O povo tá com medo dentro de casa [VALFRÉ, 2020. 26 de maio de 2020. 24.512 vítimas fatais].

Nessa fala, a negação da ameaça viral volta a se ancorar na restrição desta aos grupos de risco, sugerindo, implicitamente, a postura de força e coragem. Reconhecendo os perigos da doença, regressa a uma espécie de cinismo ao simular o cumprimento das obrigações de representante político e de ser moral (fundamentalmente cristão, no caso brasileiro), lamentando as mortes. A modalização reforça de forma sub-reptícia os valores éticos negativos e as condições delicadas de saúde dos principais afetados, garantindo a prevalência da economia como força objetiva superior aos demais aspectos da vida social.

Posta-se, assim, como chefe de Estado atuante para, em seguida, voltar a colocar-se como impotente. Desta vez, em decorrência das decisões jurídicas do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor de Estados e Municípios a respeito das medidas sanitárias. Transfere, então, a responsabilidade legal ao Oponente, atribuindo-lhe as consequências possíveis, sociais, políticas e jurídicas. Propõe, em síntese, uma transferência de responsabilidade.

Outra estratégia argumentativa presente é a inversão de acusação, postando-se como defensor dos direitos dos cidadãos e da democracia pela atribuição aos inimigos das posturas autoritárias que defende, visto que fora eleito com a apologia à Ditadura e, ao longo de 2020, participou de distintas manifestações de rua com apoiadores em prol do fechamento do Congresso e do STF. Mais do que descrever o “medo dentro de casa”, pretende fomentá-lo, com fins de despertar o “ódio” do auditório contra seus desafetos.

A transferência de responsabilidade e a inversão de acusação procuram desresponsabilizar o político pelas consequências da pandemia, responsabilizar seus opositores pelas mesmas, chamar a nação à manifestação agressiva – e ao sacrifício consentido – e atribuir aos seus inimigos as ações de violência que promove. Abaixo, mais um pronunciamento:

Quanto a repouso, isso é particular meu. Eu não sei ficar parado. Vou ficar despachando por vídeo conferência. [...] Eu estou impaciente, mas vou seguir os protocolos. O cuidado mais importante é com seus entes queridos, os mais idosos. Os outros também, mas não precisa entrar em pânico. A vida continua [BBC, 2020. 07 de julho de 2020. 66.741 vítimas fatais].

Após contrair a doença, o Presidente tenta inspirar um dever ser no auditório ao expor seu saber fazer e seu *modus vivendi*. Trata-se de conclamar indiretamente o “povo” à atividade, opondo-se ao que seria um pecado capital, no sentido econômico e religioso: a preguiça. O cinismo nos posicionamentos públicos é acompanhado pela contínua contradição das falas e atitudes. Bolsonaro ora posiciona-se contra os protocolos, ora a favor. Ora sugere medicamentos, ora nega que o fez (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Trata-se do caos como método argumentativo, esquecendo, deliberadamente, do que afirmara/fizera antes sem demonstrar constrangimento.

Na fala, simula mudanças reafirmando o mesmo: a existência de grupos de risco e a naturalização da vida, como face modalizada da naturalização da morte. Parte, então, da

classificação ampla de “entes queridos”, a qual englobaria todos os familiares e amigos, para restringi-la, em seguida, aos “mais idosos”. “Os outros” aparecem nuançados, sem classificação social. Se é função de uma liderança política evitar o “pânico” social, ao enunciar “a vida continua”, o Presidente normaliza o sacrifício alheio ao significá-lo como inevitável. Nesse intuito, dissimula suas razões necropolíticas pela analogia com a superação ritual do luto, como se se tratassem de mortes acidentais, e não do exercício do soberano “de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5).

Nesse viés, a morte dos mais fracos justificar-se-ia por se tratar de corpos, orgânica e moralmente, desprovidos de saúde, força, coragem e honra. Isto é, de virilidade. A descrição das vítimas potenciais expressa não uma constatação médica, científica, mas a politização e moralização da doença em si. Ceder a ela, tratar-se-ia de um desvio dos projetos nacionais e de valores, ensejando a preguiça e os privilégios daqueles que poderiam se confinar.

Em suma, o negacionismo do presidente Jair Bolsonaro atravessa aspectos científicos (das Ciências Humanas e da Natureza), sanitários e políticos. Ademais, pela antipolítica, cria um oxímoro. De um lado, sucumbe a política às forças externas da economia, da natureza e dos desígnios divinos, propondo, em vez de contingência e ação, a submissão às necessidades objetivas e a passividade coletiva, tendo como foco a implementação de um projeto necropolítico. De outro, reduz a ciência e a doença à ordem do ideológico, tornando possível à autoridade política cooptar a própria competência médica, a qual, por sua vez, torna-se inimiga política.

Destarte, seus argumentos estruturam-se dos seguintes modos: (i) normalização do absurdo; (ii) renomeação com fins de atenuação e/ou negação de uma dada realidade; (iii) analogias com saberes do senso comum como forma de mitigar, descaracterizar, desautorizar e desacreditar as lógicas política e científica; (iv) ironia da(s) pessoa(s), grupo(s) ou tese(s) contrária(s) (argumentos Ad Hominem); (v) ambiguidade como forma de se desresponsabilizar das afirmações e causar confusão no auditório; (vi) ridículo e cinismo como performances estéticas e desprezo por valores civilizatórios; (vii) esquecimento, silenciamento e eliminação de qualquer tese contrária; (viii) uso do saber religioso para eliminação de contradições políticas; (ix) apelo a emoções negativas (medo e ódio); (x) elaboração de uma imagem moralmente superior e/ou mítica pelo uso das virtudes de força, coragem, virilidade e honra, associadas aos imaginários de pureza, ordem, guerra e hierarquia; (xi) falsa simetria cognitiva e epistêmica, em que o conhecimento validado e sua destruição com fins estritamente ideológicos se equivalem; (xii) uso de notícias fraudulentas como forma de destruição da verdade factual na opinião pública; (xiii) transferência de responsabilidade; (xiv) inversão da acusação; (xv) (estímulo à) violência física, simbólica e sistêmica contra grupos oponentes; (xvi) elaboração de grupos de risco restritos como forma de opô-los aos interesses e qualidades da maioria; (xvii) argumento do sacrifício como forma de tornar a vida e a dignidade humanas secundárias; (xviii) redução da ciência e do controle da epidemia à lógica (necro)política; (xix) antipolítica

como forma de implementar projetos hegemônicos de poder pela lógica da guerra; (xx) submissão da política às lógicas da economia, da natureza e da religião, como supostas forças objetivas, para simular impotência deliberativa e persuadir o público a aderir a escolhas ideológicas, tidas como necessárias/inevitáveis.

### **Considerações finais**

No presente texto, avaliamos a organização argumentativa do presidente Jair Bolsonaro em cinco pronunciamentos sobre o novo coronavírus. Para tanto, realizamos um breve histórico das epidemias no Brasil. Em seguida, debatemos a relação entre antipolítica e negacionismo. Como conclusão, descrevemos vinte estratégias argumentativas negacionistas do Presidente.

### **Referências**

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica**: a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NOBRE, Marcos. **Ponto-Final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

### **Matérias de sítios da internet**

ANGATU, Casé. Como colonizadores infectaram milhares de índios no Brasil com presentes e promessas falsas. **BBC Brasil (online)**. Entrevista concedida a Leonardo Neiva. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53452614>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BBC. Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19. **BBC (online)**, 07 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ. Luta contra a varíola. **Casa de Oswaldo Cruz**. 27/07/2020. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/luta-contr-a-variola>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CHALHOUB, Sidney. Pandemia desmascara ‘arrogância da ignorância’ de governantes, diz historiador. Entrevista concedida a João Fellet. **BBC News (online)**. 19 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52250448>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. Não recomenda? 6 vezes que Bolsonaro defendeu uso da cloroquina. **Correio Braziliense (online)**. 16/07/2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/16/interna\\_politica,872688/nao-recomenda-6-vezes-que-bolsonaro-defendeu-uso-da-cloroquina.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/16/interna_politica,872688/nao-recomenda-6-vezes-que-bolsonaro-defendeu-uso-da-cloroquina.shtml). Acesso em: 27 jul. 2020.

WESTIN, Ricardo. No Brasil Império, chegada de vírus mortal provocou negacionismo e crítica a quarentenas. **El País (online)**. 07 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-07/no-brasil-imperio-chegada-de-virus-mortal-provocou-negacionismo-e-critica-a-quarentenas.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LEMOS, Vinícius. ‘Fico deprimida’: como médicos que combateram meningite na ditadura veem pandemia de covid-19. **BBC News Brasil (online)**. 24 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53116243>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos? **Síntese Evento Negacionismos e Revisionismos**: o conhecimento histórico sob ameaça (FFLCH/USP), de 7 a 9 de maio de 2019, p. 1-4. Disponível em: <file:///D:/Downloads/NAPOLITANO,%20Marcos%3B%20JUNQUEIRA,%20Mary%20Anne.%20Como%20historiadores%20e%20professores%20devem%20lidar%20com%20negacionismos%20e%20revisionismos..pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

TIBURI, Márcia. A ridicularização da política. **Cult (online)**. 02 de agosto de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/marcia-tiburi-a-ridicularizacao-da-politica/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TIBURI, Márcia. A República do cinismo. **Cult (online)**. 14 de novembro de 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-republica-do-cinismo/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TOMÉ, Frederico. Gripe espanhola e coronavírus: historiadores mapeiam semelhanças de como Brasil lidou com pandemias. Entrevista concedida a Geovanna Bispo. **Jornal de Brasília (online)**. 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/gripe-espanhola-e-coronavirus-historiadores-mapeiam-semelhancas-de-como-brasil-lidou-com-pandemias/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VALFRÉ, Vinícius. Bolsonaro: “Só fracos, doentes e idosos devem se preocupar”. **Terra (online)**. 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/bolsonaro-so-fracos-doentes-e-idosos-devem-se-preocupar,a520587d843c8178893210cc77ebec883rz13b1w.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VENTURA, Deisy. “Há indícios significativos para que autoridades brasileiras, entre elas o presidente, sejam investigadas por genocídio”. Entrevista concedida a Eliane Brum. **El País (online)**. 22 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-22/ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-por-genocidio.html>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SCHWARCZ, Lilia. ‘Crença em uma cura mágica’ é comum em pandemias. Entrevista concedida a Sarah Teófilo. Estado de Minas: **Política (online)**. 27/07/2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/07/27/interna\\_politica,1170394/lilia-schwarcz-crenca-em-uma-cura-magica-e-comum-em-pandemias.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/07/27/interna_politica,1170394/lilia-schwarcz-crenca-em-uma-cura-magica-e-comum-em-pandemias.shtml). Acesso em: 27 jul. 2020.

# “FIQUE EM CASA” *VERSUS* “O BRASIL NÃO PODE PARAR”: INTERAÇÕES ARGUMENTATIVAS NA PANDEMIA DE COVID-19

*Eduardo Lopes Piris<sup>2</sup>*

*Isabel Cristina Michelin de Azevedo<sup>3</sup>*

## **Introdução**

O noticiário durante a pandemia de covid-19 no Brasil e no mundo mostrou no início de 2020 governantes tomando decisões de combate ao novo coronavírus que, muitas vezes, revelaram tempo de resposta aquém da urgência exigida e, outras vezes, sequer ofereceram uma resposta à altura da tragédia humanitária anunciada desde os episódios de Wuhan, Madri e Milão.

Nos dois casos, as consequências foram desastrosas, pois os interesses econômicos prevaleceram sobre o direito à vida, sustentando seu ponto de vista, na arena midiática, com o argumento de que a quarentena não poderia parar a atividade econômica senão a população sentiria os impactos negativos da recessão. A sociedade passou então a conviver com o falso dilema “salvar vidas ou salvar a economia”, construído retoricamente pelo discurso de atores governamentais, midiáticos e empresariais, aliados aos interesses das forças sociais detentoras dos meios de produção.

No Brasil, essa polêmica se instaurou a partir das manifestações contrárias do presidente da República (**PR**) e seus seguidores às recomendações da Organização Mundial da Saúde e do próprio Ministério da Saúde do Brasil para que a população ficasse em casa, para cumprir o isolamento social e tentar diminuir a velocidade de contágio do novo coronavírus.

O debate intensificou-se logo após o pronunciamento presidencial<sup>4</sup> em rede nacional de rádio e televisão veiculado em 24 de março de 2020, no qual o presidente da República

---

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz.

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe.

4 Pronunciamento do presidente da República (PR) disponível no canal do Planalto no Youtube em: [https://www.youtube.com/watch?v=Vl\\_DYb-XaAE](https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE)

anuncia o início da circulação da covid-19 no Brasil e manifesta o posicionamento do governo sobre a forma de combate à pandemia. No dia seguinte, a emissora de televisão CCN Brasil realiza um debate entre a deputada federal Carla Zambelli, do Partido Social Liberal (PSL/SP), e o senador Randolfe Rodrigues, da Rede Sustentabilidade (Rede/AP), para discutir se “é hora de voltar ao trabalho e retomar a vida”<sup>5</sup>.

Nesse debate, é possível observar a interação argumentativa entre o discurso favorável à política de isolamento social condensado no *slogan* “Fique em casa” e o seu contradiscurso reconhecido no *slogan* “O Brasil não pode parar”, como respostas oferecidas à questão “como combater a pandemia de covid-19 no Brasil?”. Vale dizer que assumimos a acepção de Reboul (1975) de que *slogan* é qualquer fórmula concisa que desempenha as funções de fazer aderir, prender a atenção e resumir um raciocínio argumentativo, com vistas a influenciar e fazer agir sem escolher, como votar, comprar e militar.

Dito isso, o objetivo deste trabalho é analisar dois turnos da interação argumentativa face a face entre a deputada Carla Zambelli (PSL/SP) e o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) realizada no debate da CCN Brasil, examinando a interação entre discurso e contradiscurso, as estratégias de construção de argumentos e contra-argumentos, o processo de retomada do discurso do outro e a progressão da argumentação para além dos argumentos iniciais.

## 1. O conceito de interação argumentativa

No modelo dialogal proposto por Plantin (2008), a argumentação somente ocorre numa situação argumentativa, ou seja, num tipo de situação de comunicação em que os parceiros se engajam no ato de argumentar, realizando, conforme Plantin (2008, p. 69), os atos argumentativos de propor, opor-se e duvidar, os quais projetam três papéis actanciais da argumentação: Proponente, Oponente e Terceiro.

Plantin (2008, p. 64) explica que “a situação argumentativa típica é definida pelo desenvolvimento e pelo confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma mesma pergunta”, ou um assunto em questão, de modo que “um dos aspectos fundamentais da argumentação é a articulação de dois discursos contraditórios” (p. 66).

Na esteira dos postulados de Plantin, Grácio (2011, p. 122-123) desenvolve as características de uma interação argumentativa com base nestes três aspectos:

- 1) A existência de uma oposição entre discursos (ou seja, em que é requerida a presença de um discurso e de um contradiscurso numa situação de interação entre, pelo menos, dois argumentadores);
- 2) A alternância de turnos de palavras polarizados num assunto em questão, tendo em conta as intervenções dos participantes;

<sup>5</sup> Debate CNN 360º disponível no canal da CNN Brasil no Youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjrGYHq9-Hw>

3) Uma possível progressão para além do díptico argumentativo inicial, em que é visível a interdependência discursiva, ou seja, em que de algum modo o discurso de cada um é retomado e referenciado no discurso do outro.

Ressaltamos que, no modelo dialogal de Plantin, a argumentação não é abordada como uma atividade exclusivamente dialogal ou exclusivamente monologal, de modo que as análises podem eleger tanto as interações face a face quanto as interações no “interior” dos discursos monogeridos.

Desse modo, a metodologia de análise do discurso argumentativo varia de uma para outra forma de interação, pois contam aí fatores como a modalidade de linguagem da interação (escrito ou oral), o tipo de interação (imediate ou mediado; síncrono ou assíncrono), a plataforma de mídia (impressa, radiofônica, televisiva ou digital), a quantidade de participantes, as regras e os rituais de fala, a responsabilidade pelo enunciado.

Para examinar a articulação entre discursos contraditórios (a articulação entre o discurso e seu contradiscurso como respostas a uma mesma questão argumentativa), a caracterização dos atores sociais da argumentação é um caminho produtivo para a análise argumentativa, pois permite reconhecer não apenas os argumentos desenvolvidos e apresentados numa dada situação argumentativa, como também identificar o estatuto de quem defende cada argumento e cada ponto de vista em resposta a uma dada questão argumentativa.

Assim, nas interações promovidas pelos discursos monogeridos (artigos de opinião e pronunciamentos políticos, por exemplo), são analisados os enunciados que representam as vozes do discurso e do contradiscurso presentes na enunciação de um locutor, instância subjetiva recoberta pela figura do ator social da argumentação.

E, nas interações face a face, são analisados, num plano, os enunciados dos atores sociais da argumentação que interagem numa dada situação argumentativa, em que se examina a construção do discurso e do contradiscurso numa troca verbal; complementarmente em outro plano, também é analisada a interação entre os enunciados das vozes representadas nos e pelos discursos atribuídos a esses locutores participantes da interação argumentativa, ou seja, examina-se a constituição interdiscursiva da produção do ponto de vista de cada ator social da argumentação.

De modo geral, compreender a argumentação como prática social de linguagem passa pelo entendimento não apenas de que estamos diante de um tipo específico de interação que se distingue da interação conversacional, mas também que a argumentação é resultado de uma situação concreta de enunciação e é um fato de discurso, o que nos leva a considerar os lugares de fala que são assumidos pelos participantes da interação argumentativa, bem como os posicionamentos ideológicos reproduzidos na interação entre discurso e contradiscurso.

Nesse sentido, Amossy (2018, p. 11) reforça a abordagem da interação e da comunicação entre os participantes da troca argumentativa, ressaltando, porém, a dimensão institucional

e social da análise argumentativa, ao destacar que a argumentação no discurso “relaciona a fala a um lugar social e a quadros institucionais”.

Do exposto, temos elementos que já oferecem um caminho metodológico de análise bastante produtivo para a compreensão do desenvolvimento de uma interação argumentativa.

## **Análise do debate CNN 360º de 25 de março**

### **Contexto da situação argumentativa**

#### **O pronunciamento presidencial de 24 de março**

No pronunciamento presidencial de 24 de março de 2020, o presidente anuncia o início da circulação do covid-19 no Brasil e o posicionamento oficial do governo sobre a forma de combate ao novo coronavírus da seguinte maneira:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade (PR: 2’04”-2’24”).

E, na sequência, exorta que:

Algumas poucas autoridades municipais e estaduais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa (PR: 2’25”-2’38”).

O pronunciamento presidencial focaliza o aspecto econômico da crise sanitária gerada pela pandemia e pode ser representado pelo seguinte esquema argumentativo:

- Dado: o sustento das famílias deve ser preservado;
- Lei de passagem: voltar à normalidade (retomar a atividade econômica) garante o sustento das famílias;
- Conclusão: devemos voltar à normalidade (retomar a atividade econômica).

O pronunciamento presidencial é um discurso de refutação aos argumentos da campanha em prol do isolamento social, vinculada ao *slogan* “Fique em casa”, pois argumenta contra o que seria – na perspectiva discursiva vinculada ao *slogan* “O Brasil não pode parar” – uma consequência negativa (população desabastecida e faminta) derivada da conclusão “fique em casa” (não devemos retornar ao trabalho) proposta por seu adversário, pressionando, assim, autoridades estaduais e municipais a abandonar a política de isolamento social recomendada pela Organização Mundial de Saúde.

## A questão argumentativa no debate CNN 360º

No dia seguinte, 25 de março, o programa CNN 360º promoveu um debate, com a deputada governista Carla Zambelli (PSL/SP) e o senador oposicionista Randolfe Rodrigues (Rede/AP), em que os apresentadores e mediadores Daniela Lima e Reinaldo Gottino assim tematizaram a questão argumentativa: “É hora de voltar ao trabalho e retomar a vida?”.

A questão tal como tematizada é uma resposta ao pronunciamento presidencial do dia anterior, especialmente ao enunciado “O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade”. O veículo de comunicação, ao mesmo tempo que coloca em questão o ponto de vista do discurso presidencial, abrindo espaço para, pelo menos, duas respostas distintas e opostas (não, devemos ficar em casa; sim, devemos voltar ao trabalho), reproduz e focaliza a perspectiva econômica da crise sanitária tal como assumida no pronunciamento presidencial, colocando em segundo plano a discussão sobre as formas de combate à proliferação do novo coronavírus.

E é justamente essa perspectiva do pronunciamento presidencial que é retomada e colocada em questão pelo mediador do debate promovido pela CNN Brasil, de modo que os debatedores convidados são instados a apresentar respostas a essa perspectiva da crise sanitária, e não a outras perspectivas.

## A situação argumentativa do debate CNN 360º

A situação argumentativa é um tipo de situação de comunicação, cujos fatores constituintes devem ser abordados, para contextualizar os argumentos trocados.

O debate de opiniões transmitido por televisão e disponibilizado na internet projeta uma situação argumentativa em que os debatedores visam ao convencimento não do outro debatedor, mas do espectador. Esse tipo de debate configura uma situação comunicativa distinta daquelas das comissões internas das casas legislativas ou das sessões plenárias nas quais os parlamentares argumentam para tomar uma decisão via votação. Como esse tipo de debate visa à construção da opinião pública, a finalidade da argumentação é convencer o espectador.

O estatuto social dos debatedores também integra a situação argumentativa, porque sua filiação política projeta na situação certos sistemas de valores axiologizados e certos auditórios particulares, os quais participam da argumentação influenciando a própria escolha dos argumentos e as suas formas de expressão.

Nesse debate da CNN, a argumentação como um todo articula dois discursos opostos, retomando uma discussão mundial<sup>6</sup> acerca das medidas de combate ao novo coronavírus: Randolfe Rodrigues (Rede/AP) alinha-se às recomendações da OMS para as pessoas se

---

<sup>6</sup> Conferir noticiário internacional de 25 de março de 2020, Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-wales-52034546> e em <https://www.mirror.co.uk/news/politics/coronavirus-lockdown-need-go-work-21743982>

protegerem ficando em casa; Carla Zambelli (PSL/SP) alinha-se à posição do presidente brasileiro de que o Brasil não pode parar, menos de um mês após a identificação do primeiro caso de coronavírus no País, devendo retomar o trabalho para evitar o desabastecimento.

E, pela mesma razão e da mesma forma, o espectro ideológico do veículo de comunicação também influencia a situação argumentativa. No caso da CNN Brasil, é notório que sua programação tem dado espaço privilegiado a personalidades vinculadas à agenda presidencial, reservando à oposição o papel de *sparring*, como vimos na formulação da questão argumentativa desse debate.

Figura 1 – Impressão de tela do Debate 360º de 25/03/2020



Fonte: Canal CNN Brasil no Youtube.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjrGYHq9-Hw>

Na Figura 1, a tarja-manchete identifica o tema do debate e a fonte do dissenso (“divide opiniões”) a partir da qual os atores da argumentação produzem discurso e contradiscurso. As imagens dos debatedores e dos mediadores estão enquadradas em plano médio, perfiladas lado a lado, ocupando a maior parte do espaço da tela, com o senador opositor situado à esquerda, os mediadores ao centro e a deputada governista à direita, de modo que os seus olhares dirigem-se para o espectador.

Quanto à organização da interação, o debate (disponibilizado no Canal da CNN Brasil do Youtube) tem duração de 20’31” e se articula em seis turnos argumentativos: (1) o mediador pergunta aos debatedores, que lhe respondem com uma intervenção cada; (2) os debatedores trocam uma intervenção cada; (3) a mediadora pergunta à debatedora, que lhe responde; (4) a mediadora pergunta ao debatedor, que lhe responde; (5) e (6) repetem (3) e (4). Analisamos apenas os turnos argumentativos 1 e 2, pois essas trocas mostram como os debatedores respondem à questão apresentada pelo mediador, coconstruindo uma interação argumentativa baseada na oposição entre os discursos associados aos *slogans* “Fique em casa” e “O Brasil não pode parar”.

## Análise do turno argumentativo 1

Os dois debatedores tematizam o pronunciamento presidencial veiculado no dia anterior ao debate do programa CNN 360°, oferecendo ao espectador do debate dois modos distintos de ver o mesmo acontecimento.

### Análise do argumento da debatedora Carla Zambelli

Assumindo o papel argumentativo de Proponente (P), a deputada Carla Zambelli (CZ) (Quadro 1) propõe uma identificação entre o presidente da República e o então ministro da saúde, para argumentar que há afinidade entre os pontos de vista defendidos por ambos.

Quadro 1 – Transcrição da intervenção de CZ (0’56”-1’19”)<sup>7</sup>

**CZ:** (...) é mais ou menos na linha do que o Mandetta falou hoje... na verdade eles não falaram nada diferente um do outro (...)

**CZ:** (...) o presidente (...) tá com a preocupação em relação à economia... a um surto de desemprego que pode acontecer no nosso país... e o ministro Mandetta também fala quando ele diz “que não é hora de decretar esse lockdown” ou seja de um isolamento completo da população e que isso tem que ser feito em blocos... eh:: ambos estão falando a mesma coisa (...).

Fonte: Canal CNN Brasil no Youtube

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjrGYHq9-Hw>

A estratégia de identificação desenvolve-se por meio da aproximação de distintos objetos de discurso. As preocupações de ambos são enumeradas, de modo que, se o ministro da saúde está preocupado em controlar o surto sanitário no País, o presidente estaria preocupado com o “surto” de desemprego. A distinção de categoria entre saúde e economia é suspensa e abre-se caminho para a identificação: se a crise econômica é um tipo de “surto”, o surto epidemiológico equivaleria ao “surto” de desemprego.

Essa estratégia de identificação entre os pontos de vista do presidente da República e do ministro da saúde desenvolvida na argumentação da deputada projeta sobre si a imagem, o *ethos*, da mediadora de conflitos, da política que busca a conciliação para a solução de problemas.

Tal estratégia favorece a ampliação de seu auditório, pois endereça sua argumentação para a base apoiadora do governo (já convencida) e para a parcela da população (a convencer) que espera uma solução que preserve sua saúde e também suas finanças. Apresentar um *ethos* conciliador é uma estratégia de argumentação para não convertidos. A identificação entre o presidente e o seu ministro da saúde projeta-se sobre a identificação entre a oradora e seu auditório.

<sup>7</sup> Seguimos as normas de transcrição do Projeto NURC: ( ) incompreensão de palavras ou segmentos; :: prolongamento de vogal ou consoante; ? interrogação; (...) marca de supressão; “ ” citações ou leituras de textos.

E, com esse ethos projetado, a debatedora apresenta o raciocínio fundamental de seu argumento: “então quando a gente fala em fechar tudo, vão fechar também os supermercados? Vão fechar os restaurantes para que as pessoas não comam?” (CZ: 1’57”-2’03”).

Trata-se do mesmo esquema argumentativo do pronunciamento presidencial, porém o *ethos* da política conciliadora tenta amenizar o tom do *ethos* beligerante do presidente. Assim:

- Dado: o sustento das famílias deve ser preservado;
- Lei de passagem: ora, o trabalho garante o sustento;
- Conclusão: portanto devemos voltar ao trabalho.

No esquema argumentativo acima, podemos ver que a argumentação governista refuta a consequência negativa (“população desabastecida”) da argumentação oposicionista favorável ao isolamento social.

No vídeo, entre 1’20” e 2’03”, podemos notar que o discurso da debatedora apoia esse argumento, apresentando os seguintes exemplos de desabastecimento:

- os caminhoneiros poderiam ficar “sem combustível, sem borracharia em caso de troca de pneu, sem mecânico quando o caminhão quebra”;
- “pessoas estão ficando sem receber seus salários ou suas aposentadorias porque lotéricas estão fechadas”;
- “daqui a pouco vai ficar sem comida para abastecer sua própria residência”.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 399), a argumentação pelo exemplo implica:

[...] certo desacordo acerca da regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar, mas essa argumentação supõe um acordo prévio sobre a própria possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares [...].

Assim, apesar do desacordo entre as perspectivas dos debatedores, a argumentação pelo exemplo tem força para estabelecer um acordo mútuo, pois essa estratégia argumentativa constrói uma generalização a partir de casos particulares apresentados, fundamentando a regra “o isolamento social causará desabastecimento”. No *Tratado*, vemos que, uma vez aplicada num caso particular, uma regra de comportamento social generalizada torna-se um meio útil para promover a adesão dos espectadores em relação às posições defendidas.

Concentremo-nos agora na formulação da pergunta feita pela debatedora a seu adversário: “vão fechar também os supermercados? vão fechar os restaurantes para que as pessoas não comam?” (CZ: 1’97-2’03”, grifo nosso). O uso da preposição “para” constrói um argumento no qual o fechamento dos locais que oferecem comida levará a uma situação futura terrível: as pessoas deixarão de comer. Há aí uma retomada – por alusão – do

pronunciamento presidencial quando diz que algumas autoridades estaduais e municipais seriam responsáveis por afetar a vida da população.

Vejam agora (Quadro 2) o fecho da argumentação da deputada governista.

Quadro 2 – Transcrição da intervenção de CZ (2'23"-2'46")

**CZ:** (...) o que o presidente tá... tá... tentando explicar para a população é... a gente precisa achar um meio termo... e um meio termo por estado... a gente não pode simplesmente ter governadores que fecham todas as rodovias... que fecham acessos entre uma... estrada e outra... ãh:: hoje a gente encontrou dificuldade de pessoas que queriam vir de Goiás para Brasília para trabalhar... então o que a gente não pode ter é esse é esse fechamento geral.

Fonte: Canal CNN Brasil no Youtube.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjrGYHq9-Hw>

A retomada do pronunciamento presidencial por meio de uma variante do discurso indireto permite à argumentação da debatedora representar o discurso presidencial em seu discurso glosador, ajustando o tom beligerante do presidente ao tom conciliador adotado no debate como estratégia de construir uma posição equilibrada para unir esforços federais e estaduais.

Essa retomada – “a gente não pode simplesmente ter governadores que fecham todas as rodovias” – atualiza um acordo prévio em relação aos governadores enunciado no pronunciamento presidencial: “algumas poucas autoridades estaduais e municipais [...] devem abandonar [...] a proibição de transportes” (PR: 2'23"-2'33”).

Todavia é preciso dizer que se trata da retomada de um falso acordo prévio, pois a ANVISA havia publicado no Diário Oficial de 23 de março de 2020 a Resolução RDC n. 353/2020<sup>8</sup>, delegando, ao Órgão de Vigilância Sanitária ou equivalente nos Estados e no Distrito Federal, a competência para elaborar a recomendação técnica para estabelecimento de restrições excepcionais e temporárias por rodovias de locomoção interestadual e intermunicipal. Assim, os governadores estavam seguindo a legislação federal, de modo que a argumentação da debatedora, ao citar o pronunciamento presidencial, fundamenta seu argumento numa falsa acusação.

Em suma, nesse primeiro turno argumentativo, a argumentação da deputada Carla Zambelli constrói uma falsa identificação entre elementos de distintas categorias (saúde e economia), uma generalização pelo argumento do exemplo (sem trabalho, população desabastecida), uma falsa acusação aos governadores, um *ethos* conciliador para amenizar os efeitos danosos do *ethos* beligerante do presidente, buscando projetar uma imagem mais ponderada do governo federal para cultivar sub-repticiamente na mídia o discurso contrário ao isolamento social.

<sup>8</sup> Resolução disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-353-de-23-de-marco-de-2020-249317428>

## Análise do argumento do debatedor Randolfe Rodrigues

O senador Randolfe Rodrigues (**RR**) assume o papel argumentativo de Oponente ao realizar o ato de opor-se ao argumento de identificação alegado por sua adversária, contra-argumentando que o pronunciamento presidencial é contraditório ao posicionamento favorável ao isolamento social de seu ministro da saúde e também de seu vice-presidente.

Assim, se a argumentação da Proponente caracteriza-se pela estratégia de associar a imagem do presidente à do ministro da saúde, a argumentação do Oponente desenvolve a estratégia de dissociação dessas imagens, para mostrar falta de união dentro do governo (e depois mostrar falta de união do governo federal com as demais esferas governamentais), reforçar a imagem de um presidente negacionista e refutar o discurso da Proponente de que o presidente quer encontrar a justa medida entre salvar vidas e preservar a economia durante a pandemia.

Assim, a argumentação do Oponente atribui uma valoração negativa ao pronunciamento presidencial por meio do argumento *ad hominem*: “o pronunciamento de ontem do senhor presidente da república é irracional” (**RR**: 3’35”-3’40”). No Quadro 3, vemos a construção da justificação para a alegação de que o pronunciamento presidencial é irracional.

Quadro 3 – Transcrição da intervenção de **RR** (3’40”-4’12”)

**RR**: (...) é contraditório com com inclusive as autoridades de governo que estão falando... é contraditório ao que próprio senhor ministro da:: saúde tem se pronunciado e todas as autoridades do ministério da saúde... é contraditório com que ( ) diz seu próprio vice-presidente da república falou ainda há pouco... o senhor vice-presidente Hamilton Mourão em entrevista... em coletiva concedida ainda há pouco disse em alto e bom som “a orientação é isolamento social”

Fonte: Canal CNN Brasil no Youtube

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjrGYHq9-Hw>

A repetição da expressão “é contraditório” por três vezes enfatiza o desalinhamento do presidente em relação às “autoridades do governo”. Nesse caso, a repetição promove a acumulação de razões que confirmam o ponto de vista apresentado pelo debatedor. Aristóteles (2012, 1400a) destaca que é peculiar à refutação examinar os pontos contraditórios do discurso ao qual alguém se opõe. Nesse caso, ao apontar a contradição das ideias do presidente em relação a cada um dos integrantes do Governo citados, reforça-se a incoerência do líder diante do grupo responsável por governar o País.

Para sustentar a refutação de que o pronunciamento presidencial é contraditório em si, a justificação baseia-se no argumento de autoridade, evocando quadros do alto escalão do governo federal que defendem o isolamento social.

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), o argumento de autoridade é um tipo de argumento “totalmente condicionado pelo prestígio” (p. 237) e que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (p.

348). Assim, para justificar a alegação de que o pronunciamento presidencial é irracional e contraditório, a argumentação do senador Randolfe Rodrigues não apenas mobiliza as palavras ditas pelo ministro da saúde e pelo vice-presidente como as valoriza positivamente como “uma orientação sensata no âmbito do governo”.

Assim como na abertura, o fecho da argumentação do debatedor constrói uma imagem negativa do orador do pronunciamento presidencial: “pronunciamento insano” e “pronunciamento [...] foi irresponsável”. Desse modo, a argumentação do senador fundamenta-se no argumento de autoridade e no argumento *ad hominem*, que são argumentos ligados à pessoa, privilegiando a estratégia de avaliar negativamente a imagem do presidente e negligenciando a refutação ao argumento do pronunciamento presidencial replicado pela debatedora proponente.

O discurso do debatedor limita-se a construir a comunhão com seu auditório (apoiadores do *slogan* “Fique em casa”), abdicando da ampliação de seu auditório, diferentemente da argumentação da deputada Carla Zambelli que, por meio de generalizações, tenta ampliar seu auditório.

Esse tipo de estratégia deixa entrever que a argumentação do senador constrói a prevalência da vida sobre a economia como um valor que em si é suficiente para sustentar, exclusivamente para seu auditório, sua alegação/conclusão de que “mais vale [...] preservar a vida e a saúde de todos”.

## **Análise do turno argumentativo 2**

No segundo turno argumentativo, os dois debatedores já têm condições de retomar os discursos um do outro apresentados no turno argumentativo 1, para então construir contra-argumentos e fazer a interação argumentativa progredir para além dos argumentos iniciais.

## **Análise do argumento da debatedora Carla Zamabelli**

O mediador passa rapidamente a palavra à deputada Carla Zambelli, que realiza uma intervenção interacional do tipo pergunta, todavia mantendo-se no papel actancial de Proponente, pois sua questão não realiza exatamente o ato argumentativo de duvidar, ou seja, de colocar em dúvida o ponto de vista do Proponente e do Oponente, o que ofereceria uma nova perspectiva sobre a questão argumentativa.

A pergunta que a debatedora endereça a seu adversário sustenta seu ponto de vista e o do presidente da República e cumpre, de fato, a função de colocar seu adversário na condição de respondê-la, aprisionando-o ao seu ponto de vista e restringindo suas possibilidades de desenvolver sua própria linha argumentativa.

Ademais, na construção da pergunta, a argumentação da debatedora procede à retomada do discurso de seu adversário para refutar parte de seus argumentos, realizando os seguintes processos argumentativos:

- 1) sustentação do ponto de vista defendido pela deputada governista e o presidente da República – “o sustento das famílias deve ser preservado, portanto devemos retomar a atividade econômica” – sob a forma de pergunta para provocar a retomada da perspectiva que lhe interessa desenvolver, a saber: “como que a gente vai fazer para pessoas que estão em casa para abastecerem suas casas?” (CZ: 5’16”-5’24”);
- 2) refutação do argumento de seu adversário sobre os cancelamentos dos eventos esportivos, retomando NBA e Olimpíadas, mas não como argumento de autoridade, e sim como exemplos citados pelo presidente da República como casos de “aglomeração muito grande de pessoas” que devem ser evitados (CZ: 5’46”-6’03”);
- 3) endereçamento ao auditório, com apropriação e ressemantização do *slogan* “Fique em casa” para o “Se puder, fique em casa”, que, na aparência, amplia o auditório ao apresentar sua solução para preservar a vida e a economia, mas, na essência, desvia uma orientação de segurança sanitária universal para (1) uma orientação particular explícita às classes sociais que possuem condições de praticar o isolamento social sem apoio do governo e (2) uma orientação particular implícita às classes sociais que não possuem tais condições, sendo obrigadas a não cumprir as medidas sanitárias para produzir os meios de subsistência da sociedade: “[...] as pessoas que podem ficar em casa [...] fique em casa [...] agora quem precisa trabalhar [...] quem tem que gerar renda [...] a gente não pode simplesmente pedir para que [...] fiquem em casa” (CZ: 6’03”-6’19”);
- 4) reformulação e conclusão da pergunta antes de passar a palavra a seu adversário, deixando entrever que o senador é uma espécie de tribuno da plebe e ela, uma representante das classes dominantes: “a pergunta que eu devolvo para o Randolfe é, se todo mundo resolver ficar em casa, como é que a comida vai chegar na casa do senhor ou na casa daquele mais pobre que são os que o senhor defende?” (CZ: 6’20”-6’29”). Aqui, não é possível deixar de notar que o discurso da debatedora marca posição política entre aqueles que defendem o “mais pobre” e os que representam os interesses das classes dominantes.

### **Análise do argumento do debatedor Randolfe Rodrigues**

Considerando que a pergunta da deputada é uma estratégia de refutação ao discurso alinhado ao *slogan* “Fique em casa” e de aprisionamento da linha argumentativa de seu adversário, pois implica o debatedor a realizar um ato de resposta, a segunda intervenção do debatedor dedica-se a refutar o argumento da alegada consequência danosa (“população desabastecida”) que seria causada pelo isolamento social.

Como o ato de refutar requer mostrar as contradições no discurso do outro, a abertura da argumentação do debatedor retoma a pergunta “como é que a comida vai chegar na casa do [...] mais pobre?”, construindo como fato o funcionamento dos serviços essenciais no Brasil (Quadro 4).

Quadro 4 – Transcrição da intervenção de **RR** (6'41"-7'00")

**RR:** (...) VEja... dos vinte e sete estados da federação a ampla maioria não cortou seus serviços essenciais (...), os supermercados estão abertos, os serviços de atendimento de limpeza de rua, o serviço de saúde e essa é a própria recomendação do ministério da saúde

Fonte: Canal CNN Brasil no Youtube

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjrGYHq9-Hw>

Na sequência, retoma a estratégia de atribuir ao presidente brasileiro a imagem do político responsável pela falta de união do governo no combate à pandemia, denunciando a falta de bom senso do presidente por não trabalhar para “superar as divergências [...] entre governo e oposição” e sua atitude beligerante ao “partir para o conflito”: “ele atacou governadores, atacou prefeitos, atacou toda a imprensa”. A estratégia de atribuir ao presidente a imagem do antagonista belicoso no processo de combate à pandemia passa também pela estratégia de o senador oferecer ao auditório o *ethos* de um político sensato, que busca união entre governo e oposição, que apresenta propostas para que população possa ficar em casa: “é o governo federal que tem que aprovar um programa de renda mínima para os mais pobres, é o governo federal que tem que aprovar um programa de imposto sobre grandes fortunas” (**RR:** 7'52"-8'00"). Como fecho de seu argumento, o debatedor reitera traços desse *ethos* do político sensato, que age com bom senso, afirmando que em seu estado, o Amapá, governo e oposição se uniram contra o inimigo comum, a epidemia de covid-19.

### Considerações finais

A questão argumentativa desse debate afigura-se como uma discussão entre perspectivas opostas sobre o combate à epidemia de covid-19 no Brasil. Contudo, colocando em cena atores que representam governo e oposição, esse debate transforma-se numa avaliação sobre a política sanitária adotada pelo governo federal e também sobre a política econômica do governo federal.

Os discursos vinculados aos *slogans* “Fique em casa”, “Se puder, fique em casa” e “O Brasil não pode parar” parecem palavras de ordem instauradas numa polêmica sanitária, mas, de fato, representam visões de dois modelos econômicos que já estavam em disputa no cenário político. A perspectiva argumentada pela deputada Carla Zambelli defende a visão política neoliberal (o indivíduo faz a economia e ajuda o Estado a se manter forte), ao passo que a do senador Randolfe Rodrigues defende a visão política social democrata (o Estado deve intervir e auxiliar o indivíduo).

Nessa argumentação erística, os debatedores visam a fortalecer seus argumentos e enfraquecer os de seu adversário, para convencer a opinião pública e respaldar a movimentação das peças no tabuleiro político. Assim, as respostas à questão argumentativa “já é hora de voltar ao trabalho, de voltar à vida?” são pontos de vista que têm base em visões

de mundo constituídas a partir da oposição entre os discursos neoliberal e social democrata. A própria questão argumentativa não focaliza a crise sanitária, mas a crise econômica, pois a discussão é uma disputa não pela forma de combate à epidemia, mas pela hegemonia da visão político-econômica que deve guiar os modos de produção do País e a condição de vida das pessoas.

## Referências

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução: Ângela M. S. Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Do discurso argumentado à interação argumentativa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 117-128, 2011.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

REBOUL, Olivier. **O slogan**. Tradução: Ignácio Loyola Brandão. São Paulo: Cultrix, 1975.

# VOGUE EM DISCURSO NA PANDEMIA: O DITO E O SILÊNCIO NAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

*Soraya Maria Romano Pacífico<sup>9</sup>*

*Thaís Silva Marinheiro de Paula<sup>10</sup>*

*Seja na figura, seja na paisagem, eu gostaria de exprimir não algo sentimentalmente melancólico, mas uma profunda dor. (VAN GOGH, V. Cartas a Théo)*

## Introdução

Final de 2019. O mundo é conectado pelo discurso sobre um novo vírus que foi noticiado, pela primeira vez, em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de dezembro de 2019, mas o primeiro caso foi reportado em 31 de dezembro do mesmo ano. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de uma pandemia. Até 15 de julho de 2020, pelo menos 13.271.756 casos da doença foram confirmados em pelo menos 188 países e territórios (PANDEMIA DE covid-19, 2020).

Os números de mortos, de infectados, de doentes graves, de curados, somados ao desconhecido sobre o novo coronavírus provocaram a proliferação de discursos sobre a pandemia no que diz respeito à saúde, à educação, à economia, aos idosos – considerados um grupo de muito risco –, à xenofobia (especialmente, em relação aos asiáticos). Nesse contexto, a discriminação e o preconceito contra os grupos socialmente mais vulneráveis ganharam proporções ainda maiores do que as já manifestadas contra eles, historicamente.

Desde o início do ano de 2020, diariamente, a mídia mundial tem produzido sentidos sobre a nova doença provocada pelo novo coronavírus, ou seja, síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), sendo declarada, em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde, como uma pandemia.

Em 25 de fevereiro, a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo confirmou o primeiro caso no Brasil. Dessa data em diante, os casos começaram a crescer em solo brasileiro, partindo, principalmente, das capitais e chegando ao interior com muita rapidez e descontrole. Em

<sup>9</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFCLRP da Universidade de São Paulo.

<sup>10</sup> Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da FFCLRP-USP, e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da FFCLRP-USP. Docente da ETEC/Ituverava.

maio de 2020, o governador de São Paulo, João Doria, decretou a obrigatoriedade do uso de máscara em todo o estado, como uma das medidas para prevenir a disseminação do novo coronavírus (PEREIRA, 2020).

Entretanto, em meio aos cuidados que a ONU (Organização das Nações Unidas), assim como todos os países afetados por essa pandemia, e, no caso do Brasil, todos os Estados têm tomado para evitar um colapso do sistema de saúde e a possível morte dos infectados por essa “invasão viral”, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, não poupa a nação de seu discurso depreciativo sobre a doença covid-19, pois, segundo ele, “é só uma gripezinha”.

Essa é uma breve contextualização que dá suporte às condições de produção dos discursos sobre/na pandemia, objeto deste trabalho, cuja fundamentação teórica é a Análise do Discurso elaborada por Michel Pêcheux, na França, no final dos anos de 1960.

Como já apontamos, todas as mídias, digitais e eletrônicas, formularam e divulgaram sentidos sobre a pandemia. Por esse motivo, elegemos a mídia como lugar discursivo para a constituição do nosso *corpus*. Diante de inúmeras possibilidades, encontramos na Vogue um solo fecundo para análise dos discursos construídos na pandemia, pois essa revista é internacional, o que nos possibilitou fazer um cotejamento dos discursos que circularam nas capas da Vogue Brasil e de outros países, nesse período de pandemia, sendo eles Espanha, Itália e Portugal.

Cabe ressaltar que a revista Vogue é, atualmente, publicada em 27 países (CONDÉ, 2020) entre publicações próprias e licenciadas e, segundo os estudos de Elman (2008, p.50) “trata do assunto moda, aparência e bem-viver como referência do estilo de vida de seu público, atribuindo conceitos e normalizando determinados modelos que, ao contrário da naturalidade com que são apresentados, são resultado de intensa promoção ideológica”.

Pensando nisso, propomos, com este trabalho, analisar como as formações imaginárias interferem na construção dos efeitos de sentido e estratégias argumentativas da revista Vogue, em tempos de pandemia da covid-19. Para constituir o *corpus* da pesquisa, optamos por analisar as capas da revista Vogue Brasil (abril/2020), Vogue Espanha (maio/2020), Vogue Itália (abril/2020) e Vogue Portugal (abril/2020) bem como as legendas sobre as capas publicadas no Instagram da revista de cada país.

## **Revista Vogue e as condições de produção discursivas no acontecimento da pandemia**

Ao fazermos uma pesquisa com as palavras “origem da Revista Vogue”, fomos direcionadas ao site de anúncios [www.assineglobo.com.br/](http://www.assineglobo.com.br/) e encontramos a seguinte formulação: “Assine Vogue. O primeiro olhar, a última palavra. Com o melhor e mais completo conteúdo de moda, Vogue é a bússola das principais tendências de beleza, cultura e lifestyle.”

Logo abaixo desse anúncio, encontramos o site da Wikipedia, que traz a história da Revista, como se lê em:

*Vogue* foi lançada em 1892 na cidade de Nova York, idealizada por Arthur Baldwin Turnure e Harry McVickar, como um pequeno folhetim de moda, com aproximadamente 30 páginas, destinado às mulheres da alta sociedade nova-iorquina no final do século XIX. [...] A publicação, além de se tornar mensal, teve seu conteúdo reformulado para torná-la mais atraente, e transformou a moda em “objeto de desejo” e “sonho de consumo” para as mulheres. (VOGUE (REVISTA), 2020).

Conforme podemos observar, *Vogue* é uma revista produzida para um público rico, sofisticado, que procura as “principais tendências de beleza, cultura e lifestyle”. Ao anunciar-se como “o primeiro olhar e a última palavra”, *Vogue* constrói um efeito de sentido de que aquilo que a leitora/o leitor encontrará em suas páginas pode ser considerado como discurso de autoridade no campo da moda e beleza, pois a revista assume a “última palavra” sobre o “lifestyle”. Neste trabalho, analisaremos somente as capas das revistas e suas respectivas legendas publicadas no Instagram. Como sabemos, as capas são tecidas pelo entrelaçamento da linguagem verbal e não verbal, em que a fotografia tem grande destaque.

Analisaremos as fotografias das páginas da *Vogue* compreendidas em seu aspecto discursivo. O aparato teórico-metodológico que nos embasa não nos permite confundir as fotografias com o seu próprio referente, posto que toda manifestação de linguagem produz efeitos de sentido que provocam gestos de interpretação àqueles que duvidam da transparência e neutralidade languageiras. Sustentamos esse princípio porque o analista do discurso tem como objeto de análise os discursos que circulam nas várias materialidades significantes, pois:

São materiais de reflexão para todo analista de discurso: os escritos, as imagens, os ditos, as novas tecnologias, fotos, o silêncio e muitos outros, cada qual com suas especificidades, seus dispositivos analíticos e sua contribuição para a compreensão dos processos de significação, como já afirmava eu em 1994, no texto sobre os efeitos do verbal sobre o não verbal (ORLANDI, 2011, p. 19).

Buscamos, portanto, analisar os efeitos do verbal sobre o não verbal, dando atenção especial à construção de estratégias argumentativas e ao silêncio sobre o acontecimento histórico “pandemia” em algumas capas da *Vogue* que constituem o nosso *corpus*, visto que “é na prática material significativa que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente” (ORLANDI, 1995, p. 35).

O modo como dado acontecimento histórico é discursivizado está relacionado às condições de produção discursivas. Pêcheux (1993), ao trazer para o campo da Análise do Discurso o conceito de condições de produção, salienta que:

Nosso propósito não é, com efeito, o de estimular uma *sociologia* das condições de produção do discurso mas definir os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade: enunciaremos a título de proposição geral que os *fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento* mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (PÊCHEUX, 1993, p. 78).

Pêcheux entende por condições de produção do discurso, a relação dos interlocutores, protagonistas do discurso, o contexto imediato em que se dá a interlocução e a produção dos efeitos de sentido, bem como o mais amplo, ou seja, o sócio-histórico. Isso significa que a exterioridade é constitutiva dos processos discursivos, pois tanto a história - movida pela luta de classes - quanto a ideologia - que produz a ilusão de evidência dos sentidos-, afetam a língua e os sujeitos que a colocam em funcionamento.

Importante ressaltar que a concepção pecheuxtiana de sujeito não coaduna com a visão positivista de sujeito empírico, onipotente e controlador do seu dizer. Sujeito nessa teoria é entendido como um efeito, como uma posição discursiva imaginária que o indivíduo, interpelado pela ideologia assume ao produzir seu dizer. É importante demarcar nossa concepção de sujeito, especialmente, pelo fato de que trataremos de estratégias argumentativas construídas pela revista *Vogue*; logo, não podemos abrir brechas para que o uso de sujeito, neste trabalho, seja confundido com aquele que produz seu dizer e crê influenciar o outro desconsiderando o trabalho da ideologia e das formações imaginárias. Piris (2016) corrobora com nosso posicionamento, como lemos em:

Ressalvo que, nos estudos da linguagem, a reflexão incide não sobre a descrição das paixões vividas por indivíduos empíricos e de seus estados fisiológicos, mas, particularmente, sobre a representação imaginária dos modos de sentir que são inculcados nos sujeitos por meio da interpelação ideológica: conceito postulado por Althusser, para explicar o mecanismo do reconhecimento ideológico, mecanismo este que garante a reprodução das relações de produção, ou seja, o “comportamento dos indivíduos-sujeitos que ocupam os lugares que a divisão técnica e social do trabalho lhes atribui na produção, exploração, repressão, ideologização, prática científica etc” (ALTHUSSER, 1996 [1970], p. 138, *apud* PIRIS, 2016, p. 263.)

Ao levar em conta a posição dos protagonistas do discurso, Pêcheux (1993) apresenta o papel relevante das formações imaginárias no processo de significação. Por formações imaginárias, esse autor (*idem*) entende que elas se referem às representações que os protagonistas do discurso atribuem a si e ao outro, em relação ao lugar que ocupam na estrutura de uma formação social. Essa projeção imaginária é efeito da ideologia e inclui, também, a

imagem que os protagonistas fazem do referente. O jogo das formações imaginárias perpassa todo processo discursivo; portanto, faz parte das condições de produção dos discursos.

Também é nessa perspectiva que investigaremos a construção das estratégias argumentativas, pois concordamos com Orlandi (1993, p. 18) que:

[...] compõe a estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor. Esse mecanismo regula a possibilidade de respostas e dirige a argumentação: são as antecipações.

Entendemos as estratégias argumentativas como práticas discursivas filiadas às formações ideológicas. Com base nesse complexo processo, são produzidas as formações discursivas que, sustentadas por formações ideológicas, determinam o que pode e deve ser dito, em dada conjuntura sócio-histórica determinada pelo estado da luta de classes (PÊCHEUX, 1995). Esses conceitos nortearão nossas análises, apresentadas a seguir.

### As capas da Vogue em (dis)curso

Sabemos que “as palavras mudam de sentido em função das posições daqueles que as empregam” (HAROCHE et al., 1971, p. 84), pois a posição ideológica é determinante para a produção de sentidos. Isso vale, obviamente, para as capas da revista Vogue, nas quais objetivamos analisar as formações discursivas dominantes e as estratégias argumentativas construídas por essa mídia em tempos de pandemia.

No dia 30 de março de 2020, o Instagram da revista Vogue Portugal divulgou a sua capa do mês de abril com a legenda “E a liberdade de 2020 vai ser reconhecível assim: confinada”, como consta na Figura 1. Nessa mesma data, nesse país, já se somavam 5.962 casos confirmados de covid-19 e, dentre estes, 119 mortes (OPERA MUNDI, 2020).

Figura 1 – Capa Vogue Portugal (abril/2020)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B-XtM55gDDC/>

Acesso em: 10 jul. 2020.

Pelo acesso ao interdiscurso, isto é, “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1995, p. 162), sabemos que o dia 25 de abril é comemorado, em Portugal, como o “Dia da Liberdade”, em memória à Revolução de 25 de abril de 1974, ou Revolução dos Cravos, que derrubou o regime ditatorial e deu início à implantação do regime democrático. Ao trazer na capa tons de preto e branco e um casal com máscaras se beijando, Vogue cria o efeito de sentido de solidariedade ao povo que sofre com as mortes devido à covid-19, pois não vemos o brilho do luxo, das cores, das modelos famosas e da vida que, normalmente, constroem as capas dessa revista.

O uso das máscaras que cria uma barreira para o beijo reforça a formação discursiva dominante da área da saúde, cuja determinação vem da OMS, sobre a importância do distanciamento social e do uso de máscaras como argumento para a proteção contra o coronavírus. A linguagem visual produz esses discursos em relação à pandemia, reitera a formação discursiva dominante no mundo todo sobre a dor e a necessidade de distanciamento e isolamento social.

Entretanto, a linguagem verbal marca que não houve o silenciamento da data de 25 de abril, que a memória política da luta e da conquista da liberdade do povo português não pode ser esquecida, mesmo com o povo dentro de casa, ao contrário do que Portugal viveu em 25 de abril de 1974, com o povo nas ruas. Pelo acesso ao interdiscurso, sabemos como a história e a memória são estruturantes de toda cultura, mas não são discursivizadas do mesmo modo em cada cultura. No caso da europeia, os valores, as lutas, a história do povo são extremamente valorizados; portanto, apesar de os sentidos sobre a pandemia serem dominantes, em 2020, e, o enfoque da revista Vogue ser o *glamour*, ela silencia em sua capa o discurso da moda e beleza, mas não deixa de construir uma estratégia argumentativa para evocar os discursos considerados caros ao leitor/a imaginado para a revista, quais sejam, a pandemia e a liberdade. Esses sentidos são produzidos pelo jogo das formações imaginárias, segundo o qual os sujeitos que produziram a capa “antecipam” o que pode ser valorizado pelo sujeito-leitor da Vogue Portugal, e, assim a revista constrói sua argumentação pelo mecanismo de antecipação (ORLANDI, 1993).

No dia 17 de maio de 2020, o Instagram da revista Vogue Espanha divulgou sua capa de maio com a legenda “Nunca estar tão longe nos fez sentir tão perto”. Na mesma data, o país contabilizava 190 129 casos confirmados de covid-19 com 19 478 mortes (OPERA MUNDI, 2020).

Figura 2 – Vogue Espanha (maio/2020)



Fonte: [https://www.instagram.com/p/B\\_E\\_aOXoIIo/](https://www.instagram.com/p/B_E_aOXoIIo/).

Acesso em: 10 jul. 2020.

Destacamos que não é a foto de uma celebridade que está em destaque na capa, mas sim, como vemos na postagem trata-se de uma ilustração criada por Ignasi Monreal. Esse recurso cria o efeito de sentido ao leitor/a de pertencimento a um grupo, pois é possível identificar-se com as angústias de quem está em casa, isolado do convívio social, sofrendo com a pandemia, como o texto visual em diálogo com o verbal sugere.

As cores que predominam na imagem remetem à paz e à tranquilidade, sentidos dos quais a humanidade necessita, nesse momento. O céu em aparente movimento com o vento que move o cabelo da mulher, pode sugerir “bons ventos”, como por exemplo, um vento que simboliza o movimento dos cientistas em busca de uma cura para o coronavírus, vento que move a esperança por dias melhores. Essa estratégia argumentativa de construir sentidos de esperança e tranquilidade é reforçada pela presença dos pássaros brancos que voam no céu e nos remetem aos desejos de liberdade para sair de casa e “voar” com quem amamos, como os pássaros, que estão em bando; desejos de paz e de união mundiais, afinal, estamos todos vivendo a mesma pandemia e desejando sair dela para um mundo melhor.

Apesar de as capas das edições espanhola e portuguesa serem construídas com diferentes imagens, a linha argumentativa reforça sentidos de solidariedade à dor causada pela pandemia e o desejo de liberdade para o povo, seja liberdade política, seja liberdade do coronavírus. Destacamos, também, que ambas as capas se inscrevem na formação discursiva dominante na área da saúde que defende a importância do distanciamento social.

Em 07 de abril de 2020, a revista Vogue Itália divulga, em seu Instagram, a capa do mês de maio.

Figura 3 – Capa Vogue Itália (abril/2020)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B-r-8mxqzXk/>

Acesso em: 10 jul. 2020.

Uma capa em branco e uma legenda para justificar a ausência de cor e de imagem. O branco, segundo a legenda, pode lembrar os profissionais da saúde arriscando suas vidas, pois há muitas pessoas morrendo nos hospitais. Desse modo, a capa branca evoca sentidos relacionados aos uniformes dos profissionais da saúde, considerados um dos heróis da pandemia, ou seja, a revista filia-se à formação discursiva dominante na área da saúde; além disso, temos os sentidos construídos historicamente para o branco como respeito, renascimento, luz após a escuridão e paz.

No caso da página da revista, segundo o sujeito-autor da legenda, a folha em branco sugere a esperança de que nela seja escrita uma nova história. Sabemos que o sujeito não controla todas as possibilidades de produção dos sentidos; assim sendo, para nós, a página em branco constrói, também, o efeito de que não há nada tão relevante para ser dito sobre moda e beleza em meio a tantas mortes, tanto desemprego, tanta falta de alimento, tanta falta de companhia, tanta ausência de tudo, ou seja, o excesso da falta. Se o branco pode representar a saturação dos sentidos da pandemia que se sobrepõem aos sentidos da beleza, contraditoriamente, o vazio que essa cor representa no texto visual pode funcionar como um respiro, uma paz para o sujeito-leitor da Vogue Itália imaginar os sentidos que desejar. A nosso ver, a capa em branco pode ser pensada conforme o conceito de silêncio tal qual proposto por Orlandi (2007) em relação à linguagem verbal que, aqui, adotamos para a visual. Na ausência de linguagem visual e verbal há silêncio e sentido. A autora explica que “quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 2007, p. 14).

Salientamos que na data de publicação da postagem sobre a capa no Instagram da revista, a Itália já possui 132 547 casos confirmados de covid-19 e 16 525 mortes (OPERA MUNDI,

2020). Tal qual a cegueira branca de Saramago (1995), a capa da Vogue também possibilita interpretações mediante a metáfora de uma cegueira social, já que o homem não está enxergando que a ideologia capitalista provoca a destruição da vida terrestre, humana ou não, com especial destaque para os pobres, idosos, moradores de rua, todos os grupos que não têm condições de sobrevivência nas sociedades tão desiguais e acabam, conseqüentemente, privados da vida. Tanto na ficção quanto na realidade, o isolamento é imposto; na ficção, o isolamento fez com que aqueles que sofriam da cegueira branca compreendessem que uma sociedade só se edifica pela luta coletiva em busca da sobrevivência. Na realidade, só a pós-pandemia dirá.

A seguir, apresentamos nossa última análise. Podemos ver, nas Figuras 4 e 5, que, em 2 de abril de 2020, a revista Vogue Brasil divulgou, em seu Instagram, as capas da revista do mês de abril:

Figura 4 – Capa 1 Vogue Brasil (abril/2020)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B-ekqjmFLe7/>

Acesso em: 12 jul. 2020.

Figura 5 – Capa 2 Vogue Brasil (abril/2020)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B-eoHg3FMqM/>

Acesso em: 12 jul. 2020.

A partir das duas capas e suas respectivas legendas que a revista Vogue Brasil publicou sobre a sua edição de abril, interpretamos que se trata de uma edição que busca valorizar uma grande conquista, no caso, o número de publicações da revista. Porém, não podemos nos esquecer de que a sua publicação de número 500 ocorre em meio a uma pandemia que não oferece ao mundo, tampouco aos brasileiros, motivos para comemoração, pelo menos, em respeito ao número de contaminados e mortos no mundo todo, e, especificamente, no Brasil, uma vez que na data de divulgação das capas no Instagram da revista Vogue Brasil, o país contava com 6 836 casos confirmados de covid-19 e com 241 mortes (OPERA MUNDI, 2020).

Contraditoriamente, na legenda do Instagram da revista brasileira, lemos que ela mantém seu “compromisso de informar, entreter e inspirar de maneira otimista (mas não alienada) durante a pandemia”. Essa formulação nos leva às seguintes indagações: quais seriam as interpretações possíveis para “não alienada”? Seria não estar alienada em relação ao discurso do capital que, mesmo diante da morte insiste em manter a economia funcionando? Seria não estar alienada à formação imaginária sobre quem é o leitor/a da Vogue Brasil, que provavelmente, não correrá o risco de adoecer e ficar sem respirador nos hospitais privados, pois esse público que busca informações na “bússola das principais tendências de beleza, cultura e lifestyle” não precisa se preocupar com a pandemia? Seria não estar alienada ao discurso do presidente da República que, pelo fato de não usar máscara e dizer sem medo ou vergonha que a covid-19 é “só uma gripezinha” desautoriza o discurso médico e apaga as tragédias causadas pelo novo coronavírus; logo, o povo brasileiro teria motivos para comemorar junto à musa do carnaval, abusando da cor vermelha, de brilhos e paetês? Ou, talvez, seria não estar alienada ao interdiscurso sobre o brasileiro, povo festeiro, não politizado, que sempre dá um jeitinho para tudo, pois o Brasil é um país onde tudo acaba em pizza; assim sendo, até a pior pandemia deve ser tratada como festa? Seria essa a imagem que Vogue Brasil constrói para o brasileiro e, portanto, pelo mecanismo de antecipação do seu leitor/a a revista construiu suas edições de abril tão diferentes das que circularam em três países europeus, conforme analisamos.

Para não dizer que a pandemia foi silenciada, observamos que a revista Vogue Brasil discursiviza sobre a pandemia quando se refere ao ótimo trabalho remoto realizado pela equipe, neste período de distanciamento social, para a publicação do periódico do mês de abril. Já que o glamour é o foco da revista, os sentidos do *home office* também foram glamourizados, o *home office* foi discursivizado como um trabalho tão bom quanto seria o seu trabalho presencial, pois “o resultado, modéstia à parte, está lindíssimo”. Neste viés, percebemos que há um apagamento dos múltiplos sentidos para *home office* que estão circulando no mundo, visto que existem diferentes realidades e situações em que não se consegue realizar um trabalho “lindíssimo” em casa, com outras condições de produção. Há formações discursivas que constroem sentidos de dificuldade, de adoecimento dos trabalhadores em *home office*, pois para muitos deles trabalhar em casa pode estar sendo um pesadelo.

Nas duas capas que trazem Ivete Sangalo e suas respectivas legendas do Instagram, a Vogue Brasil silencia o discurso de sofrimento, dor, fome, mortes, incertezas e medo vividos no país. No Brasil, em abril de 2020, havia uma disputa entre pelo menos duas formações discursivas, a da economia e a da saúde.

Essas são as condições de produção dos discursos, no Brasil, no auge da pandemia. Conforme apontamos, para a Análise do Discurso, a exterioridade é constitutiva da linguagem. Dessa forma, saber que em 16 de abril de 2020, o então ministro brasileiro da saúde, Henrique Mandetta, que defendia o isolamento social e o fechamento dos estabelecimentos comerciais, no Brasil, foi demitido pelo presidente Jair Bolsonaro, defensor da economia e de que o Brasil não pode parar, permite que compreendamos a luta ideológica travada entre as formações discursivas dominantes da saúde e da economia. Essa disputa tornou ainda mais acirrada no país após a demissão do ministro, abrindo precedentes para a circulação de discursos como os da capa Vogue Brasil em que a moda, os paetês, a roupa, os acessórios usados por Ivete Sangalo produzem sentidos de festa como se isso fosse natural. Usando dessa estratégia argumentativa, a revista filia-se à formação discursiva da moda, que se vincula à economia, e, silencia o número de mortes no país pela covid-19, bem como a urgência de isolamento social.

### **Considerações finais**

Conforme as análises apontam, as condições de produção afetam a construção e a circulação dos discursos, mesmo em se tratando da mesma revista Vogue. Nas capas da Vogue Itália, Vogue Espanha e Vogue Portugal as classes sociais A e B, para quem a revista Vogue destina-se são “apagadas”, perdem sua representatividade, pois nessas publicações as capas podem dirigir-se a qualquer sujeito que sofre com a pandemia. Em contraposição, nas capas da Vogue Brasil o público imaginado continua sendo o leitor privilegiado da Vogue, aquele que, devido às condições desiguais promovidas pelo capitalismo, detém o poder econômico e, em tese, não será afetado pelas mazelas consequentes da pandemia.

As capas da Vogue Itália, Vogue Espanha e Vogue Portugal silenciam os sentidos de moda, de beleza e de glamour. O sofrimento e a solidariedade são discursivizados nas capas dessas três revistas, no diálogo entre o verbal e o não verbal, o que nos permite dizer que a formação imaginária que sustenta a produção das estratégias argumentativas nas revistas europeias é diferente da que sustenta a produção dos sentidos no Brasil. Para o povo europeu, a cegueira dominante no capitalismo, aquela que coloca a economia acima de tudo, não constituiu a formação discursiva dominante nas capas da Vogue; em solo brasileiro, a cegueira faz com que os brasileiros sejam considerados alienados, mesmo quando a revista Vogue finge escrever o contrário, e, pela contradição, a revista tece uma argumentação com sentidos que reiteram que a covid-19 ‘não passa de uma gripezinha’;

logo, os sentidos deslizam para a moda, para a beleza e para o brilho das festas, silenciando possíveis argumentos baseados em sentidos de saúde e da vida.

A partir das formações imaginárias sobre as “cegueiras” que reinam em cada país, das condições de produção discursivas, segundo as quais os sentidos são construídos, a revista Vogue projetou seus interlocutores/leitores de cada país e construiu estratégias argumentativas diferentes para Brasil, Portugal, Espanha e Itália silenciando, ou não, a “profunda dor” causada pela pandemia do novo coronavírus

## Referências

CONDÉ NAST ANUNCIA O RELANÇAMENTO DA VOGUE SINGAPURA. **Vogue Globo**, 16 jan. 2020. Moda. Disponível em: <https://vogue.globo.com/moda/noticia/2020/01/conde-nast-anuncia-o-relançamento-da-vogue-singapura.html>. Acesso em: 15 jul. de 2020.

ELMAN, Débora. **Jornalismo e estilo de vida**: O discurso da revista Vogue. 2008. 117 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, Paris, n. 24, p. 93-106, 1971.

OPERA MUNDI. Siga, em gráficos, evolução de casos e mortes por coronavírus e veja se país está achatando curva. **UOL**, São Paulo, 11 jul. 2020. Coronavírus. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/63984/siga-em-graficos-evolucao-de-casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-e-veja-se-pais-esta-achatando-curva> Acesso em: 11 jul. 2020.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

ORLANDI, Eni. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**, Campinas, n. 1, p. 35-47, 1995.

ORLANDI, Eeni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni. Ler Michel Pêcheux hoje. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise do Discurso**. Textos escolhidos por Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 11-20.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

PEREIRA, Felipe. Coronavírus: São Paulo decreta obrigatoriedade do uso de máscaras. **UOL**, São Paulo, 04 de mai. De 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/04/sao-paulo-decreta-obrigatoriedade-do-uso-de-mascaras-em-todo-o-estado.htm>. Acesso em: 15 jul. de 2020.

PIRIS, Eduardo Lopes. Paixões e posições ideológicas nos discursos jornalísticos sobre o golpe de Estado brasileiro de 1964. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés (org.) **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editor, 2016. p. 261-282.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. 31. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

VOGUE (REVISTA). *In*: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Vogue\\_\(revista\)&oldid=57863264](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Vogue_(revista)&oldid=57863264). Acesso em: 15 jul. 2020.

# CASTIGO OU OPORTUNIDADE? PAIXÕES E IMAGENS DIVINAS DURANTE A PANDEMIA

Marcia Regina Curado Pereira Mariano<sup>11</sup>

## Introdução

Várias são as explicações encontradas nos discursos religiosos para as catástrofes e conflitos. De um modo geral, nessas situações - excetuando-se o caso particular das guerras religiosas, cujas justificativas são de variadas ordens e não serão aqui discutidas -, seus oradores baseiam-se nos livros sagrados e intentam oferecer apoio espiritual a seguidores que se veem em meio a um paradoxo entre a crença em uma força superior e o desânimo em meio à dor e ao sofrimento. Independentemente da denominação da divindade ou da religião/crença em particular, alguns questionamentos surgem e podem levar um fiel, tomado por paixões, a dúvidas e incertezas sobre sua própria fé. Afinal, que Deus<sup>12</sup> é esse que não acaba logo com esse sofrimento? Por que Deus permite a dor e a morte de tantas pessoas, inclusive daquelas que nele creem, de crianças e jovens com uma vida inteira pela frente?

Líderes religiosos contemporâneos, em meio à pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus, iniciada ainda no primeiro trimestre de 2020, têm assumido a tarefa de apresentar aos fiéis e ao povo, de um modo geral, respostas a essas e outras questões que possam afetar a fé e afastar as pessoas das igrejas, templos e religiões/crenças. Assombradas pelas noções de pecado e por profecias que falam do fim do mundo, algumas presentes nos livros sagrados, muitas pessoas conjecturam a possibilidade de ser a tal pandemia um castigo divino. Mas o que dizem os representantes das religiões e crenças?

A fim de responder a tal questão, este artigo propõe analisar trechos argumentativos presentes em matérias jornalísticas divulgadas na mídia digital entre 03/2020 e 06/2020, durante a pandemia de covid-19, que trazem discursos de líderes de algumas religiões e crenças<sup>13</sup>, com o objetivo de verificar que paixões motivam, de acordo com esses discursos, as ações divinas em situações de catástrofes e tragédias e que *ethe* de Deus emergem dessas paixões e ações.

11 Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe

12 Optamos pela grafia “Deus”, com letra inicial maiúscula, por ser a mais utilizada nos discursos aqui analisados.

13 Por ser a depreensão dos *ethe* de Deus um dos nossos objetivos, deixamos de lado, neste artigo, algumas religiões ou crenças não-teístas.

A ideia partiu de um interesse particular sobre os argumentos utilizados por esses oradores para justificar o posicionamento divino em meio a esse acontecimento ou a razão divina para a existência da pandemia, além, e principalmente, do interesse acadêmico, na medida em que os estudos sobre o *ethos* têm ocupado a maior parte de meu trabalho como pesquisadora no âmbito da retórica e da argumentação, incluindo uma pesquisa de pós-doutorado finalizada em 08/2020.

Para fundamentar a análise e as reflexões, partimos dos estudos retóricos e neo-retóricos, particularmente das noções de *ethos* e paixões, com ênfase em Aristóteles (2011), como se vê a seguir.

### **Discurso religioso, paixões e *ethos* sob a perspectiva retórico-argumentativa**

O discurso religioso caracteriza-se, quase sempre, como um discurso autoritário, portador de uma verdade única, inquestionável. Transmite os dogmas e valores de uma determinada religião (muitas vezes conservadores e moralistas), conta sua história e/ou traz seus ensinamentos, como os livros sagrados ou religiosos (Bíblia, Alcorão, catecismos); é proferido por representantes legitimados de Deus, como os padres, pastores, rabinos etc; está presente em eventos específicos (missas, cultos, sessões), como parte de rituais; ou ainda, de forma mais ampla, circula em outras esferas, com diferentes objetivos, como trazer ensinamentos e pontos de vista religiosos, buscar novos seguidores etc. É o caso dos textos aqui analisados; são textos jornalísticos que apresentam o posicionamento de representantes de algumas religiões/crenças sobre a situação atual de pandemia.

De um modo geral, os líderes religiosos são portadores de discursos autorizados, são ouvidos/lidos pelos fiéis como se fossem a própria voz divina, e tomam os livros sagrados como o principal argumento de autoridade. Suas argumentações, pressupõe-se, não trazem opiniões, mas ensinamentos – ligados à *docere*. No entanto, embora ensinamento possa remeter à razão, aqui, relaciona-se diretamente à crença, portanto, às emoções e às paixões (à *movere*). Deste modo, além de construírem sua imagem discursiva enquanto oradores, seus *ethe*, e buscarem despertar paixões em seu auditório, relacionadas ao *pathos*, pressupõem-se construírem, concomitantemente, a própria imagem de seu Deus, assim como indiciarem as paixões, ou “disposições de espírito”, dessa força superior, transpondo para ela emoções e paixões humanas. É a natureza humana do representante religioso humanizando o ser divino.

Segundo Aristóteles (2011, p. 123), “As paixões (emoções) são as causas das mudanças nos nossos julgamentos e são acompanhadas por dor e prazer”. Na situação aqui focalizada, qual seja, a atual pandemia de covid-19, a dimensão passional dos discursos assume um papel importante no processo argumentativo. Para Mosca (2017), é impossível, nos nossos dias, falar em argumentação sem levar em consideração as funções das emoções e das paixões em sua construção.

A autora ainda busca diferenciá-las de acordo com o grau de intensidade e a duração: enquanto as paixões situam-se no terreno da sensibilidade, do *pathos*, e da consciência, do *logos*, sendo, portanto, mais intensas, duradouras e intelectivas, as emoções, por sua vez, refletem “os estados de alma do cotidiano” (MOSCA, 2017, p. 23). Assim, levando em conta o caráter pragmático da argumentação, cujo objetivo último é o fazer-fazer, as emoções nos parecem ser responsáveis pelos atos intempestivos ou momentâneos, que levam a conflitos e confrontos pontuais, enquanto as paixões, pelas ações planejadas, como a vingança, o castigo ou a oportunidade. Nesse sentido, em nossa análise, privilegiaremos discorrer sobre as paixões da cólera e da benevolência, estabelecendo suas relações com outras paixões, quando necessário.

Conforme ainda Mosca (2017, p. 18), as paixões estão no cerne da noção de *ethos* aristotélica, na medida em que, estando esse meio de persuasão relacionado ao caráter do orador, construído no discurso, pressupõe como qualidades desejáveis a *phronesis*, o *arete* e a *eunoia*, ou seja, a prudência, a virtude e a benevolência.

No prefácio da *Retórica das Paixões*, de Aristóteles, Meyer relaciona as paixões não apenas ao *pathos*, mas também ao *ethos*. Segundo ele, é por meio das paixões que “a identidade e a diferença entre os homens exprimem-se e medem-se”. Deste modo, para o autor, as paixões não dizem respeito apenas ao outro, mas, por operarem como “imagens mentais”, “informam-me sobre mim e sobre o outro tal como ele age em mim (prazer/sofrimento)” (MEYER, 2003, p. XLII), ou seja, “as paixões são as respostas às representações que os outros concebem de nós, são representações em segundo grau” (p. XL).

As paixões, pois, atravessam toda a trilogia retórica, na medida em que, ligadas diretamente aos sentimentos do auditório – o *pathos*, resultam de estratégias presentes no *logos*, ao mesmo tempo em que o direcionam; compõem e indiciam o *ethos*, numa clara relação entre orador-discurso-auditório na construção de sentidos e na eficácia persuasiva. Na circularidade que marca o uso efetivo da linguagem e, mais especificamente, os discursos argumentativos; no dialogismo constitutivo da linguagem, entre textos, discursos e interlocutores; e na interdependência entre esses três elementos do discurso persuasivo – *ethos*, *pathos* e *logos* -, as paixões são as responsáveis por lembrar que não há linguagem sem subjetividade e alteridade, nem persuasão sem emoção.

### **Entre a cólera e a benevolência: o Deus vingativo/punitivo ou o Deus bondoso/misericordioso**

De acordo com Aristóteles (2011, p. 123), no Livro II da *Retórica*, a cólera pode ser definida “[...] como uma inclinação penosa para uma manifesta vingança de um desdém manifesto e injustificável de que nós mesmos ou nossos amigos fomos vítimas”. Tratando das paixões como próprias da natureza humana, a cólera seria direcionada a “um indivíduo em particular” e nunca ao “ser humano em geral”, e viria acompanhada “de um certo prazer” de vingança.

No cerne da hipótese ou crença de que a pandemia é um castigo de Deus, subjazem os argumentos de que o homem pecou; afastou-se dos ensinamentos divinos, desprezou-os; contrariou dogmas; foi insolente e desobedeceu às leis das religiões; desrespeitou valores; desonrou-se, decepcionou o criador que, como pai, tem o domínio sobre todos os homens.

Segundo Aristóteles (2011), a insolência visa “apenas à própria satisfação”, e o prazer, lembremos, em diferentes aspectos e religiões/crenças, geralmente, é visto como pecado, do qual seriam exemplos a luxúria e a gula, inclusas nos sete pecados capitais da igreja católica. Na represália, diz o filósofo, não há insolência, mas vingança, e o prazer reside no sentir-se superior. Essa hierarquia (imaginada ou não) parece ser decisiva no despertar da cólera: “Pensamos que uma grande consideração nos é devida da parte daqueles que nos são inferiores quanto ao nascimento, o poder, a virtude [...]” (ARISTÓTELES, 2011, p. 125).

Já a decepção, um dos alimentos da cólera, pode ocorrer quando esperamos algo de alguém e nossas expectativas se frustram, o que geralmente acontece quando esse outro é um conhecido, um amigo, um familiar, na medida em que,

[...] nos encolerizamos mais com nossos amigos do que com outras pessoas, pois julgamos que os primeiros devem nos tratar bem e não mal. Encolerizamos-nos contra os que costumavam nos honrar e nos considerar se ocorre uma mudança e eles passam a ter uma atitude diferente conosco. (ARISTÓTELES, 2011, p. 127).

O pecado seria, desta forma, causa da decepção de Deus e motivo para um castigo divino. Alguns religiosos mais extremistas apontam “pecados” específicos do ser humano. Em 01/04/2020, uma declaração polêmica do rabino M.M.<sup>14</sup> tomou grandes proporções, gerando revolta ao redor do mundo<sup>15</sup>, principalmente nos defensores dos direitos humanos. A declaração, erroneamente atribuída ao ministro da saúde de Israel, também pertencente à comunidade ultraortodoxa, afirmava que a pandemia é um castigo de Deus aos gays.

De acordo com o *site* do Instituto Brasil-Israel<sup>16</sup>, M.M.

[...] culpou os homossexuais pela pandemia. Chamou as Paradas do Orgulho LGBT de “um desfile contra a natureza” e, depois, disse que “quando alguém vai contra a natureza, quem criou a natureza se vinga”. Segundo ele, os países árabes teriam sido “poupados” por não terem “essa inclinação ao mal”, insinuando que não houve casos nesses países, o que também não é verdade.

14 Optamos por identificar os oradores, com uma única exceção, apenas por suas iniciais, visto que o que nos interessa é sua visão enquanto líder ou autoridade de uma religião ou crença, e não sua opinião pessoal.

15 <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2020-04-08/rabino-israelense-diz-que-covid-19-e-punicao-divina-a-gays.html>. Acesso em: 06 jul. 2020.

16 <http://institutobrasilisrael.org/noticias/noticias/e-falsa-a-noticia-de-que-o-ministro-da-saude-de-israel-disse-que-coronavirus-e-castigo-divino-a-gays>. Acesso em: 06 jul. 2020.

A pandemia seria, desta forma, a partir da análise do discurso do rabino M.M., uma vingança de um Deus encolerizado (e homofóbico) contra sua criatura, que contrariou uma pretensa heteronormatividade “natural”. Para ele, aquele que foge do binarismo homem-mulher não é normal e deve ser (e estaria sendo, por meio da pandemia) castigado/a; possui uma “inclinação ao mal”.

O *site* do referido instituto, no dia 08/04/2020, noticiou o fim do mal-entendido em relação à autoria da declaração e criticou a posição do rabino, lembrando que religiosos radicais de outras religiões também culpam os homossexuais pela pandemia, como o clérigo xiita iraquiano M. al S. e o pastor evangélico americano R.D.

Em notícia do *site Uol*<sup>17</sup>, publicada em 24/03/2020, vemos outro pastor, um americano conservador, cujo nome da igreja não foi informado, P.S., que afirma que a pandemia é um castigo divino por causa de casamentos gays e abortos. Segundo ele:

[...] este é um momento de acerto de contas, e sabemos que é, eu sei o que eu ouvi, não inventei isso. Eu ouvi uma frase, uma voz de homem falando, e acredito no Espírito Santo.

Por que há um acerto de contas? Porque nós forçamos deus para fora do nosso país e basicamente falamos para ele: ‘você não é bem-vindo’. É hora de acerto de contas, porque aprovamos leis que permitem tirar a vida de crianças e porque o casamento foi mudado para algo que nunca foi visto. Ambas as leis são o que deus chama de abomináveis.

P.S. se diz porta-voz do Deus cristão, destacando sua autoridade no uso da primeira pessoa do singular “eu”. Com indícios de patriotismo, homofobia e machismo, humaniza o ser divino afirmando que ouviu “uma voz de homem falando” (grifo nosso) e atribuindo a ele uma ação pouco misericordiosa: um “acerto de contas”. Em seu discurso, a pandemia seria também, pois, de acordo com nossa análise, a vingança de um Deus tomado pela cólera por ter sido desprezado - “você não é bem-vindo” - e desobedecido com a aprovação de leis “abomináveis”, numa relação de causa e consequência. Os argumentos utilizados são exemplos dos vários preconceitos que ainda persistem em muitos discursos religiosos.

Já em um artigo publicado no *blog* da *Revista Adventista*, em 31/03/2020, o pastor G.S.A.<sup>18</sup> discute se a pandemia de covid-19 seria um castigo de Deus, em razão da “pecaminosidade humana”, ou um sinal do fim dos tempos, conforme textos bíblicos.

Sobre a primeira possibilidade, o pastor afirma que são várias as razões para pragas, pestes e moléstias apresentadas no livro sagrado dos cristãos. Em alguns casos, seria Deus “diretamente responsável por infligir doenças e pestes”, como no envio das pragas ao Egito, descrito no Antigo Testamento. Nesses casos, segundo o orador, os povos e as pessoas

17 <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/24/pastor-dos-eua-diz-que-coronavirus-e-castigo-divino-por-casamento-gay.htm>. Acesso em: 06 jul. 2020.

18 <http://www.revistaadventista.com.br/blog/2020/03/31/como-interpretar-a-pandemia>. Acesso em: 06 jul. 2020.

havam desobedecido às leis divinas, se afastado de Deus, o que nos remete, novamente, à paixão da cólera. Quando infligidos por Deus, os sofrimentos seriam “atos de castigo” com finalidade “didática e misericordiosa”, na medida em que auxiliariam os homens a voltar para o caminho do bem: “Por meio da dor, Deus pode alcançar bens e benefícios que não seriam possíveis de outra forma”.

Em outros casos, como na doença do personagem bíblico Jó, seria Satanás o responsável pelas ações maléficas, porém, “dentro dos limites estabelecidos por Deus”. E essa permissão de Deus para ações de Satanás, segundo o religioso adventista, deve-se, também, ao afastamento dos homens das leis divinas, ao pecado. Segundo o pastor, as pragas e pestes anunciadas no livro do Apocalipse só serão possíveis, no fim dos tempos, porque Deus “retirá Seu braço protetor e permitirá que Satanás cumpra seus propósitos”. Contraditoriamente, o orador, no entanto, diz implicitamente que a pandemia não seria um castigo, mas que se o homem aceita o bem oferecido por Deus, deve também aceitar o mal: “Temos recebido o bem de Deus e não receberíamos também o mal? (Jó 2:10)”.

Ou seja, de acordo com essa visão, os responsáveis pelos males podem ser Deus ou Satanás, mas o culpado é o próprio homem, devido à sua “capacidade de provocar destruição a si e aos que estão ao seu redor”. Independentemente, pois, do responsável, o homem merece, como consequência de seus atos, sofrer, restando-lhe a passividade e o conformismo.

A outra hipótese sugerida no artigo de G.S.A. é de que a pandemia é mais um dos sinais dos fins dos tempos, anunciado no Apocalipse, e deve servir de alerta para o fiel que aguarda a “gloriosa pequena nuvem da comitiva de Cristo”.

Nesse discurso do pastor adventista, a imagem discursiva de Deus que se apresenta na maior parte do tempo é a do Deus vingativo, que, quando tomado pela paixão da cólera, é capaz de aplicar punições ou até permitir que seu maior inimigo, Satanás, cumpra seus projetos maléficos contra o ser humano só para castigá-lo pelos pecados. Como uma forma de conformismo e aceitação, o homem pode utilizar esse tempo de pandemia para se arrepender e se preparar para o apocalipse e o armagedom, quando entrará em cena o Deus bondoso, que levará o fiel à glória (provavelmente, só os adeptos daquela religião específica).

A epidemia como castigo divino aparece ainda em outros discursos religiosos, mas, às vezes, eufemizada”. O líder muçulmano sheik A.A. diz, em entrevista publicada no *site Mídia News*<sup>19</sup>, em 14/06/2020, que, para os muçulmanos, a pandemia não é um castigo divino, mas uma “provação”, ou seja, um sofrimento imposto por Deus para o homem provar sua fé. Ao considerar-se livre para agir e pensar, independentemente das leis da superioridade divinas, o homem teria, portanto, mostrado-se fraco na fé, insolente, pecador, esquecido de sua impotência e inferioridade: “o ser humano já está achando que é capaz de fazer tudo”, numa inversão da ordem. A pandemia, aqui, seria uma resposta divina às ações humanas.

19 <https://www.midianews.com.br/cotidiano/virus-e-provacao-de-deus-homem-estava-se-achando-capaz-de-tudo/377622>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Se por um lado, no discurso do líder muçulmano, o Deus da vingança oferece uma provação, o Deus benevolente oferece ao homem a oportunidade de purificar-se por meio do sofrimento. Segundo ele, a pandemia pode ser também uma “purificação dos pecados. Pode ser uma forma de Deus falar para voltar para ele”.

A benevolência, qualidade desejável no *ethos*, é definida por Aristóteles (2011, p. 147-148) como “[...] o sentimento por força do qual alguém que dispõe de recursos presta ajuda àqueles que passam privações [...]”. Nas crenças religiosas, seria, portanto, uma paixão, junto a outras paixões “positivas” como o amor – o querer bem ao outro - e a compaixão – a identificação com a dor do outro -, que, apesar de também humana, caracteriza normalmente o ser divino. A benevolência, em épocas de sofrimento, é implorada em orações e rezas à espera de uma ação, uma assistência, que ponha fim ao sofrimento.

No *site*<sup>20</sup> da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, na seção Mensageiro Luterano Online, um artigo assinado pelo professor de História P.W.B.<sup>21</sup>, intitulado “Lutero em meio a (*sic*) pandemia”, propõe comparar, em aspectos biológicos e sociais, a pandemia de covid-19 e a pandemia de peste negra na Europa, no século XVI. Segundo o orador, assim como na pandemia atual, também naquela as pessoas acreditavam tratar-se de um castigo de Deus. Ao falar sobre a peste na Alemanha, em 1527, o orador lembra que muitas pessoas decidiam não sair de suas cidades, para não contrariar uma vontade divina. Outros, fracos na fé, fugiam dos lugares mais afetados. Deus, no entanto, de acordo com o professor, não julgava nem abandonava ninguém. Constrói-se, deste modo, um *ethos* misericordioso de Deus, que seria guiado pela benevolência e pela compaixão. Essa imagem, no entanto, não se sustenta, ou se contradiz, no seguinte trecho:

[...] diz Lutero, devemos orar contra toda forma de mal e nos proteger contra ela da melhor maneira possível para não agir contra a vontade de Deus. Contudo, se for da vontade de Deus que o mal venha sobre nós e nos destrua, nenhuma de nossas precauções vai nos ajudar.

Nota-se que ao lado do Deus misericordioso, benevolente, há um Deus que impõe castigos, que pune (embora possamos tentar fugir dessas punições, segundo o luterano). Há um Deus a quem podemos pedir que nos livre do mal e que pode nos atender, desde que esse mal não seja de sua própria vontade. Revela-se, então, novamente, um Deus punitivo.

Em entrevista publicada em 06/05/2020, na coluna do jornalista Léo Dias, do *site Uol*<sup>22</sup>, o padre católico R.M. mantém um posicionamento aproximado ao do professor luterano. Segundo o religioso católico, a pandemia não é um castigo divino, pois “Deus

20 <https://www.ielb.org.br/noticias/visualizar/6898/lutero-em-meio-a-pandemia&r=1&r=1>. Acesso em: 03/07/2020.

21 Embora não seja um líder religioso, pelo espaço em que o texto foi publicado e por sua formação acadêmica, identificamos em P.W.B. um orador autorizado.

22 <https://tvefamosos.uol.com.br/colunas/leo-dias/2020/05/06/padre-manzotti-coronavirus-nao-e-castigo-de-deus-e-acao-errada-do-homem.htm>. Acesso em: 07 jul. 2020.

é bondade”, mas resultado das ações do homem. No entanto, Deus poderia “permitir” o sofrimento para “nos corrigir”. Para justificar essa permissão, o padre recorre a uma imagem hierárquica (e conservadora) que autoriza a punição: a da ação corretiva de um pai para com seus filhos.

É mais fácil pensar que é castigo de Deus, pois assim desvia da humanidade a responsabilidade de ações erradas.[...] Deus não manda o sofrimento, porém pode permitir, não para nos castigar, mas para nos corrigir como um Pai que ama seus filhos

Dessa maneira, também constrói para Deus uma imagem paradoxal: ele é bondade, benevolência, mas permite o castigo, a “correção”, talvez, em nossa proposta, tomado pela paixão da cólera, decorrente de nossas “ações erradas”. O padre, no entanto, não especifica quais seriam essas ações, que podem tanto dizer respeito a ações destruidoras contra a natureza quanto ao que a igreja considera pecado.

Pai G. de O., diretor da Associação Brasileira dos Templos de Umbanda e Candomblé, por sua vez, em matéria<sup>23</sup> do jornal virtual *Correio*, publicada em 20/04/2020, diz ser contraditório, diante da bondade de Deus, pensar que ele possa castigar o ser humano com o sofrimento e a morte de pessoas inocentes. Para o líder religioso, a pandemia de covid-19 é resultado de ações equivocadas do homem contra a natureza:

A humanidade sempre vai colher os resultados das suas escolhas. Não tem sagrado e fé que mude aquilo que é uma escolha da humanidade. A humanidade não respeita a natureza, não toma os cuidados necessários e não respeita limites. As escolhas do homem fazem com que de tempos em tempos vivenciemos essa realidade de tristeza e perda de vida.

Não sendo um castigo divino, neste ponto de vista, também não é uma oportunidade dada por Deus. Segundo o pai de santo, porém, o momento não deixa de ser uma oportunidade para, no recolhimento, o homem repensar suas ações e comportamentos, para com a natureza e para com o outro. “Talvez a humanidade aprenda a valorizar coisas a que não está atenta mais. Talvez haja a reflexão de que existe algo maior e mais valioso que o materialismo”.

Também com foco na crise ecológica, para o Papa Francisco, em notícia<sup>24</sup> do site *Uol*, publicada em 08/04/2020, a pandemia de covid-19 é uma das “respostas da natureza” às mudanças climáticas provocadas pelo homem. Diz o pontífice:

Não respondemos às catástrofes parciais. Quem agora fala dos incêndios na Austrália, ou lembra que há 18 meses um barco poderia atravessar o

<sup>23</sup> [https://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2020/04/agencias/929038-o-momento-atual-na-visao-de-lideres-religiosos.html](https://correio.rac.com.br/_conteudo/2020/04/agencias/929038-o-momento-atual-na-visao-de-lideres-religiosos.html). Acesso em: 07 jul. 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/04/08/papa-pandemia-pode-ser-resposta-da-natureza-as-mudancas-climaticas.htm>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Polo Norte porque todas as geleiras haviam derretido? Quem fala agora das enchentes?

O líder religioso também relaciona a crise da pandemia de covid-19 a fatos políticos e econômicos. Critica a ascensão de políticos populistas e a ação de governantes preocupados mais com a economia do que com a saúde de seu povo. O Papa ainda convida os fiéis à oração e a olharem para os pobres.

Em notícia do *Vatican News*<sup>25</sup>, datada de 20/03/2020, Francisco deixa mais clara a função de Deus nesse momento de pandemia: dar forças e apoio a todos, crentes ou não-crentes, para suportar e superar o sofrimento, porque, segundo o religioso, seriam todos filhos de Deus. Vê-se, assim, a construção do Deus benevolente e bondoso, que compartilha da dor sofrida por sua criatura, mas que parece não ter (não poder-ter) controle sobre suas ações e as reações da natureza.

Finalmente, o presidente da Associação Médico-Espírita de Mato Grosso, L. A. dos S., em entrevista<sup>26</sup> dada ao *site* da *rdnews*, publicada em 13/06/2020, diz que, na visão espírita, todos os acontecimentos são oportunidades de crescimento, tanto moral quanto científico, no desenvolvimento das pesquisas. Para ele,

Deus nos salva através da ciência. Ele nos dá o problema, mas também nos dá a solução. Nós precisamos confiar em Deus através da ciência, ela é um instrumento que Deus nos coloca nas mãos para resolvermos aqui na Terra. Sejam (sic) pelos pesquisadores, médicos que tratam as doenças, e outros capazes para resolver nossos problemas aqui.

Embora afirme que “Deus dá o problema” (grifo nosso), segundo o médico espírita, o Deus punitivo, vingativo, diríamos, afetado pela paixão da cólera, teria sido substituído pelo Deus da oportunidade – ou seja, segundo nossa proposta de análise, ligado às paixões da benevolência, da compaixão e do amor. Não mais um Deus punitivo, mas um “pai” acolhedor:

Quando Jesus chega na Terra, encontra pessoas que tinham a visão de um Deus punitivo, como se ele tivesse o sentimento que nós temos. Por meio de Jesus, encaramos Deus como pai. Alguém acolhedor e que dá oportunidade. Estamos nos articulando para chegarmos a um nível de perfeição que mais dele se aproxime. Então, Deus não é vingativo. Em nenhuma das suas abordagens com a humanidade, ele o fez por vingança, e, sim, por oportunidade para que nós nos alinhássemos ao progresso espiritual.

---

25 <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-03/o-papa-sobre-a-pandemia-diante-de-deus-todos-somos-filhos.html>. Acesso em: 07 jul. 2020.

26 <https://www.rdnews.com.br/entrevista-especial/medico-espirita-refuta-covid-como-castigo-deus-salva-atraves-da-ciencia-leia-mais/129426>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Propondo um trabalho conjunto entre fé e ciência, L. A. dos S. diz, no entanto, que há diferenças entre a morte que faz parte de uma “programação” espiritual e aquela decorrente de negligências do ser humano. Nesse ponto, sugere que um *lockdown* no início da pandemia teria mudado bastante o quadro atual. Com isso, percebemos, neste posicionamento espírita, que, apesar de toda a bondade de um Deus misericordioso, há males provocados ou agravados pelo homem que não podem ser desfeitos.

### **Algumas considerações**

Algumas paixões, caracterizadas por Aristóteles como próprias da natureza humana, como o amor, a compaixão e a benevolência, sempre estiveram presentes na definição da essência de Deus nos discursos religiosos. Neste momento de pandemia da covid-19, e em outros momentos de dor, tristeza, catástrofes e conflitos, essas paixões mantêm a imagem do Deus bondoso/misericordioso, que oferece a seus filhos uma oportunidade de evolução ou salvação por meio da aproximação com suas leis e ensinamentos ou de reflexões sobre seus valores e suas ações. Ao mesmo tempo, concorre nesses discursos um outro *ethos* divino, construído sob a hipótese de Deus ser afetado também pela paixão da cólera, que o levaria a provocar ou permitir esses eventos para castigar filhos desobedientes ou ingratos, tomados pelo pecado ou responsáveis por destruir a natureza, parte de sua criação. Nesse caso, surge o Deus vingativo/punitivo.

Observamos que, nos dois casos, essas hipóteses e imagens são defendidas por meio de argumentos de autoridade, geralmente baseados nos livros sagrados e que buscam manter dogmas conservadores e moralistas, ou em argumentos que levam em consideração a importância de questões ecológicas, científicas e sociais. O argumento de causa e consequência predomina nesses discursos, em que nossas ações humanas seriam responsáveis por essas respostas, castigos ou provações. Em outros, no entanto, Deus não estaria castigando ou oferecendo uma oportunidade ao homem. Apesar de criador, ele não teria como acabar com o sofrimento atual. Ele pode dar um suporte, uma força, mas não controlar nossas ações e as reações da natureza.

Olhando para os discursos analisados como um todo, vemos, portanto, apesar das especificidades de cada religião/crença e de cada religioso, uma preocupação em atender às dúvidas de fiéis e de pessoas em geral que questionam o papel de Deus neste momento. Porém, apontada a contradição entre os ethe divinos depreendidos, os questionamentos que surgem pelas paixões que afetam alguns de nós todos os dias, pelos noticiários, números e padecimentos, parecem ainda estar longe de serem respondidos pela religiosidade, o que reforça o lugar da religião na doxa, onde se situam as opiniões e crenças, e nos estudos retóricos e argumentativos.

## Referências

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). **Retórica**. Tradução Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

MOSCA, Lineide do L. S. Paixões, emoções e afetividade na trilha do tempo: lugar no discurso. *In*: FIGUEIREDO, Maria Flávia; RAMIRO VIDAL, Gerardo; FERREIRA, Luiz Antônio (org.). **Paixões Aristotélicas**. Franca: Unifran, 2017. p. 15-29.

MEYER, Michel. Prefácio: Aristóteles ou a retórica das paixões. *In*: ARISTÓTELES (384-322 a.C.). **Retórica das paixões**. Tradução e introdução Isis Borges. B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. XVII-LI.

## O FUNCIONAMENTO DOS LUGARES DA QUANTIDADE EM DISCURSOS SOBRE A COVID-19

*Ana Cristina Carmelino<sup>27</sup>*

*Luiz Antonio Ferreira<sup>28</sup>*

### **Introdução: “O dono da dor sabe QUANTO dói”**

Só quem sofre de insônia sabe o valor de uma noite bem dormida. É apenas uma, mas, repleta de significados ligados à paz e à saúde, pode representar muito na lista de desejos de um homem. As mesmas oito horas de sono que confortam e reanimam a maioria dos mortais podem ser torturantes quando não se consegue adormecer. Do mesmo modo, os mesmos seiscentos reais, que representam uma insignificância para o rico empresário que compra um ingresso para ver um show de seu artista preferido, podem alimentar, por quatro semanas, uma família de cinco pessoas. Os números podem ser os mesmos, mas a importância que um auditório atribui a eles, não.

É comum falarmos sobre valores numéricos e, quase sempre, atentamos apenas para os “numéricos” em detrimento dos “valores”. Os números carregam, sim, valores e, embora signifiquem em si mesmos, ganham contornos muito diferentes em função do contexto e dos propósitos do discurso. Oscilam em valores quando o auditório é modificado. Os números que pretendem demonstrar fatos, não conseguem prescindir de hierarquias criadas pelo homem, de estruturas imagináveis do real, também criado, estruturado e aceito pelo próprio homem. Quando morre uma pessoa no Alasca, sentimos muito. Quando morre uma pessoa da família, sentimos muito mais. Quando morre um filho, esse “um” carrega valores humanos que fazem sofrer em proporções inimagináveis. A amplitude quantitativa do sentir está ligada à hierarquia de valores aceitáveis, à proximidade concreta das relações e não propriamente do fato em si mesmo. Em todos os exemplos, morre apenas uma pessoa. Não é, portanto, repetimos, o algarismo em si que determina fortemente o sentido, mas o contexto em que se apresenta. O número, seja qual for, constitui um elo fortemente marcado entre o homem que o invoca e o homem que o assimila durante um ato retórico.

---

<sup>27</sup> Docente da Universidade Federal de São Paulo

<sup>28</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Em retórica, números são persuasivos. Melhor, são impactantes e persuasivos. Estão sempre condicionados a perspectivas de natureza ética, moral, econômica, política, religiosa, filosófica que, direcionadas pelo orador, invadem o universo da *doxa*. Os mesmos dois mil reais que impedem um homem de realizar um sonho de toda a vida podem ser irrelevantes para um outro homem que pode gastar bem mais do que isso num jantar com a namorada. Os números são vistos a partir de uma hierarquia que se ancora na realidade criada ou vivida por cada auditório. Quando se hierarquiza um evento do mundo, há valores envolvidos e, por isso, transformam-se em argumento que, num discurso retórico, requerem, por natureza, habilidade do orador para encontrar as premissas necessárias para obter eficácia desejada junto ao seu auditório. Como os argumentos carregam premissas singulares e valorativas, constituem fontes de argumentação que, pela força persuasiva que empreendem, são denominados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) como lugares da quantidade.

Pela quantidade, portanto, vista nessa perspectiva, pode-se não apenas orientar a ação, mas, também, incitar paixões diversas que pretendem reforçar a adesão às teses que se apresentam como verdades. Não é, por conseguinte, a quantidade de zeros depois de um número que realça a própria quantidade, mas, sim, a força dos valores impressos no discurso. Uma única palavra pode doer bem mais do que cem tapas. É nesse ângulo quantitativo que se podem pensar os lugares da quantidade, sempre associados a uma espécie de qualidade do ato retórico.

Partindo dessas considerações, neste texto pretendemos refletir sobre os lugares da quantidade em discursos sobre a pandemia instaurada no mundo pelo coronavírus SARS-CoV-2ID, que ficou conhecida historicamente como covid-19. Trata-se de uma enfermidade que causa infecção respiratória e o quadro clínico pode variar entre assintomático e grave. O site do Ministério da Saúde registra que os “primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937”. Somente em 1965, porém, por causa da semelhança a uma coroa, vista no microscópio<sup>29</sup>, recebeu a denominação atual.

O propósito deste texto é, então, realçar que os números funcionam, no discurso, como um argumento, com forte apelo persuasivo e, sobretudo, como um artifício expressivo capaz de mover diversos auditórios numa dependência direta das paixões que o orador pretende mobilizar. No plano da *doxa*, a formação de opiniões e de movimentação dos valores exerce efeito capaz de suscitar a tomada de decisão de diferentes auditórios. Os lugares da quantidade, se bem explorados discursivamente, movem o pathos. E o movem competentemente.

A reflexão será fundamentada por pressupostos da Retórica, campo no qual os lugares tiveram origem, bem como da Nova Retórica, especificamente no que diz respeito aos lugares da quantidade. Em termos metodológicos, tomamos como objeto de análise o texto da capa do jornal *O Estado de S. Paulo* de 21 de junho de 2020, quando o Brasil completou 50 mil

<sup>29</sup> Os dados encontram-se disponíveis em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 20 jul. 2020.

mortes pela covid-19. O texto em questão mudou o formato tradicional da capa do jornal ao ocupar a página inteira e suprimir as notícias outras que seriam normalmente destacadas na página inicial. Esse destaque inusitado realçou o gênero epidítico e colocou em evidência o percurso cronológico e evolutivo da doença no cenário brasileiro. A estranheza da capa carregou em si o rondar trágico do medo.

No caso de uma pandemia, os índices discursivos que caracterizam a retórica do medo são amplamente conhecidos e se impõem naturalmente em função dos objetivos do orador e da constituição do real pelo auditório: incitar paixões temerárias, infundir o temor da morte iminente, prenunciar o desemprego em massa, exaltar os efeitos malévolos da fome, amplificar os males da solidão como causadores de estresse, do pavor da perda, sobressalto com *fake-news*, horror do colapso das unidades de atendimento hospitalar, entre outros. Essa retórica, que pode ser hierarquizada em função do tempo, do momento, da visão de mundo, da ideologia, implica juízo sedimentado num contexto turbulento, sem referências legíveis no passado e, portanto, sem modelo. Nesse terreno movediço, a retórica qualifica e quantifica os eventos do mundo, estabelece ordens particulares de relevância, atinge um auditório universal e delinea o estar no mundo.

## 1. Dos lugares retóricos: a quantidade

Como as provas se associam à quantidade? Se os números não se ressaltam por si, o orador precisa encontrar os argumentos adequados para provocar persuasão e esse gesto requer do orador esforço cognitivo no momento da invenção (*inventio*). Ligada etimologicamente a “achar” (*invenire*), a invenção, primeira operação do sistema retórico, é o momento em que orador busca proposições apoiadas em opiniões comuns (individuais ou públicas), disponíveis numa espécie de inventário. Desse modo, cabe ao orador, no exercício da *inventio*, pontuar o seu dizer pelos conhecimentos prováveis e desenvolver sua argumentação em função do auditório.

Responsável pela produção do discurso persuasivo, o orador deve considerar que a opinião (imbuída, muitas vezes, de ignorância, dúvida e certeza) sempre apresenta mais de um lado e um deles é mais aceitável para um determinado auditório. Ademais, deve ponderar que no campo da *doxa* não há garantias de se estabelecer acordos caso as premissas que sustentam a argumentação não sejam justificadas ou demonstradas, de forma clara e coerente, como apropriadas, exequíveis e necessárias no contexto retórico em que atua (cf. CARMELINO; FERREIRA, 2019). É na *inventio*, também, que o orador dimensiona o auditório e se depara com os céticos, com os crentes e com os indiferentes. Em filosofia, como afirma Pereira (1994, p. 23), “mormente os cépticos antigos, sempre foram conhecidos como grandes argumentadores”. Encontram, pois, fértil campo argumentativo quando se deparam com posições dogmáticas. Modernamente, de modo geral, a concepção de ceticismo está ligada aos que alimentam a falta de crença, aos que sempre duvidam e demonstram

pessimismo ou incredulidade em inúmeras situações, mesmo quando, racionalmente, a maioria das pessoas demonstra crença.

No caso dos discursos sobre a pandemia, os céticos da modernidade suscitam no orador um problema retórico que possui nuances discursivamente instigantes: fazer crer para fazer-fazer. Os crentes, por sua vez, constituem um auditório singular: são, em diversas proporções, confiantes em verdades criadas e declaradas pelo orador. Como crêem, não se rebelam contra a obrigação persuasiva infiltrada no fazer-fazer. Os indiferentes são efetiva ou aparentemente indiferentes? A resposta para essa pergunta implica a constituição do ato retórico. Talvez sejam pouco afetos à recepção das notícias, talvez sejam apenas cruéis, talvez sejam apenas mal informados e poderíamos pensar muitas outras formas de justificar o “não ligo para o que me rodeia”. Para esse auditório, a dificuldade está no fazer-saber para fazer-fazer. Qualquer auditório, porém, encontra-se inserido em um contexto em que o dogmático, o científico, o senso comum, o ideológico, o racional e o emocional confluem para a tematização do confiar, do desconfiar e do lidar com o “ao redor”. A própria noção de verossímil, fundamental em retórica, se move nervosamente entre as premissas argumentativas. Como não há modelos, o processo persuasivo precisa fortalecer-se em si mesmo, pela plausibilidade e, nesse sentido, a *inventio* ganha relevo exponencial no processo de constituição do discurso.

No processo de persuasão, dentre as proposições que ajudam o orador a desenvolver a argumentação de modo eficaz por meio do plausível e a estabelecer acordo com o auditório, estão os lugares (*tópoi*). Na retórica tradicional, os lugares consistiam em máximas ou rubricas gerais a partir das quais era possível classificar os argumentos. Desse modo, eram tidos como fontes da argumentação, conhecidos também como armazém (moradia, depósito) de argumentos.

Embora não defina os lugares de forma precisa, Aristóteles (2011) os classifica em *lugares-comuns*, aqueles que servem a qualquer ciência, e em *lugares específicos*, os que servem à determinada ciência ou a um gênero oratório definido (cf. Livro I, cap. 2, 1358a1). No corpus aristotélico, observa-se que o filósofo estuda os lugares tanto na *Retórica* (2011, Livro II, cap. 23-24), na qual elenca vinte e oito lugares-comuns (como a existência dos contrários, a semelhança, a correlação, o mais e o menos, a definição, a divisão, entre outros), quanto nos *Tópicos* (1983, Livros I, III-VIII), em que discute os lugares da definição, da propriedade, do gênero, do acidente e da identidade.

O declínio da retórica bem como a falta de interesse dos lógicos pelos lugares fizeram com que tais fontes não mais fossem vistas como valor argumentativo. O tópico, no entanto, é retomado e revitalizado nos estudos da Nova Retórica, mais precisamente no *Tratado da argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), tendo em vista que, para os autores, os lugares, “premissas de ordem muito geral”, são indispensáveis para quem pretende valer-se da persuasão no discurso (1996, p. 94).

Da leitura que fazem dos pressupostos aristotélicos sobre os *tópoi*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) priorizam apenas os lugares do acidente, os quais Aristóteles estuda nos *Tópicos* (1983)<sup>30</sup>. Segundo os autores, não seria útil fornecer uma lista exaustiva dos lugares utilizáveis. Desse modo, propõem apenas seis tipos. Primeiramente conceituam dois lugares considerados fundamentais, visto que todos os outros poderiam ser deduzidos a partir deles: são os lugares da quantidade (utilizam a quantidade para valorar coisas) e os lugares da qualidade (valorizam o único, o raro). Posteriormente, alegando “o papel que representaram e continuam a representar como *ponto de partida* das argumentações” (1996, p. 105), incluem ao estudo os lugares da ordem (estabelecem a superioridade ou inferioridade), do existente (dão preferência ao que já existe), da essência (valorizam o indivíduo como representante de uma essência) e da pessoa (estabelecem superioridade das pessoas sobre as coisas).

Dos lugares propostos pelos autores do *Tratado da Argumentação*, certamente a classificação mais retomada por estudiosos do tema<sup>31</sup>, é de interesse deste texto explorar apenas um deles, a quantidade, ainda que, no campo do preferível, um lugar possa estar relacionado a outros e o ato retórico exija que o orador estabeleça hierarquias indispensáveis. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 97), os lugares da quantidade devem ser entendidos como “os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. O mais das vezes, aliás, o lugar da quantidade constitui uma premissa maior subentendida, mas sem a qual a conclusão não ficaria fundamentada”.

A denominação atribuída aos lugares da quantidade, como os próprios autores esclarecem, condensa uma série de *tópoi* assinalados por Aristóteles nos *Tópicos* (1983, Livro III) e na *Retórica* (2011, Livro I), quando o filósofo diz, por exemplo, “um grande número de coisas boas é mais desejável do que um número menor” (1983, Livro III, cap. 2, 117a17-19), “é mais desejável o que é mais útil em todas as ocasiões ou na maioria delas” (Livro III, cap. 2, 117a35-37); “são maiores bens as coisas cujo excesso é preferível ou mais estimável” (2011, Livro I, cap. 7, 1364a37-38), “aquilo que é mais duradouro é melhor do que o que é menos; aquilo que é mais estável é melhor do que aquilo que é menos” (2011, Livro I, cap. 7, 1364b31-33).

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), os lugares da quantidade servem de base ao pensamento clássico, cujo fundamento de valor centra-se no que é universal, racional, estável, duradouro, essencial e comumente válido (ou que interessa), se não a todos, ao maior número. A esses lugares vinculam-se, logo, o conceito de razão, visto como bem comum a todos, e de verdade (como o que é eterno), que deve ser admitida por todos. Nesse sentido o que é tido como “normal” ou comum, então, é o que ocorre com maior frequência:

<sup>30</sup> De acordo com Aristóteles (1983, Livro I), o acidente é alguma coisa que, não sendo nem definição, nem propriedade, nem gênero, ainda assim tem pertinência com a coisa.

<sup>31</sup> Caso de autores como Reboul (2004), Tringali (1989, 2014), Abreu (2009), Ferreira (2010) e Fiorin (2015).

Os lugares da quantidade são (...) os que afirmam a superioridade do que dura mais tempo, do que é mais constante, que presta serviços a maior número de pessoas, do que é útil em maior número de circunstâncias, do que tem mais possibilidade de ocorrer, ou de ser bem-sucedido, do que é mais fácil ou mais acessível. Vê-se logo que a esses lugares correspondem valores tais como a duração, a estabilidade, a objetividade, a universalidade, a eficácia, a segurança. (PERELMAN, 1997, p. 188).

Do exposto, é preciso ainda destacar que embora a superioridade dê preferência àquilo que parece ser melhor ou bom – ao eterno sobre o instável, ao provável sobre o improvável, ao fácil sobre o difícil, ao que há menos risco de nos escapar –, segundo registram Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 97), a superioridade pode ser aplicada “tanto aos valores positivos quanto aos negativos”. É certo, no entanto, que as premissas que se pautam por razões quantitativas são mais facilmente capazes de suscitar a tomada de decisão, logo, fundamentam a conclusão, por isso a afirmação: “a maior parte dos lugares que tendem mostrar a eficácia de um meio será lugar da quantidade” (p. 97).

## **2. Os lugares da quantidade em discursos da covid-19**

Dissemos que números são expressivos e que, para serem expressivamente persuasivos, dependem, fundamentalmente da legibilidade e da carga emocional impressa ao discurso. O texto aqui adotado como objeto de análise, como já dito, foi publicado na capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 21 de junho de 2020, data em que o Brasil completou 50 mil mortes pela Convi-19, e ressalta o fato valendo-se, para isso, dos números equivalentes às mortes por coronavírus semana a semana, desde a primeira morte ocorrida no país em 17 de março de 2020. Utiliza-se, portanto, retoricamente dos lugares da quantidade para impressionar e sensibilizar, como veremos a seguir.

# O ESTADO DE S. PAULO



Domingo 21 DE JUNHO DE 2020 R\$7,00 ANO 143 Nº 46268

estádio.com.br

## 50.058 MORTOS

17 DE MARÇO 1ª MORTE. Cada ponto nesta página representa uma vida perdida nas últimas 14 semanas

18 A 24 DE MARÇO 45 MORTES. O governo de São Paulo anuncia quarentena com fechamento do comércio e serviços não essenciais. Manifestações religiosas não são recomendadas. Parques são fechados.

25 A 31 DE MARÇO 155 MORTES. O número de hospitalizados com síndrome respiratória aguda grave atinge cerca de 2.250 casos em uma semana, coincidindo com a chegada do novo coronavírus.

1 A 7 DE ABRIL 468 MORTES. Hospital de Campanha construído no estádio do Pacembu começa a receber pacientes de média e baixa complexidade. São 200 leitos divididos por dez enfermarias.

8 A 14 DE ABRIL 885 MORTES. A chegada da epidemia nas comunidades começa a se desenhlar no Rio de Janeiro. Rocinha, Mangueiras, Maré e Vigário Geral somam 23 casos registrados da doença.

15 A 21 DE ABRIL 1.209 MORTES. O aumento de enterros em Manaus exige o uso de valas coletivas, que se tornam uma das imagens mais dramáticas dos efeitos da covid-19 na região amazônica.

22 A 28 DE ABRIL 2.276 MORTES. Plano emergencial para o serviço funerário da Prefeitura de São Paulo prevê a abertura de 13 mil covas. E os casos de covid-19 deixam de ter um velório comum.

29 DE ABRIL A 5 DE MAIO 2.904 MORTES. Decreto estadual torna obrigatório o uso de máscaras por todos os cidadãos que saírem às ruas em São Paulo. A fiscalização fica a cargo das 645 prefeituras.

6 A 12 DE MAIO 4.479 MORTES. Após o fracasso dos bloqueios viários, a Prefeitura de SP adota novo rodízio de carros, que passa a valer em toda a capital o dia todo e fins de semana.

13 A 19 DE MAIO 5.008 MORTES. Nos EUA, a empresa de biotecnologia Moderna, em parceria com o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas, anuncia testes preliminares positivos.

20 A 26 DE MAIO 7.104 MORTES. A emergência nacional de saúde, social e econômica causada pela pandemia cria uma onda de solidariedade que resulta em mais de R\$ 5 bilhões em doações.

27 DE MAIO A 2 DE JUNHO 8.687 MORTES. Brasil se consolida como o país com o maior número diário de óbitos, superando os EUA, e já é o segundo colocado no acumulado de infecções.

3 A 9 DE JUNHO 7.288 MORTES. A vacina da Universidade de Oxford, no Reino Unido, será testada no Brasil, em pelo menos 2 mil voluntários, no estado mais promissor e avançado em busca da cura.

10 A 16 DE JUNHO 6.959 MORTES. São Paulo permite a reabertura, com restrições, de concessionárias e imobiliárias em junho e, em seguida, escritórios e lojas de rua. É o plano para a saída da quarentena.

17 A 20 DE JUNHO 4.602 MORTES. Após apenas dos EUA, Brasil registra um milhão de casos e a marca de 50 mil mortos, informa consórcio da imprensa que reúne Estadão, G1, O Globo, Extra, Folha e UOL.

**PAÍS BATE TRISTE MARCA E TEM ESCALADA DE CASOS**

O Brasil superou neste final de semana o patamar das 50 mil mortes em decorrência da covid-19, segundo o consórcio da imprensa. Muito mais do que uma mórbida estatística, essa marca carrega o luto e a dor de milhares de famílias que sequer tiveram a oportunidade de se despedir de seus entes. Também simboliza a inépcia do País no enfrentamento da pandemia. METRÓPOLE / PÁG. A15

PRISÃO DE  
QUEIROZ VAI  
ORIENTAR  
PRIMEIRA  
DENÚNCIA  
POLÍTICA / PÁG. A4

WEINTRAUB  
VIAJA AOS  
EUAS ANTES  
DE SER  
EXONERADO  
POLÍTICA / PÁG. A11

SETOR DO  
AGRO TEME  
PREJUÍZO  
COM IMAGEM  
NEGATIVA  
ECONOMIA / PÁG. B1

NOTAS & INFORMAÇÕES

**Lições de uma tragédia**

A melhor forma de honrar a memória dos mais de 50 mil mortos em decorrência da covid-19 é tornar o Brasil um país menos desigual e mais fraterno. Em suma, um lugar melhor para se viver. PÁG. A3

ARTISTAS  
CRITICAM  
NOMEAÇÃO  
DE FRIAS NA  
CULTURA  
NA QUARENTENA / PÁG. B2

Tempo em SP 12° Fria, 22° Máx.

MUNDO  
FOP 011308

Fonte: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/o-estado-de-sao-paulo/2020-06-21/>

Sintética, a mensagem encontra um auditório universal inserido em um contexto comum: pessoas estão morrendo. Os lugares da quantidade, criativamente, se realçam na *inventio*: o orador se vale de vários números, mas impacta o auditório pelo número não dito: “17 de março 1ª morte. – Cada ponto nesta página representa uma vida perdida nas últimas 14 semanas” (grifo nosso). Como ressalta Aristóteles (1983, Livro III, cap. 2, 117a35-37), “é mais desejável o que é mais útil em todas as ocasiões ou na maioria delas”. O tempo é realçado (semanas) e, nesse intervalo, um só ponto, se destacado no texto, carrega em si o luto, a morte, o medo, a impotência, o desespero. A soma de todos os pontos (50.058) traduz o lastimável estado da condição humana diante de uma peste invisível, mas profundamente célere e cruel.

A forma de implicar o número na manchete, “por meio de pontos”, mescla o racional com o emotivo, afasta qualquer romantismo sobre a morte e escancara a realidade. Ainda que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) afirmem que os lugares da quantidade vinculam-se ao conceito de razão, porque versam sobre o bem comum a todos, a verdade que se destaca no discurso incide, justamente, no que não é eterno, mas mutável. Admitir o fracasso humano, porém, é um valor que precisa ser eternizado. Nossa arrogância, que se liga à invencibilidade e ao progresso do homem moderno, se esboroa: há um inimigo. É forte. É cruel e não respeita nossas hierarquias de classe e de *status* de qualquer espécie.

A criação de inimigos, que se impõe naturalmente na construção da manchete, impacta porque conduz ao *pathos*. Fala-se, agora, por força dos números, em um “novo normal”, aquilo que é tido como “normal de agora” ou comum neste momento histórico. O lugar da quantidade subverte a razão pura e adentra o espaço do imprevisível e, portanto, situa-se fora dos limites apenas racionais do ser humano. Para criar fé, porém, 50 mil mortos são insuficientes para os céticos. Podem ser impressionantes para os crentes. Podem, porém, não impressionar os indiferentes. E os números, quantitativamente, são os mesmos.

Os enunciados que compõem o corpo do texto, parágrafo por parágrafo após a manchete, buscam traçar o percurso cronológico e evolutivo da doença, partindo da explicitação do número exato de mortes ocorridas na semana bem como do registro das principais medidas tomadas diante do cenário que se instaurava. É o que se pode observar, a exemplo, na primeira semana da pandemia no Brasil, em que o texto expõe “18 a 24 de março” – 45 mortes. O governo de São Paulo anuncia quarentena com fechamento do comércio e serviços não essenciais. Manifestações religiosas não são recomendadas. Parques são fechados”.

Nesse e nos demais enunciados-parágrafos que correspondem às catorze semanas delineadas no texto da capa, os lugares da quantidade funcionam discursivamente para justificar diferentes ações tomadas, ações de ordem política, econômica, social, médica, religiosa, ética, moral, como se verifica nos enunciados: construção de Hospital de Campanha (1 a 7 de abril – 466 mortes), plano emergencial para serviço funerário e cancelamento de velórios comuns (15 a 21 de abril – 1209 mortes), instauração de decreto que torna obrigatório o uso de máscaras por todos os cidadãos (22 a 28 de abril – 2276 mortes), ações solidárias que resultam em mais de 5 bilhões em doações (20 a 26 de maio – 7104 mortes), o Brasil se consolidar como o país com o maior número de óbitos diários (27 de maio a 2 de junho – 6687 mortos) e o Brasil registrar um milhão de casos e a marca de 50 mil mortos (17 a 20 de junho – 4602 mortes). Desse modo, os números justificam as medidas, os lugares da quantidade servem, portanto, de argumento, correspondem valores, segundo nos alerta Perelman (1997), como a segurança. Todas as ações tomadas para assegurar a vida têm como base o aumento do número de mortes semanalmente. Isso mostra, conforme esse autor, que as premissas que se pautam por razões quantitativas são mais facilmente capazes de suscitar a tomada de decisão, porque fundamentam conclusões.

No que concerne aos índices discursivos que caracterizam a retórica do orador na busca de impactar por meio dos lugares da quantidade, podemos considerar ainda os “pontos” que representam as vidas perdidas. Ancorados na cor preta, alusão às mortes provocadas pela doença, eles reforçam visualmente a informação do número de vítimas fatais da doença naquela semana específica. Assim, na semana de 18 a 24 de março, lê-se que há 45 mortes. Logo abaixo dessa informação, aparece o mesmo número de pontos pretos, cada um deles representando (ao menos é o que se procura sugerir) os falecimentos ocorridos no país naquele momento. No período seguinte, de 25 a 31 de março, a estratégia se repete, porém com outro dado, 155 vidas perdidas, uma vez mais indicadas por pontos. Como o volume é maior, cria-se o efeito de amplificação do avanço da pandemia entre os brasileiros que perderam a batalha para a covid-19.

Até esse momento, o orador se vale do recurso retórico da repetição, espécie de epizeuxe, tendo em vista a repetição seguida de pontos, que gera o aumento do volume. Pelo menos, há um paralelismo no modo como as semanas são apresentadas e a caracterização plástica utilizada (cor vermelha nos números de indicação das mortes e preta nos pontos). O que muda, além das datas, que indicam o avanço do tempo, e dos dados em si, é que o volume de pontos vai sendo paulatinamente ampliado à medida que a leitura da página é feita de cima para baixo. O efeito visual criado entre os blocos de síntese dos casos semanais é o de uma concentração de pontos, muito maior que a inicial. Pondo em outros termos: alude-se, por meio da cor, ao aumento de vidas perdidas no país ao longo das semanas e à alta quantidade de brasileiros vitimados pela pandemia.

Pode-se identificar ainda um outro recurso retórico. Vê-se que se trata da articulação de conteúdos de ordem verbal com os de ordem plástica (a cor). Quando articulados, podem criar diferentes efeitos de leitura. Podem se completar, podem se contradizer, podem redundar. Entendemos haver essa última situação no texto da capa veiculada por *O Estado de S. Paulo*. A junção dos números de mortes com a representação visual delas por meio dos pontos gera uma duplicidade da mesma informação, transmitida com signos distintos, ora verbais, ora visuais (plásticos). Embora procure reforçar o avanço da doença, estratégia que pode ser considerada bem-sucedida, gera um incontornável pleonasma, construído por materialidades díspares.

Justamente para tentar captar a benevolência dos que insistem em não acreditar em uma pandemia, outros números e argumentos se avolumam no trecho final do texto da capa do jornal:

**BRASIL BATE TRISTE MARCA E TEM ESCALADA DE CASOS.**

**O Brasil superou** neste final de semana o patamar das 50 mil mortes em decorrência da covid-19 segundo o consórcio da imprensa. Muito mais do que uma mórbida estatística, essa marca **carrega o luto e a dor de milhares de famílias** que sequer tiveram a oportunidade de se despedir de seus entes. Também simboliza a **inépcia** do País no enfrentamento da pandemia (grifos na cor vermelha no jornal)

Observe-se que “estatística”, um termo muito apreciado pelos racionalistas, vem acompanhada de “mórbida”, um termo nunca explicitado pelos mesmos racionalistas. O jornalista atribui ao número a denominação de “marca”, algo que pode ser superado ainda. E o lugar da quantidade “carrega” o luto e a dor de “milhares” de famílias. A crítica política se traduz no resultado das “marcas”: “inépcia do país no enfrentamento da pandemia”. “País” é um termo inclusivo: governantes e governados demonstram ser ineptos, acuados e presos entre a descrença e a crença, a sobrelevação dos valores econômicos sobre os sociais, o realce do contrassenso em detrimento do recomendado cientificamente. Há uma luta interna entre a maioria dos necessariamente medrosos e os indiferentes.

Por tudo isso e muito mais, a marca é “triste” e se movimenta em “escalada de casos”. Escalar sempre indica a quantidade de passos necessários para cima. A técnica argumentativa é nítida: pelo medo, pelo desespero, pelo escancarar da impotência, reunir argumentos que, pela quantidade, buscam a “adesão das mentes às teses apresentadas ao seu assentimento” (cf. PERELMAN, 1997, p. 208). O evidente esforço para criar efeitos está também nos adjetivos que acompanham os números ou as alusões numéricas: “triste marca”, “mórbida estatística”, “marca enlutada e dolorida”. Para qualquer auditório universal, conclama-se uma deliberação íntima, que coloca à prova diversas teses distribuídas nos meios sociais: o trecho final do texto pretende colocar em confronto, passional e numericamente, uma medida conscientizadora ligada, sobretudo, ao *logos*, com outra, dialética e retórica, que se ancora no *pathos*. Se números pretendem a validação de um saber plausível, os adjetivos e expressões adjetivas encandecem o aspecto subjetivo de uma questão fundamental que não pode ser resolvida objetivamente, pois mesmo os números e os adjetivos ainda gerarão controvérsias e, como é característica das situações dilemáticas, sempre haverá uma inevitável propensão pendular e opinativa.

Os números que perpassam o texto todo reforçam o aspecto objetivo da doença, não formam, por si, uma perspectiva dogmática ou científica: são prenúncios do pior, são resultados matemáticos, mas nada “frios”, são estatísticas que objetivam gravar no coração uma impressão sombria e ressonante, muito epidítica, muito eivada de fatos e valores simultâneos que estabelecem a estrutura do real, conclamam à crença e, por isso, funcionam como alicerce para um conjunto de crenças, denominadas por Perelman (1997) de lugares.

### Considerações finais

Os números, em retórica, persuadem. Os lugares da quantidade, premissas de ordem geral usadas para valorar coisas, consistem em uma das fontes de argumento mais eficientes, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), porque são capazes de suscitar a tomada de decisão, fundamentam uma conclusão. A essas considerações podemos acrescentar ainda que as premissas que se pautam por razões quantitativas também têm um forte poder de impactar, desse modo, movimentam fortemente o *pathos*.

O funcionamento discursivo dos lugares da quantidade nos discursos da pandemia por coronavírus é bem diversificado. Ao mesmo tempo em que orienta ações, serve de prova para justificar medidas tomadas, tendo em vista que se centra no que é universal, racional, estável, essencial e comumente válido, se não a todos, a grande maioria. Explorado discursivamente pelo orador, esse lugar funcionou também para mover o *pathos*, incitando, dentre as muitas paixões, medo e compaixão. A força dos números funcionou, em síntese, para nos levar a um “novo normal”.

A magnitude quantitativa do sentir vincula-se à hierarquia de valores aceitáveis. Embora, muitas vezes, a menção aos números não determine o sentido, mas o contexto em que se apresenta, observamos que em discursos sobre a covid-19, tanto a explicitação dos algarismos quanto a conjuntura que eles representam fazem desse lugar um grande argumento, muito eficiente no processo de persuasão. A gradação (que é também numérica) ascendente é proporcional à quantidade de medo que se imprime no discurso.

## Referências

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 13. ed. ampl. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Edson Bin. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ARISTÓTELES. **Tópicos**: dos argumentos sofisticos. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Coronavírus**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CARMELINO, Ana Cristina; FERREIRA, Luiz Antonio. O grito das massas: retóricas e polêmicas. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 209-230, jan-abr. 2019.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN. José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. Tradução: Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PEREIRA, Oswaldo Porchart. Ceptismo e Argumentação. *In*: CARRILHO, Manuel Maria (org.). **Retórica e Comunicação**. Porto, Portugal: Edições ASA, 1994.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução: Invone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 132-133.

TRINGALI, Dante. **Introdução à retórica**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e as outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa, 2014.

50.058 MORTOS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 141, n. 46268, 21 jun. 2020. Capa. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/o-estado-de-sao-paulo/2020-06-21/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

# A PANDEMIA NO DISCURSO DA ECOLOGIA MIDIÁTICA CONSERVADORA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE ARGUMENTATIVA

*Lucas Pereira da Silva*<sup>32</sup>

*Gabriel Isola-Lanzoni*<sup>33</sup>

*Paulo Roberto Gonçalves-Segundo*<sup>34</sup>

## Introdução

Embora a pandemia de covid-19 consista em um fenômeno primariamente de saúde pública, a politização do tema, alimentada por intensa desinformação e polarização, que não raro culmina na resistência a adotar as recomendações das autoridades médicas, tem produzido graves impactos na sociedade brasileira, dentre os quais o absurdo número de mortes é indubitavelmente o pior. Nesse cenário, os estudos da linguagem são convidados – ou melhor, convocados – a tomarem os discursos que legitimam tal barbárie para compreender a violência que os constitui e a retórica que os autoriza.

Logo, nosso objetivo neste capítulo é mostrar de que forma a ecologia midiática alternativa da nova direita brasileira (i) esvazia discursivamente a pandemia da covid-19 dos traços que a caracterizam como um problema de saúde pública e (ii) defende argumentativamente o papel da pandemia como instrumento que viabiliza uma escalada autoritária no país, protagonizada pelo exogrupo não conservador.

Para tanto, tomamos como objeto de análise o artigo de opinião “A letargia moral e mental do cidadão comum”, de autoria de Marco Frenette, publicado no Jornal da Cidade Online, uma plataforma dessa ecologia midiática alternativa.

Estruturamos este capítulo da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos o *layout* de argumentos de Toulmin, proposto em Toulmin (2006 [1958]), ampliado em Toulmin, Rieke e Janik (1984 [1978]), e rediscutido por diversos autores, dentre os quais Gonçalves-Segundo (2020a; 2020b) e Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2019), a partir de um diálogo com a literatura crítica sobre o modelo. Além disso, tratamos das noções de

<sup>32</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo

<sup>33</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo

<sup>34</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo

problema epistêmico e de ecologia midiática. Na seção seguinte, procedemos à análise do texto e, posteriormente, na última seção, tecemos nossas considerações finais.

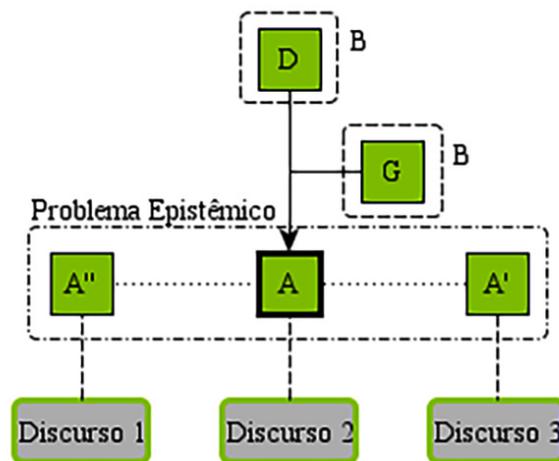
### Argumentação epistêmica e ecologia midiática conservadora

A partir de uma concepção que entende a argumentação como uma atividade calcada no dissenso (AMOSSY, 2017), a disparidade entre as formas de conceber a realidade resulta em um fundo heteroglóssico de concepções concorrentes e convergentes que, quando tematizadas em função de um recorte interacional e textualmente estabelecido, constitui um problema epistêmico, que pode ser expresso por uma questão argumentativa aberta ou fechada (PLANTIN, 2008; GRÁCIO, 2010).

Para Gonçalves-Segundo (2020b, p. 240), problemas epistêmicos envolvem, então, disputas acerca de concepções de realidade, ou seja, diferenças de opinião relativas a “modos de ver e compreender o funcionamento da sociedade, da natureza, do comportamento humano, da semiose, dentre inúmeros outros possíveis objetos de tematização”. A partir desse quadro, podemos denominar, então, como Alegações as respostas a dados problemas epistêmicos, que se tornam tanto alvo de defesa e de justificação, quanto de dúvida ou de crítica.

Vejamos a Figura 1 abaixo que ilustra o reenquadramento dialético operado por Gonçalves-Segundo (2020b) no âmbito do *layout* de argumentos de Toulmin (2006 [1958]):

Figura 1 – Focalização de um movimento argumentativo simples em face de um problema epistêmico



Fonte: adaptado de Gonçalves-Segundo e Isola-Lanzoni (2019)

Na Figura 1, vemos que a Alegação (A) consiste no componente central para o qual convergem os Dados (D), a partir da legitimação conferida pela Garantia (G), componentes cuja confiabilidade pode ser ampliada pela adição de Bases (B). Além disso, vemos que as distintas Alegações se encontram associadas a discursos distintos que garantem um conjunto de representações que lhes dão coerência e que repertoriam o argumentador em termos da defesa de um dado ponto de vista e do ataque a outros.

Conforme Gonçalves-Segundo (2020b), os dados consistem em proposições derivadas de enunciados a partir dos quais se justifica ou se defende uma Alegação. A Garantia, por sua vez, corresponde a uma regra de licenciamento de inferências, ancorada a discursos aos quais uma voz autoral se filia. Trata-se de um componente em geral não textualizado, que pode ser reconstituído analiticamente para evidenciar as representações consolidadas e os valores que subjazem ao movimento argumentativo em foco.

Por fim, a Base constitui-se em um componente de natureza evidencial multifuncional que indica a fonte (pessoal, compartilhada, opaca e mediada) das proposições textualizadas e o modo de acesso (perceptivo, cognitivo e comunicativo) a elas (MARÍN-ARRESE, 2011), atuando prototipicamente na transferência de aceitabilidade ou no desestímulo ao ceticismo em relação aos Dados e à Garantia (GONÇALVES-SEGUNDO; ISOLA-LANZONI, 2019).

O enquadramento dialético dado ao problema epistêmico torna-se produtivo na articulação com o conceito de ecologia midiática, uma vez que, como define Barichello (2017, p. 105, colchetes nossos), ela consiste em um ecossistema de interligação de mídias, que articula “novas espécies [plataformas] e novos usos de meios antigos”, resultando em modificações nas formas como as organizações e os usuários “se comunicam, se constituem e se legitimam perante a sociedade”.

A criação desse ecossistema tem a função de delimitar um espaço de autolegitimação de concepções da realidade, com reiteração axiológica, que, em último caso, promove a fundamentalização de tais visões de mundo, o que, em termos argumentativos, está ligado, por um lado, à avaliação das respostas alternativas a um problema epistêmico como absurdas ou não razoáveis e das próprias respostas como evidentes e, por outro lado, ao próprio apagamento do fundo heteroglóssico de alternativas do repertório do grupo-alvo desse ecossistema.

Tal ecossistema é composto por plataformas jornalísticas – como é o caso do Jornal da Cidade Online, onde fora publicado o texto em análise –, perfis em redes sociais já consolidadas, como o Twitter, bem como novas redes sociais<sup>35</sup>, que estabelecem uma rede de enunciados/textos (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]) orientados à desinformação, ao empobrecimento do debate público e à dicotomização identitária.

Isso posto, analisaremos, na sequência, como a pandemia da covid-19 foi tematizada por Marco Frenette, colunista do Jornal da Cidade Online, como um artifício que tem viabilizado uma escalada autoritária no Brasil, que precisa ser percebida pelos ditos “cidadãos de boa-fé”.

35 Recentemente, o Tilt – O canal sobre tecnologia do UOL noticiou a criação da rede social Parler, associada, como alega a notícia, à circulação de fake news. Notícia disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/13/parler-rede-social-adotada-por-bolsonaro-deixa-espaco-para-desinformacao.htm>.

## Covid-19, escalada autoritária e argumentação: análise e discussão

O texto em análise – “A letargia mental e moral do cidadão comum” –, de autoria de Marco Frenette, foi publicado pelo Jornal da Cidade Online no dia 30 de junho de 2020. O jornal ficou conhecido pelo seu suposto papel na distribuição de *fake news*, como apontam, em primeiro lugar, Amanda Ribeiro e Luiz Fernando Menezes, em notícia na qual relatam como o periódico se vale de perfis apócrifos, sem verificação e comprovação de identidade<sup>36</sup>, para assumir a autoria e a responsabilidade pelos textos informativos e opinativos publicados, e, em segundo lugar, Aiuri Rebello<sup>37</sup>, que, ao tratar da perda de anunciantes da plataforma, relata que o jornal é alvo da CPI das *Fake News*<sup>38</sup>. Há indícios, portanto, de que ela integra a ecologia midiática alternativa da nova direita brasileira<sup>39</sup>. Transcrevemos o artigo no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Transcrição do artigo

### **A letargia moral e mental do cidadão comum**

30/06/2020, às 12:42

Muitos cidadãos de boa-fé não estão percebendo a escalada autoritária no Brasil porque a imagem que fazem da chegada do totalitarismo é antiga e ultrapassada.

Imaginam que, “se houvesse mesmo totalitarismo”, nós já teríamos visto tanques chineses nas ruas e falsos militares barbudos com charutos na boca, todos falando que fuzilam mesmo, e vão continuar fuzilando, mas sempre com ternura.

Como isso não está ocorrendo, e como a imprensa diz que a única coisa anormal é a existência de um presidente honesto, conservador e trabalhador, o cidadão conclui que não há perigo real à frente, e que tudo em breve voltará ao normal, ou ao “novo normal”. Está escapando ao cidadão de boa-fé o escancarado combo mafioso que se formou. Um combo que inclui STF, governadores, prefeitos, Congresso e partidos de esquerda, tudo junto e misturado dentro do circo histérico chamado covid-19.

Mesmo sabendo que os reais poderes soltam milhares de presos perigosos, enquanto prendem pessoas inocentes por crime de opinião, o cidadão mental e moralmente letárgico insiste em dizer a si próprio e aos outros que está “tudo sob controle”.

Mesmo vendo com seus próprios olhos a quebra-deira geral do comércio e o superfaturamento retornando forte com a desculpa de combater o vírus, o cidadão letárgico se recusa a ver a realidade.

Ele também parece não perceber que foi cerceado em seu direito de ir e vir, que será multado, e até preso, se não usar acumulador de baba.

Notem que não falo do mau caráter que finge não ver nada disso por conveniência política e financeira, mas daqueles que realmente não estão entendendo o perigo que estamos vivendo.

**Marco Frenette**

36 Amanda Ribeiro e Luiz Fernando Menezes são autores da notícia “Jornal da Cidade Online usa perfis apócrifos para atacar políticos e magistrados”, publicado pelo portal Aos Fatos. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/jornal-da-cidade-online-usa-perfis-apocrifos-para-atacar-politicos-e-magistrados/>.

37 Aiuri Rebello é autor da notícia “Alvo de CPI, site de fake news com 903 anunciantes perde apoio com campanha”, publicado no portal do UOL. A notícia trata do jornal em questão. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/21/alvo-de-cpi-site-de-fake-news-com-903-anunciantes-perde-apoio-com-campanha.htm>.

38 Informações sobre a CPMI – Fake News disponível no site do Senado Brasileiro: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>.

39 Estruturalmente, a interface do sítio eletrônico conta com ícones referentes a diversas plataformas digitais por meio das quais o leitor pode compartilhar a página em que se encontra o texto a ser distribuído.

O articulista instaura, implicitamente, no início do texto, o problema epistêmico que admite um díptico como resposta: “Os cidadãos de boa-fé estão percebendo ou não a escalada autoritária no Brasil?”. A voz autoral assume a alternativa de resposta negativa – *muitos cidadãos de boa-fé não estão percebendo a escalada autoritária no Brasil* – e, para sustentar tal Alegação constrói como real o Dado *A imagem que [os cidadãos de boa-fé]<sup>40</sup> fazem da chegada do totalitarismo é antiga e ultrapassada*. A relação não enunciada entre este Dado e a Alegação – que constitui a Garantia do movimento argumentativo – pode ser reconstruída como *A desatualização da imagem de totalitarismo impede que se percebam seus sinais*, o que indicia uma relação causal<sup>41</sup> entre os componentes.

Este movimento argumentativo, que é constituído pelos componentes básicos do *layout* de Toulmin (2006 [1958]), pauta-se em um Dado que será clarificado na sequência, respondendo à questão implícita: ‘que imagem antiga e ultrapassada é essa?’. Assim, no segundo parágrafo, o argumentador faz uso de uma ilustração, integrante do imaginário conservador, que associa e praticamente restringe ditaduras a regimes comunistas. A ilustração, como propõem Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 407), “tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral”, mostrando aplicações possíveis e “aumentando-lhe a presença na consciência”. Com essa ilustração – que esmiuçamos adiante –, o articulista, além de isentar-se de discutir o caráter totalitário dos regimes representados textualmente, compromete-se com a presunção de que essa seria a imagem de ditadura consolidada socialmente, apagando a experiência concreta de um regime autoritário real ocorrido no Brasil entre 1964 e 1985 – certamente não comunista.

Neste segundo parágrafo, há dois aspectos relevantes a serem destacados no âmbito desse jogo entre associação e dissociação.

O primeiro diz respeito às aspas inseridas pelo articulista em “se houvesse mesmo totalitarismo”, que não marcam uma expressão *ipsis litteris* de algum ator social, como é típico do uso de aspas em práticas jornalísticas, mas indiciam uma resistência do leitor potencialmente cético em relação à possibilidade de haver, de fato, algum traço totalitário no Brasil contemporâneo. Desse modo, as aspas constroem um leitor que possivelmente detém essa concepção “ultrapassada” de totalitarismo, que seria a causa de não se conseguir enxergar a suposta escalada autoritária.

O segundo envolve as referências instauradas pelo articulista no processo de construção dessa imagem, que remetem a acontecimentos e personalidades ligadas a regimes concebidos como comunistas. A primeira aponta para o episódio conhecido como

<sup>40</sup> Deixamos em itálico os segmentos que correspondem a componentes do *layout* de argumentos e entre colchetes os acréscimos analíticos que visam a dispor claramente a proposição relevante, empregada pela voz autoral, no movimento argumentativo.

<sup>41</sup> Baseados em Garssen (1997), compreendemos esquemas causais como aqueles que legitimam uma resposta ao problema epistêmico por meio da construção de Dados de natureza factual que levam ao (ou, inversamente, decorrem do) evento expresso na Alegação.

Massacre da Praça da Paz Celestial, realizado pelo governo Chinês em Pequim, em 1989<sup>42</sup>, remissão depreendida a partir do segmento “nós já teríamos visto tanques chineses nas ruas”. A segunda remete a Fidel Castro, referência inferida a partir do segmento “falsos militares barbudos com charutos na boca”. A terceira invoca, intertextualmente, a figura de Che Guevara, a quem é atribuída a expressão “há que endurecer, mas sem perder a ternura, jamais”, a partir do segmento “todos falando que fuzilam mesmo, e vão continuar fuzilando, mas sempre com ternura”.

Na sequência, no terceiro parágrafo, a voz autoral apresenta a Alegação subsidiária *O cidadão conclui que não há perigo real à frente e que tudo em breve voltará ao normal, ou ao “novo normal”*. Para sustentá-la, usa como Dados tanto a ilustração que acabamos de discutir, quanto a construção “a única coisa anormal é a existência de um presidente honesto, conservador e trabalhador”, representação esta que distorce o posicionamento da imprensa crítica ao Governo Federal, na medida em que julga que os motivos que subjazem aos ataques ao governo são, na verdade, indícios da superioridade moral e da dedicação do presidente. Com isso, pode-se induzir a uma sensação de ausência de perigo, visto que os traços que caracterizariam um regime ditatorial não se verificariam na realidade vigente, considerando a experiência empírica do provável leitor.

No entanto, embora a voz autoral construa um raciocínio plausível e o atribua a um possível cidadão letárgico, ela procede, implicitamente, a uma acusação de conclusão apressada, expressa no segmento “está escapando ao cidadão de boa-fé o escancarado combo mafioso que se formou”. Tal acusação se pauta em uma suposta negligência/ignorância acerca da formação de um “combo mafioso”, constituído, basicamente, por parte significativa das instituições dos três poderes dos três níveis federativos brasileiros – com exceção do Executivo Federal – sob a dissimulação instaurada em nome da covid-19.

Nesta denúncia, a voz autoral, estrategicamente, se constrói como aquela que detém o conhecimento, que vê a realidade que escapa aos demais e que é capaz de trazer isso para o leitor, iluminando, assim, o seu conhecimento. Essa estratégia, que tem ligação com a prova retórica do *ethos* (AMOSSY, 2017), uma vez que o argumentador constrói uma imagem de ‘quem conhece e revela’, encontra ressonância na ecologia midiática alternativa dessa nova direita, visto que muitos de seus textos trabalham com a lógica da revelação de perspectivas supostamente ocultadas do debate público, não raro associadas a algum tipo de desinformação.

As possíveis lacunas de conhecimento do cidadão letárgico tornam-se, então, alvo de tematização nos três parágrafos subsequentes, nos quais – partindo da pandemia da covid-19 e, sobretudo, das medidas implementadas por distintas instâncias para o seu combate – se propõe uma atualização na concepção sobre as formas contemporâneas de manifestação do totalitarismo no país.

<sup>42</sup> “Como a China ‘apagou da memória’ o Massacre da Praça da Paz Celestial, que completa 30 anos”, por John Sudworth. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48495352>.

O articulista alega, então, que a imagem reformulada do que se entende por totalitarismo e que escapa ao cidadão de boa-fé é exponenciada no país por meio de um vetor de ordem de saúde pública, a covid-19, que funcionaria, na verdade, como um instrumento de dissimulação da articulação entre poderes com o fim de instaurar o que a voz autoral considera autoritário. Isso se evidencia, em especial, quando consideramos o sintagma preposicionado “dentro do circo histórico chamado covid-19”, por meio do qual podemos observar que Frenette ancora a nova noção de autoritarismo à exploração política da pandemia – movimento sinalizado pela locução preposicional *dentro de*, que encabeça o sintagma e estabelece, preliminarmente, seu posicionamento frente às atitudes deliberadas quanto ao combate à covid-19.

No imaginário popular, o elemento mais comumente associado à imagem circense é o palhaço, figura que chega, muitas vezes, a ser considerada a alma do circo (BOLOGNESI, 2002). Não raro ocupando a posição de atração central de um espetáculo, o palhaço é conhecido pela intencionalidade do riso, muitas vezes marcado pela ingenuidade. Ao enquadrar a covid-19 como “circo”, a voz autoral acaba por cercear a seriedade intrínseca à pandemia, perspectiva que é intensificada ao se adicionar o modificador “histórico” – apreciação utilizada para caracterizar comportamentos carregados de excessiva e descontrolada emotividade –, questionando, assim, a veracidade das circunstâncias e a legitimidade das medidas instauradas a partir do desdobramento das consequências da covid-19. O articulista enquadra, portanto, o cidadão de boa-fé como espectador do espetáculo que subtrai atenção da suposta escalada autoritária vigente.

Esse momento é marcado por uma retomada implícita da questão argumentativa que norteia o texto, uma vez que o articulista – tendo apresentado razões para a sua alternativa de resposta – parece direcionar o foco de sua elaboração para as razões pelas quais ‘os cidadãos de boa-fé *deveriam* perceber a escalada autoritária no Brasil’. Esse redirecionamento de foco é significativo para os parágrafos seguintes, na medida em que – como argumentamos em nossos parágrafos anteriores – o articulista passa a propor uma nova noção de autoritarismo, pautando-se na pandemia da covid-19.

O argumentador enfoca, então, os agentes que implementaram medidas de enfrentamento à pandemia e os reúne em um mesmo grupo identificado como “combo mafioso”. Nesse conjunto, o articulista insere os atores sociais comumente expurgados<sup>43</sup> por grandes personalidades da direita conservadora, a saber “STF, governadores, prefeitos, Congresso e partidos de esquerda”. A identificação desses atores sociais tem uma dupla função: (i) levar o leitor a retomar conhecimentos prévios sobre as ações desses agentes e (ii) explicitar os agentes que, para a voz autoral, constituem o exogrupo, o outro lado da polarização. Fazer isso é discursivamente relevante, visto que as medidas e os acontecimentos

43 Segundo Thompson (2011 [1990], p. 87), o expurgo consiste em uma estratégia ideológica que envolve “a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente”.

arrolados nos parágrafos seguintes abrangem figuras públicas ligadas a amálgama de atores sociais que, em tese e não raro, divergem em termos ideológicos.

A partir de tal dicotomização, a voz autoral parece intensificar a redução do agrupamento político conservador, o que favorece a interpretação de que ele se encontra em constante ameaça. Logo, essa estratégia parece servir como elemento motivador de coesão endogrupal, de modo que, em face desse combo, os conservadores precisariam se unir e estar atentos para se defenderem do alegado avanço autoritário que ameaçaria seus supostos valores moralmente superiores.

Para passarmos para a segunda parte do texto, consideramos válido destacar as expectativas que o articulista cria no quinto, sexto e sétimo parágrafo, pautadas nas generalizações estabelecidas. Ao construir que o cidadão letárgico (i) sabe que os reais poderes soltam presos e prendem inocentes, (ii) vê a quebra geral do comércio e o superfaturamento, e (iii) é obrigado a usar máscaras sob risco de multa e prisão, as expectativas, expressas nas Alegações a seguir, de que o cidadão letárgico não deveria se recusar a ver a realidade, insistir em dizer que está tudo bem, ou ainda não perceber que foi cerceado em seu direito de ir e vir. Contudo, embora estabeleça tais expectativas, o articulista enuncia o oposto como fato empiricamente verificável, o que legitima a categorização desses indivíduos como letárgicos mental e moralmente, conforme lemos no título.

Para fazer isso, o argumentador, no quinto e no sexto parágrafos, após apresentar os componentes que constituem o combo escondido por detrás da “histeria” da covid-19, instancia o juntor concessivo *mesmo* para explicitar a inconsistência da perspectiva de um suposto cidadão de boa-fé frente ao que o próprio argumentador conceptualiza como real.

No quinto parágrafo, portanto, o articulista constrói a Alegação *O cidadão mental e moralmente letárgico [não deveria insistir] em dizer a si próprio e aos outros que está “tudo sob controle”, sustentando-a pelo Dado os reais poderes soltam milhares de presos perigosos, enquanto prendem pessoas inocentes por crime de opinião*, introduzido por uma Base constituída pelo evidencial cognitivo “saber” (MARÍN-ARRESE, 2011), que atribui ao cidadão de boa-fé uma alta responsabilidade pelo conhecimento. O elo entre Dado e Alegação é licenciado pela Garantia *não se deveria negar algo que já se sabe*, cuja perspectivação do real se ancora nos valores circulantes de que ‘ações que coloquem criminosos em liberdade e que prendam inocentes são passíveis de repúdio’.

Assim como ocorre na ilustração, o articulista remete a eventos recentes que contrariam valores e perspectivas conservadoras. Em primeiro lugar, aponta para a ação das Secretarias de Justiça dos Estados de liberar “homens e mulheres dos regimes semiaberto e fechado que estavam presos e são do grupo de risco da doença”<sup>44</sup>; em segundo lugar, alude

<sup>44</sup> “Sobe para mais de 1.500 o número de presos soltos por risco de contraírem covid-19 nas prisões do estado de SP”, de Léo Arcoverde e Kleber Tomaz para a Globonews. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/02/sobe-para-mais-de-1500-numero-de-presos-soltos-por-risco-de-contrairem-covid-19-nas-prisoas-de-sp.ghtml>.

à prisão de Sara Winter<sup>45</sup>, ocorrida em 15 de junho – e cuja libertação ocorrera dez dias depois, cinco dias antes da publicação do texto –, por meio do segmento “prendem pessoas inocentes por crime de opinião”. Dessa forma, a voz autoral acaba categorizando posições antidemocráticas e pró-ditatoriais de fato como meras opiniões, reduzindo sua gravidade. Ademais, associa tais acontecimentos a uma suposta escalada de supressão da liberdade de expressão no Brasil, protagonizada, é claro, pelo exogrupo.

Além disso, vale ressaltar a incorporação de fragmento do discurso do Governador do Estado de São Paulo, João Dória – um dos atores sociais expurgados por esse discurso da direita conservadora –, na construção da Alegação. Em coletiva de imprensa realizada no dia 18 de maio de 2020, Dória defende que as ações deliberadas para a contenção das consequências da covid-19 no estado seriam suficientes para que estivesse “tudo sob controle”<sup>46</sup>. Ao trazer a fala de Dória, o articulista associa as atitudes de controle da pandemia a histeria e até mesmo a crime, o que acaba por colocar em xeque a importância de figuras político-administrativas seguirem orientações de autoridades médicas e científicas.

Dando continuidade à explicitação das inconsistências da percepção do cidadão de boa-fé, no sexto parágrafo, o articulista se debruça sobre a ideia de que o cidadão letárgico se recusa a ver a realidade que o circunda. Para tanto, por meio da estrutura concessiva, estabelece a Alegação *O cidadão letárgico [não deveria se recusar] a ver a realidade*, sustentada pelo Dado *O cidadão vê com seus próprios olhos a quebradeira geral do comércio e o superfaturamento retornando forte com a desculpa de combater o vírus*. A transição inferencial do Dado para a Alegação se ancora, primeiramente, na Garantia não verbalizada de que *não se deveria negar algo que é facilmente constatável*, e isso, por seu turno, remonta a valores expressos pela Base evidencial perceptiva do Dado (*ver*) de que aquilo que é passível de observação pela visão goza de alta factualidade.

Neste parágrafo, também são estabelecidas referências a atores sociais expurgados: em primeiro lugar, a governadores que sancionaram medidas de isolamento social que cercearam, total ou parcialmente, o funcionamento (presencial) de atividades comerciais não essenciais; e, em segundo lugar, ao governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, no que diz respeito à suposta compra superfaturada de respiradores para hospitais<sup>47</sup>. Assim, no primeiro caso, a voz autoral consegue remeter a práticas condenadas por essa nova direita, sem incorrer a nomeações específicas que poderiam limitar o escopo da crítica e, no segundo caso, considerando a vagueza referencial, consegue manter a associação de

45 “Polícia Federal prende Sara Giromini e mais cinco em investigação sobre atos antidemocráticos, em Brasília”, de Márcio Falcão, Marília Marques e Brenda Ortiz, para a TV Globo e G1 DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/15/ativista-sara-winter-e-presa-pela-policia-federal-em-brasilia.ghtml>.

46 Destacamos a notícia “Dória sobre evitar lockdown: ‘Está tudo sob controle’”, disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/videos/?id=-04020E993268E4B96326>.

47 “TCE diz que achou preços superfaturados na compra de respiradores pelo RJ”, de Pedro Figueiredo para o RJ2. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/22/tce-diz-que-achou-precos-superfaturados-na-compra-de-respiradores-pelo-rj.ghtml>.

suposta corrupção ao exogrupo de modo geral, evitando, ademais, acusações diretas a atores sociais específicos, o que poderia acarretar problemas judiciais. Com isso, direciona sua argumentação à ampliação da adesão à concepção de que há, de fato, um “combo mafioso”.

Isso é coroado no sétimo parágrafo, quando Frenette trata do cerceamento da liberdade de ir e vir a partir da deliberação pela obrigatoriedade do uso de máscaras – instaurada a partir de 7 de maio de 2020 no Estado de São Paulo, por exemplo – como uma das medidas de contenção da propagação do vírus. Na perspectiva autoral, tal decisão – ligada à esfera político-administrativa, com base em informações e orientações de autoridades médicas – é concebida como sintoma de autoritarismo. Tal estratégia promove uma mudança no *frame* de referência dos signos, na medida em que desloca a pandemia do campo da saúde pública para o campo da política e, nesse campo, ofusca as fronteiras e até inverte o que é da ordem do democrático e do autoritário, de maneira a tomar uma medida indicada de prevenção de contágio como uma forma desnecessária de controle comportamental.

Isso fica ainda mais nítido pela forma como o articulista alimenta a rede de enunciados relacionados à covid-19: o sintagma nominal “acumulador de baba” não só introduz uma funcionalidade não prototípica e inexata da máscara, como também parece orientar-se a desarticular o discurso que defende seu uso e a depreciar os atores sociais que se filiam a tal discursividade. Esse efeito depreciativo se justifica, na medida em que a seleção de tal sintagma nominal ataca a razoabilidade de quem faz uso do equipamento, que é discursivamente reduzido a uma consequência negativa – hiperbolizada e infantilizada – de seu uso.

Para finalizar a discussão sobre esses três parágrafos, consideramos relevante destacar a questão das Bases. Do quinto para o sexto parágrafos, a voz autoral passa da articulação entre “saber” algo e “insistir” em enganar-se para “ver” algo e “se recusar” a reconhecer tal existência. Essa transição sinaliza uma progressão textualmente construída da incapacidade de reconhecimento do “combo mafioso” que o articulista categoriza como símbolo de autoritarismo, que culmina no pleno ignorar da suposta restrição à liberdade de ir e vir causada pelo uso obrigatório de máscara. Tal bloqueio de percepção seria, então, nesse discurso, um sintoma da efetividade da própria escalada autoritária, que “cegaria” o cidadão de boa-fé a enxergar o que “de fato” estaria acontecendo: a restrição de liberdade, disfarçada de um pacote de medidas em benefício da população.

Por fim, no último parágrafo, a voz autoral procede a uma ressalva, na qual busca dividir o grupo de cidadãos que chega às conclusões alternativas em “cidadãos de boa-fé”, que, pelos motivos já aludidos, não enxergam a suposta escalada autoritária, e em “cidadãos mau caráter”, que defendem as medidas do “combo mafioso” por conveniência política e financeira. Com isso, a voz autoral mantém a estratégia constante desse discurso da ecologia midiática alternativa da direita conservadora de polarizar todo e qualquer debate e dicotomizar tipos de cidadão.

Essa ressalva se liga à última discussão que empreenderemos neste capítulo, que diz respeito ao auditório visado e construído no texto. Por um lado, o argumentador orienta seu discurso a um leitor que supostamente se identifica com esse cidadão de boa-fé, o que fica patente na construção de um *ethos* de conhecedor e revelador. Por outro lado, ele também dialoga com um auditório que, supostamente, já estaria alinhado a esse discurso e que, talvez, já conheça algum desses argumentos e posicionamentos, de forma que o texto pode atuar como um instrumento de formação de atores sociais dessa nova direita para o debate cotidiano. Isso fica nítido pelas constantes remissões a eventos recentes e a figuras públicas situadas no exogrupo, o que inclui uma série de intertextos, capazes de repertoriar esse possível auditório. Nesse duplo jogo, um dos objetivos centrais do texto parece ser, portanto, estimular a replicação e a distribuição desses pontos de vista e argumentos, de forma análoga ao que ocorre nas *fake news* de modo geral (GELFERT, 2018), gerando desinformação, engajamento, dados, coesão endogrupal e dicotomização identitária.

### Considerações finais

Nosso objetivo, neste capítulo, consistiu em analisar de que forma o discurso da ecologia midiática da nova direita brasileira sequestrou a pandemia da covid-19 do campo da saúde pública e a politizou a partir do enviesamento da noção de autoritarismo e de suas possíveis manifestações. Para isso, debruçamo-nos sobre um nó da rede de enunciados que constrói essa representação – o texto “A letargia mental e moral do cidadão comum”, de autoria de Marco Frenette, publicado em 30 de junho de 2020 no Jornal da Cidade Online.

Nesse processo, depreendemos: (i) o emprego retórico de ilustrações para reforçar a já circulante associação entre comunismo e ditadura; (ii) o uso da concessão na contraposição entre as expectativas autorais e as supostas percepções do cidadão de boa-fé; (iii) a utilização de Bases para demarcar a incapacidade de reconhecimento por parte desse cidadão acerca da suposta escalada autoritária vigente; (iv) a remissão a acontecimentos recentes, valorados negativamente, que envolvem figuras públicas de destaque do exogrupo para promover polarização; (v) o uso de léxico que deprecia as medidas de combate à pandemia e os agentes alegadamente envolvidos no seu enfrentamento; e (vi) a construção de um diálogo implícito com dois auditórios, cujo fim último é a replicação e a distribuição de pontos de vista e de argumentos no debate cotidiano, seja em mídias digitais, seja em espaços físicos.

### Referências

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. Visibilidade e Legitimidade na Atual Ecologia Midiática. **Estudos em Comunicação** n. 25, v. 2, p. 99-108, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20287/ec.n25.v2.a07>

BOLOGNESI, Mário Fernando. **O CIRCO “CIVILIZADO”**. Atlanta – Georgia, Sixth International Congress of the Brazilian Studies Association (BRASA), 2002. (Comunicação oral).

FRENETTE, Marco. A letargia moral e mental do cidadão comum. *Jornal da Cidade Online*. 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/21484/a-letargia-moral-e-mental-do-cidadao-comum>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

GARSSEN, Bertus Johan. **Argumentatieschema’s in pragma-dialectisch perspectief**. Een theoretisch en empirisch onderzoek. [Argument schemes is a pragma-dialectical perspective. A theoretical and empirical examination.]. Tese (Doutorado) Amsterdam: IFOTT, 1997.

GELFERT, Axel. Fake News: A Definition. **Informal Logic**, v. 38, n. 1, p. 84–117, 15 mar. 2018. DOI <https://doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do layout de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 15, n. 3, p. 236-266, set. 2020b. DOI 10.1590/2176-457347130.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. O modelo multidimensional de análise argumentativa: uma introdução. **Alfa**, São Paulo, v.64, e11666, 2020a. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e11666>.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; ISOLA-LANZONI, Gabriel. A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube. **Redis: Revista de Estudos do Discurso**, n. 8, p. 84-121, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.21747/21833958/red8a4>.

GRÁCIO, Rui Alexandre Lalanda Martins. **Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2010.

MARÍN-ARRESE, Juana. Effective vs. Epistemic stance and subjectivity in political discourse: Legitimising strategies and mystification of responsibility. *In*: HART, C. **Critical Discourse Studies in Context and Cognition**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: História, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958].

TOULMIN, Stephen; RIEKE, Richard; JANIK, Allan S. **An introduction to reasoning**. 2. ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984 [1978].

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011[1990].

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: Sheila Vieira de Camargo Grillo; Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

# DUELO DE TITÃS: A ARGUMENTAÇÃO EM TORNO DA HIDROXICLOROQUINA

Débora Massmann<sup>48</sup>

*C'est au moment du malheur que l'on s'habitue à la vérité, c'est-à-dire, au silence. (Camus)*

## Considerações Iniciais

O advento da pandemia de covid-19 produziu impactos incomensuráveis na nossa sociedade. As fronteiras imaginárias que se sustentavam em aspectos geográficos, políticos, econômicos e sociais foram pouco a pouco sendo desconstruídas (desmontadas?) pelo vírus que, por onde passou, deixou um rastro de sofrimento e de morte. O anúncio de uma pandemia feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, escancarou a vulnerabilidade da sociedade contemporânea e mostrou outra face da globalização.

Ao longo das últimas décadas, a globalização foi se consolidando, metaforicamente, sob a forma de uma rede de conexões que se materializa a partir de fluxos internacionais que compreendem três fenômenos da sociedade contemporânea, a saber, o fluxo econômico, fluxo de informação e o fluxo de pessoas.

No fluxo econômico, cotidianamente, assiste-se à circulação de capital, ao deslocamento de finanças e empresas que, interligadas internacionalmente pela tecnologia, movimentam o mercado financeiro e dão o “tom” da economia mundial. Nessa configuração, um desastre ambiental, por exemplo, em uma multinacional, pode afetar não só o valor de suas ações, mas, especialmente, o valor dos produtos por ela produzidos. Isso significa que os contornos da economia são estabelecidos a partir dessas interconexões mundiais.

Em relação ao fluxo de informação, observam-se fenômenos semelhantes: o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e de comunicação trouxe consigo outras formas de interagir, de significar as relações sociais, políticas e, sobretudo, de se relacionar com o conhecimento e com a informação. Segundo Castells (2000), a partir de meados do século XX, vivemos a era da sociedade da informação em que os acontecimentos são compartilhados a partir de um clique, em tempo real. Informação e comunicação são globais (ainda que nem sempre acessíveis a todos).

---

<sup>48</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas.

Já em relação ao fluxo internacional de pessoas, seja pelo turismo, seja pela migração, observa-se que ele tem se intensificado fortemente nas últimas décadas, sobretudo, em função do desenvolvimento tecnológico que encurtou distâncias e aproximou diferentes culturas. Diante do exposto, compreendemos que a globalização produziu um efeito de unidade no conjunto geopolítico de Estados-nações de modo que os acontecimentos (positivos e negativos) vão se espalhando, se propagando, alcançando pouco a pouco todos os sujeitos, todos os países e todos os sistemas.

A propagação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) pode ser descrita como um dos fenômenos da globalização. A epidemia que começou na China, em dezembro de 2019, muito rapidamente se espalhou pelo mundo, seguindo uma escala de contaminação que foi se alastrando em direção à Europa e de lá para as outras regiões do planeta. O vírus pegou carona no fluxo internacional de pessoas e escancarou fragilidades da era da globalização, produzindo colapsos em grandes escalas nos sistemas de saúde de diferentes países.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o aparecimento do novo coronavírus se deu na cidade de Wuhan, na China. Num primeiro gesto de análise, discursivamente, a China, enquanto espaço simbólico, contribui para se compreender melhor os efeitos da globalização no nosso cotidiano. Echeverría (2020) esclarece que, como efeito justamente desse mundo globalizado, na sociedade chinesa, convivem

[...] a maior dinâmica econômica do planeta e práticas tradicionais das populações em seu relacionamento com os bosques e espécies silvestres; mercados onde essas espécies são vendidas, situados em cidades com milhões de habitantes e interconectadas com o planeta (ECHEVERRÍA, 2020).

Compreendemos, a partir das palavras do autor, que, pelo seu funcionamento, a globalização pode ter potencializando o efeito da epidemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e contribuído para sua propagação em escala mundial. Conseqüentemente, frente à multiplicação exponencial do vírus e ao crescimento de óbitos em decorrência da doença, em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como pandemia. Diante desse novo cenário, a sociedade precisou repensar suas práticas, até então, comuns ao cotidiano do mundo globalizado, de modo que o isolamento e/ou distanciamento social se tornaram regra em muitos países; o fechamento e/ou a limitação de serviços e comércios passou a ser regulamentada por decretos; e a restrição ao fluxo de pessoas foi implementada por diferentes países em busca de formas de controle sobre o vírus e sobre a covid-19.

Nesse processo de reinvenção (ou de resignificação) da vida em sociedade, a argumentação tem ocupado uma posição central, sobretudo, no que refere aos modos de produção e de circulação do conhecimento em torno da prevenção, dos sintomas e dos medicamentos eficazes no combate à doença. Como pesquisadores das ciências da linguagem, interessa-nos compreender o funcionamento da argumentação num conjunto de discursos que têm sido formulados em torno do medicamento hidroxiquina que, nas condições

de produção da pandemia, têm dividido opiniões de cientistas, especialistas da área da saúde e autoridades governamentais.

Refletir sobre a argumentação em discursos em torno da covid-19 tem um interesse bastante amplo, se levamos em conta que, com a instalação da pandemia, há uma demanda social incansável para obter informações sobre a doença e as possibilidades de cura: em um simples clique, acessamos um conjunto de descrições sobre formas de prevenção, números de casos, projeções de contágio, pesquisas de vacinas, medicamentos etc. De nossa posição, interessa-nos, assim, analisar o funcionamento discursivo da argumentação, especificamente, em dois discursos, produzidos por associações médicas, que dão a conhecer parte da polêmica em torno do uso e dos efeitos do medicamento hidroxiclороquina no combate à covid-19. Inscritos, pois, na perspectiva discursiva, mobilizamos as noções de condição de produção, de formação discursiva e de político na linguagem para compreender a argumentação como prática política de produção de sentidos, inscrita na história e sustentada na ideologia.

### **Sobre as condições de produção**

A fim de compreendermos o funcionamento da argumentação, na perspectiva teórica em que nos inscrevemos, é fundamental observarmos as condições de produção dos discursos selecionados para estudo. No dispositivo teórico da análise de discurso, a noção de condições de produção ocupa posição fundamental na medida em que envolve os sujeitos, a situação e a memória discursiva, como ensina Orlandi (2002):

A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção, é fundamental [...]. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2002, p. 30).

Levando em consideração as palavras da autora e aproximando-as do nosso objeto de estudo, temos que o advento da pandemia e seus efeitos na sociedade constituem as condições de produção em sentido amplo. Elas compreendem toda a conjuntura histórica, econômica, social e ideológica do mundo globalizado frente a este cenário em que paira, como assinala Orlandi (2020), “a metaforização dessa ameaça global. Contagiando não só as posições-sujeito, mas também as palavras, os sentidos”.

É nas condições de produção, em sentido específico, que podemos situar as discursividades em torno do medicamento hidroxiclороquina. Frente à iminência da epidemia de covid-19, em fevereiro de 2020, pesquisadores sul-coreanos publicaram resultados de um estudo de caso realizado com pacientes, diagnosticados com covid-19, que apresentaram melhoras após o uso de cloroquina ou de hidroxiclороquina associada a outros medicamentos. Posteriormente, outros estudos realizados, nos Estados Unidos e

na Itália, também demonstraram que a inclusão da hidroxiclороquina no tratamento de covid-19 poderia ter efeitos positivos. Entretanto, os especialistas alertaram para o caráter preliminar desses resultados.

Desde então, na corrida científica em torno de medicamentos para prevenção e combate do vírus e/ou da doença, inúmeras pesquisas têm sido desenvolvidas por especialistas de diferentes áreas do conhecimento. Os resultados desses estudos convergem para uma direção contrária ao que tinha sido observado nos estudos iniciais descritos acima: atualmente, parece não haver benefícios no uso de hidroxiclороquina contra a covid-19.

De acordo com uma publicação da *American Society of Health-System Pharmacists*, é preciso ter cautela no que se refere ao uso de tais medicamentos (cloroquina e hidroxiclороquina), já que os resultados alcançados até o momento são insuficientes para recomendar sua administração, desde as fases iniciais da doença. Em outra publicação, divulgada na Inglaterra, pesquisadores da Universidade de Oxford afirmam que os estudos indicam que a hidroxiclороquina não é eficaz no tratamento de pacientes com covid-19 (RECOVERY, 2020).

A OMS (2020), por sua vez, recomendou, em julho deste ano, a suspensão do uso de cloroquina e hidroxiclороquina, em caráter emergencial, para pacientes com covid-19. No mesmo período, a agência reguladora de medicamentos dos Estados Unidos, a *U.S. Food and Drug Administration* (FDA), também se manifestou contrária ao uso de cloroquina e de hidroxiclороquina no tratamento da covid-19, revogando todas as suas instruções normativas anteriores que apresentavam orientação contrária.

No Brasil, a questão também é polêmica: temos assistido a uma batalha simbólica (e argumentativa) que envolve o Governo Federal, as autoridades sanitárias e os especialistas na área de saúde. No mês de março de 2020, em nota, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) esclareceu que

[...] apesar de promissores, não existem estudos conclusivos que comprovem o uso desses medicamentos para o tratamento da covid-19. Portanto, não há recomendação da Anvisa, no momento, para a sua utilização em pacientes infectados ou mesmo como forma de prevenção à contaminação pelo novo coronavírus (ANVISA, 2020).

Apesar disso, o Governo Federal tem sugerido ao Ministério da Saúde alterações no protocolo do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo que a cloroquina e/ou a hidroxiclороquina sejam administradas já nas fases iniciais da doença, mesmo que não haja comprovação científica de sua eficácia (conforme o protocolo do SUS, o medicamento só poderia ser usado em caráter emergencial em casos graves).

Diante das controvérsias, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), em julho de 2020, foi categórica ao afirmar que “Diante de novas evidências científicas, É URGENTE

E NECESSÁRIO<sup>49</sup> que: a) a hidroxicloroquina seja abandonada no tratamento de qualquer fase da covid-19; [...]” (SBI, 2020). O comunicado, assinado pelo presidente da associação, foi estopim para que membros da SBI fossem vítimas de uma série de ataques difamatórios, de discursos de ódio e de “fake news”.

Em resposta à publicação da SBI, a Diretoria da Associação Médica do Brasil (AMB), por sua vez, publicou um comunicado destacando que “O derby político em torno da hidroxicloroquina deixará um legado sombrio para a medicina brasileira, caso a autonomia do médico seja restringida, como querem os que pregam a proibição da prescrição da hidroxicloroquina” (AMB, 2020).

A partir dessas duas publicações, podemos observar o dissenso em torno do uso deste medicamento. De nossa parte, interessa-nos compreender, discursivamente, o funcionamento da argumentação nesses dois discursos tomando como ponto de partida analítico a noção de condição de produção, que acabamos de descrever.

### **SBI x AMB: um duelo de titãs?**

Para compreender o funcionamento da argumentação na discursividade que se produz em torno da pandemia de covid-19, foram selecionados, como já anunciado, dois discursos que se apresentam como comunicados, produzidos por associações da área das ciências da saúde: o primeiro publicado pela SBI, em 17 de julho de 2020 e o segundo divulgado pela AMB, em 19 de julho de 2020. Assinados pelos gestores das associações, essas produções circularam nos sites e nas redes sociais oficiais das duas entidades. No que se refere às condições de produção, os materiais em análises representam assim o discurso oficial das instituições.

Uma vez constituído o *corpus* discursivo, que se apresenta como o resultado de um processo de análise e de interpretação do discurso na sua relação com as condições de produção, é preciso fazer a transposição do texto para o discurso, ou melhor, “explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeitos e sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 26). Neste estudo, para mostrar o funcionamento da argumentação, a partir do dispositivo da Análise de Discurso, trabalhamos com a noção de formação discursiva (FD) que, como destaca Orlandi (2002, p. 43), “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”. No estudo das formações discursivas, busca-se promover um batimento constante entre descrição e interpretação (PÊCHEUX, 1990) de modo a observar o funcionamento argumentativo da língua a partir de palavras, expressões e proposições que se filiam a determinadas redes de memórias e de saberes.

Nesse gesto analítico, expõe-se o texto a sua opacidade a partir da relação entre o dito, o não-dito e o a-se-dizer. Ao fazer isso, aceita-se “a inscrição da língua na história para que

<sup>49</sup> Grifo no original.

haja sentido. [Aceita-se] ao mesmo tempo que há real tanto da língua quanto da história, sendo o sentido já um gesto de interpretação e o sujeito a própria interpretação” (ORLANDI, 1998, p.75).

Compreendemos assim, a espessura discursiva dos objetos simbólicos que produzem sentidos, inscritos em determinadas condições de produção, na relação com a exterioridade, filiados às formações discursivas, que, por sua vez, inscrevem-se em uma determinada formação ideológica, colocando em funcionamento as relações de força e de poder que são produzidas no discurso. É essa espessura discursiva que tentaremos mostrar nas análises a seguir.

### **Primeiro gesto analítico**

No documento, intitulado “Informe nº 16 da Sociedade Brasileira de Infectologia: atualização sobre a hidroxiclороquina no tratamento precoce da covid-19” (SBI, 2020), destaca-se a importância da pesquisa científica na busca de soluções seguras para o tratamento da doença. Neste informe, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) ressalta, sobretudo, a contribuição de Estudos Clínicos Randomizados (ECR), que constituem uma das ferramentas mais importantes para as pesquisas na área da saúde (SOUZA, 2009). Ao citar os ECR’s e ao fazer referência, de modo muito específico, a dois estudos clínicos recém publicados (um realizado por pesquisadores americanos e canadenses e outro por cientistas espanhóis), a instituição marca sua posição em defesa da ciência e rechaça a aplicação de hidroxiclороquina no tratamento precoce da covid-19:

Com essas evidências científicas, a SBI acompanha a orientação que está sendo dada por todas sociedades médicas científicas dos países desenvolvidos e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de que a hidroxiclороquina deve ser abandonada em qualquer fase do tratamento da covid-19 (SBI, 2020)

Ao se inscrever neste lugar da ciência, a SBI produz um discurso científico que se materializa sob a forma de “um gesto político por excelência com consequências sociais muito relevantes” (ORLANDI, 2004, p. 129). Para sustentar sua tese, a saber, aquela da suspensão imediata do uso do medicamento hidroxiclороquina em pacientes afetados pela covid-19, a entidade fundamenta sua argumentação colocando em funcionamento a formação discursiva da ciência e inscrevendo-se discursivamente como autoridade científica. Assim, o discurso produzido pela SBI se coloca em relação (e aponta) a outros discursos já realizados, imaginados ou possíveis, em especial, por exemplo, aqueles que rejeitam ou ignoram a importância da ciência para casos como este.

O funcionamento discursivo da argumentação produzida pela SBI se sustenta nas (supostas?) ‘garantias que historicamente a cientificidade oferece’ à sociedade, valendo-se, para isso, do estatuto da ‘autoridade social’ da ciência: a SBI se filia à formação ideológica

das “coisas-a-saber” que entrecruzam proposições de universos “logicamente estáveis, suscetíveis de respostas unívocas (é sim ou não, é x ou y, etc.)” (PÊCHEUX, 2008, p. 28). É importante dizer que, enquanto prática social, produzida por sujeitos, a ciência também é afetada pela ideologia. Assim, ao argumentar da posição-sujeito cientista, a SBI reproduz o discurso da autoridade científica (do pesquisador, do cientista, etc.) e apresenta um argumento duplamente essencial: “porque o legitima no interior da comunidade científica – dando-lhe direito à voz, [...] [e] porque o legitima perante a sociedade como uma autoridade incontestável (PINTO, 1989, p. 47).

## Segundo gesto analítico

Analisando o funcionamento da argumentação no texto publicado pela Associação Médica do Brasil (AMB), em 19 de julho de 2020, observamos que a tese defendida ali é aquela da autonomia do médico frente aos “que pregam a proibição da prescrição da hidroxicloroquina”. Fundamentando sua argumentação em um recorte da “Declaração de Helsinque”, documento, elaborado pela Associação Médica Mundial, que apresenta um conjunto de princípios éticos reguladores da prática médica e da pesquisa com seres humanos, o discurso da AMB se filia à formação discursiva de uma classe profissional, a classe médica. É, pois, da posição-sujeito médico que este discurso se produz argumentativamente colocando em funcionamento processos de significação que, nas condições de produção da pandemia, são impelidos pela língua, pelos fatos que reclamam sentidos, pela memória discursiva (interdiscurso) e “por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas” (ORLANDI, 2002, p. 53).

Nesse funcionamento das relações discursivas, tomadas em sua historicidade, o discurso da AMB produz um efeito de sentido que remete ao discurso do tipo autoritário, materializando, assim, relações de força e de poder, a partir da posição-sujeito médico. De acordo com Orlandi (2008), o discurso do tipo autoritário que é aquele que

[...] tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a linguagem é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece) (ORLANDI, 2008, p. 24-25).

Ou seja, ao se manifestar em defesa da autonomia do médico, a AMB produz uma tomada de posição que, discursivamente, pode ser entendida como efeito de sentido do funcionamento do interdiscurso (memória discursiva) que dá a conhecer as relações de força, constitutivas da posição-sujeito: afinal, o lugar do qual fala o sujeito é também integrante do seu dizer e materializa as relações de poder hierarquizadas na sociedade.

Assim, a partir da análise do discurso da AMB, compreendemos o funcionamento da argumentação a partir da noção de político na linguagem que se materializa como direção e como divisão de sentidos: “os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõe ao indivíduo ideologicamente interpelado” (ORLANDI, 2004, p. 22). Analisando o funcionamento da argumentação pela textualização do político na linguagem, compreendemos com Orlandi (2004) que “o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, 2004, p. 22). Isso significa que o discurso produzido pela AMB textualiza o político mostrando o embate entre o simbólico e as relações de poder que nos levam a compreender a argumentação, na perspectiva discursiva, como uma prática política de produção de sentidos cuja significação está sustentada na prática ideológica que é constitutiva dos gestos de leitura e interpretação ancorados na história.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste estudo, sustentados no dispositivo teórico da análise de discurso, especialmente, nas noções de condição de produção, formação discursiva e político na linguagem, buscamos compreender, a partir do advento da pandemia, o funcionamento da argumentação em dois discursos, produzidos por associações médicas, que dão a conhecer parte da controvérsia científica em torno do medicamento hidroxiclороquina e sua relação com a covid-19.

A partir dos gestos de análise, observamos que a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), filiada à formação discursiva da ciência e inscrevendo-se na posição-sujeito cientista, fundamentou-se em argumentos de autoridade científica; já a Associação Médica do Brasil (AMB), alinhando-se à formação discursiva de uma classe profissional e inscrevendo-se na posição-sujeito médico, sustentou-se em argumentos autoritários. Isso nos levou a compreender que a filiação a certas formações discursivas e formações ideológicas colocou em funcionamento determinações históricas e ideológicas dos processos de significação, de identificação e de constituição de sujeitos e sentidos no discurso sobre a hidroxiclороquina.

Neste estudo, inscritos em uma posição teórica que se fundamenta nos estudos materialistas da linguagem, principalmente, naqueles desenvolvidos por Pêcheux (1969) e por Orlandi (2002), foi possível observar que a argumentação não se resume a uma técnica, tal como propunham os estudos retóricos; tampouco se limita a um conjunto de estratégias, como previam/prevêem as teorias da argumentação; ela também não se restringe às marcas linguísticas e aos usos de conectivos/operadores argumentativos, conforme estabeleciam Anscombe e Ducrot (1988). Para nós, analistas de discurso, a argumentação resulta de um processo produção de sentidos que se manifesta a partir da relação língua, sujeito, história e ideologia, pois, conforme destaca Orlandi (1998, p. 75), “não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em uma relação com a exterioridade, com

uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico”. De nossa perspectiva teórica, a relação entre língua, sujeito, história e ideologia é fundamental para o processo de produção de sentidos, para a interpretação e, conseqüentemente, para o funcionamento da argumentação. Dito de outra forma, a argumentação funciona, produz sentidos (e convence) porque a língua, para significar, se inscreve na história (re)produzindo um conjunto de identificações e filiações.

## Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'Argumentation dans la langue**. 2. ed. Bruxelles: Mardaga, 1988.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. **Hidroxicloroquina: AMB defende autonomia do médico**. Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/hidroxicloroquina-amb-defende-autonomia-do-medico/?fbclid=IwAR1AiPcm4lL9hfwHex98c6LCBQO6f7I7A9dukRi9S6nmedfmZIvaUTi5WBc>

AMERICAN SOCIETY OF HEALTH-SYSTEM PHARMACISTS. **Assessment of Evidence for covid-19-Related Treatments: Updated 7/16/2020** Disponível em: <https://www.ashp.org/-/media/assets/pharmacy-actice/resource-centers/Coronavirus/docs/ASHP-covid-19-Evidence-Table.ashx>. Acesso em: 20 jul.2020.

BRASIL. Esclarecimentos sobre hidroxycloroquina e cloroquina. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset\\_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/covid-19-esclarecimentos-sobre-hidroxicloroquina-e-cloroquina/219201](http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/covid-19-esclarecimentos-sobre-hidroxicloroquina-e-cloroquina/219201). Acesso em: 20 jul.2020.

\_\_\_\_\_. Coronavírus. In **Ministério da saúde**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CAMUS, Albert. **La peste**. Paris: Belin Editeur, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.2.

ECHEVERRÍA, Julio. O coronavírus e a globalização. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/o-coronavirus-e-a-globalizacao.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTÉ. Essai clinique «Solidarity» de traitements contre la covid-19. Disponível em: <https://www.who.int/fr/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov/solidarity-clinical-trial-for-covid-19-treatments>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ORLANDI, Eni. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. In **ABRALIN AO VIVO**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg>. Acesso em: 20 jul.2020.

\_\_\_\_\_. **Cidades dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Discurso e Argumentação: um observatório do político. In **Fórum linguístico**. Florianópolis, n.1, jul-dez., 1998.

\_\_\_\_\_. **As Formas Do Silêncio: No Movimento Dos Sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **L'analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.

\_\_\_\_\_. **O Discurso. Estrutura ou acontecimento**. 5.ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.

PINTO, Céli R. Jardim. **Com a palavra o sr. Presidente Sarney**: o discurso do plano cruzado. São Paulo: Hucitec, 1989.

RECOVERY. No clinical benefit from use of hydroxychloroquine in hospitalised patients with covid-19. In UNIVERSIDADE DE OXFORD. Disponível em: [https://www.recoverytrial.net/news/statement-from-the-chief-investigators-of-the-randomised-evaluation-of-covid-19-therapy-recovery-trial-on-hydroxychloroquine-5-june-2020-no-clinical-benefit-from-use-of-hydroxychloroquine-in-hospitalised-patients-with-covid-19?fbclid=IwAR2vg7IV5MhTS\\_gH4QXERwFJNo3wS7fREdb0QB11NBfbYsg4nvR4qVKja7M](https://www.recoverytrial.net/news/statement-from-the-chief-investigators-of-the-randomised-evaluation-of-covid-19-therapy-recovery-trial-on-hydroxychloroquine-5-june-2020-no-clinical-benefit-from-use-of-hydroxychloroquine-in-hospitalised-patients-with-covid-19?fbclid=IwAR2vg7IV5MhTS_gH4QXERwFJNo3wS7fREdb0QB11NBfbYsg4nvR4qVKja7M). Acesso em: 20 jul.2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA. **Informe nº 16 da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre: atualização sobre a hidroxicloroquina no tratamento precoce da covid-19**. Disponível em: [https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/principal/2020/07/SBI\\_Informe\\_16\\_HCQ\\_precoce.pdf](https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/principal/2020/07/SBI_Informe_16_HCQ_precoce.pdf). Acesso em: 20 jul.2020.

SOUZA, Raphael F. O que é um estudo clínico randomizado? **Revista de Medicina**, n. 42, v. 1. Disponível em: [http://revista.fmrp.usp.br/2009/vol42n1/Simp\\_O\\_que\\_e\\_um\\_estudo\\_clinico\\_randomizado.pdf](http://revista.fmrp.usp.br/2009/vol42n1/Simp_O_que_e_um_estudo_clinico_randomizado.pdf). Acesso em: 20 jul.2020.

U.S. FOOD AND DRUG ADMINISTRATION (FDA). **Coronavirus (covid-19) Update: FDA Revokes Emergency Use Authorization for Chloroquine and Hydroxychloroquine.** Disponível em: <https://www.fda.gov/news-events/press-announcements/coronavirus-covid-19-update-fda-revokes-emergency-use-authorization-chloroquine-and>. Acesso em: 20 jul. 2020.

**E**ste livro foi selecionado pelo Edital nº 01/2020 da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), de um total de 44 obras escritas por professores/as vinculados/as em Programas de Pós-Graduação da Ufal, com colaboração de outros/as pesquisadores/as de instituições de ensino superior (autoria, coautoria e coletânea), sob a coordenação da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal). O objetivo é divulgar conteúdos digitais – e-books – relacionados à pandemia da Covid-19, problematizando seus impactos e desdobramentos. As obras de conteúdos originais são resultados de pesquisa, estudos, planos de ação, planos de contingência, diagnósticos, prognósticos, mapeamentos, soluções tecnológicas, defesa da vida, novas interfaces didáticas e pedagógicas, tomada de decisão por parte dos agentes públicos, saúde psíquica, bem-estar, cultura, arte, alternativas terapêuticas para o enfrentamento da Covid-19, dentre outros, abordando aspectos relacionados às diferentes formas de acesso à saúde e à proteção social, entre grupos mais vulneráveis da sociedade.

ISBN 978-65-5624-041-1

